

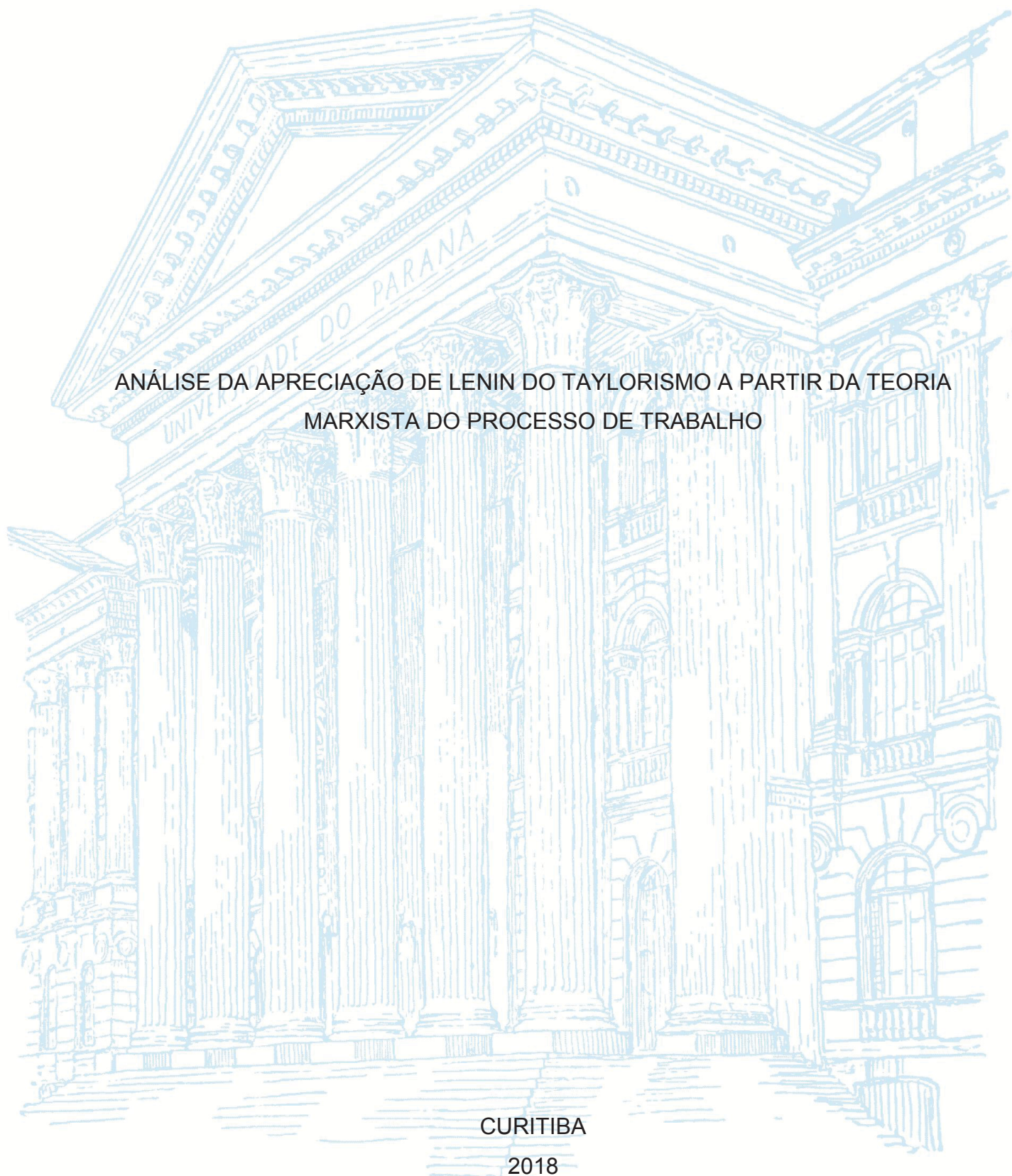
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CÁSSIA REGINA FURTADO GUIMARÃES

ANÁLISE DA APRECIÇÃO DE LENIN DO TAYLORISMO A PARTIR DA TEORIA
MARXISTA DO PROCESSO DE TRABALHO

CURITIBA

2018



CÁSSIA REGINA FURTADO GUIMARÃES

ANÁLISE DA APRECIÇÃO DE LENIN DO TAYLORISMO A PARTIR DA TEORIA
MARXISTA DO PROCESSO DE TRABALHO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Rossler.
Coorientador: Prof. Dr. Claus Magno Germer.

CURITIBA
2018

Catálogo na publicação
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Guimarães, Cássia Regina Furtado

Análise da apreciação de Lenin do taylorismo a partir da teoria marxista do processo de trabalho / Cássia Regina Furtado Guimarães. – Curitiba, 2018.

126 f.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Rossler

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Trabalho – Aspectos psicológicos. 2. Taylorismo. 3. Psicologia do trabalho. 4. Socialismo. 5. Trabalhadores – Aspectos psicológicos. I. Título.

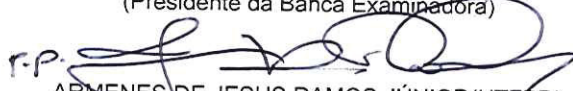
CDD – 158.7

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM PSICOLOGIA.**

No dia oito de agosto de dois mil e dezoito às 15:00 horas, na sala 208, Praça Santos Andrade 50 do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da Mestranda **CASSIA REGINA FURTADO GUIMARÃES** para a Defesa Pública de sua Dissertação de Mestrado intitulada: **CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN DO TAYLORISMO A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DO PROCESSO DE TRABALHO**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: JOAO HENRIQUE ROSSLER(UFPR), GRAZIELA LUCCHESI ROSA DA SILVA(UFPR), ARMENES DE JESUS RAMOS JÚNIOR(UTFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO da aluna. A Mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **JOAO HENRIQUE ROSSLER**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações: _____

Curitiba, 08 de Agosto de 2018.


JOAO HENRIQUE ROSSLER(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)
GRAZIELA LUCCHESI ROSA DA SILVA(UFPR)
r.p. ARMENES DE JESUS RAMOS JÚNIOR(UTFPR)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CASSIA REGINA FURTADO GUIMARÃES**, intitulada: **CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN DO TAYLORISMO A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DO PROCESSO DE TRABALHO**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

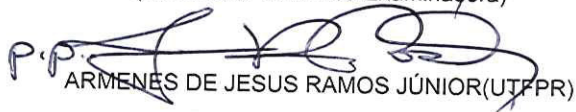
Curitiba, 08 de Agosto de 2018.



JOAO HENRIQUE ROSSLER(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)



GRAZIELA LUCCHESI ROSA DA SILVA(UFPR)

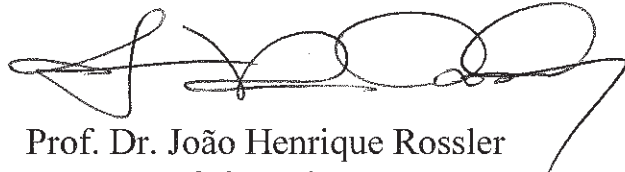
p.p. 
ARMENES DE JESUS RAMOS JÚNIOR(UFPR)



DECLARAÇÃO

Declaramos que a dissertação da aluna CASSIA REGINA FURTADO GUIMARÃES, por sugestão da banca, teve seu título alterado para "Análise da Apreciação de Lenin do Taylorismo a partir da Teoria Marxista do Processo de Trabalho". Informamos, ainda, que a alteração foi autorizada pelo orientador, Prof. Dr. João Henrique Rossler.

Atenciosamente,



Prof. Dr. João Henrique Rossler
Orientador



Milena Cristina Oswald
Secretária

AGRADECIMENTOS

Ao João Henrique Rossler e ao Claus Magno Germer, respectivamente, orientador coorientador dessa pesquisa, por terem me direcionado nessa trajetória acadêmica. Foram fundamentais para me ensinar os passos para a pesquisa científica, para a apropriação teórica e para as reflexões concretas. Especificamente, ao João pelo seu rigor na escrita, por seus questionamentos precisos que fizeram perceber as lacunas em meu texto. E aos Claus, pelos apontamentos críticos que me faziam perceber quando minhas análises desviavam da teoria marxista e pela aprendizagem de que a atuação política não exime o rigor científico e teórico.

À minha mãe, Mara, por todo incentivo e apoio desde sempre. Ela que, por suas vivências pessoais, ainda que sem acesso à teoria marxista, que pudesse explicitar a exploração capitalista e todas as suas consequências, ensinou-me a ser sensível às dores dos trabalhadores. Sem o seu trabalho, dedicação e muitas vezes abnegação, dificilmente eu teria chego até aqui.

Ao Leandro, meu companheiro de afeto, de ideias e projetos, que compartilhou intensamente comigo essa etapa de vida. Inicialmente me encorajando quanto à essa possibilidade e depois na sua concretização, sendo um ponto fundamental de sustentação material, intelectual e sentimental.

Aos camaradas do grupo de estudos e pesquisa de investigação sobre a retrotransição ao capitalismo na URSS, que além de contribuírem para a minha apropriação da teoria marxista, por muitas vezes estabeleceram um processo de orientação coletiva, ajudando a delinear as questões da minha investigação. Um agradecimento especial ao Armenes de Jesus Ramos Junior, por ter compartilhado reflexões sobre o meu tema e pelas contribuições decorrentes de sua participação na banca de avaliação da minha pesquisa.

À Emanuelle Almeida e à Isabelle Rizental, por me propiciarem momentos ricos de companheirismo intelectual, contribuindo para a minha apropriação teórica da Psicologia Histórico-Cultural. Mais que isso, pelo companheirismo afetivo e nas questões operacionais da nossa trajetória acadêmica, o que foi muito importante para aliviar as minhas ansiedades, permitindo chegar ao fim com mais tranquilidade.

À Rosiane Magalhães, pelo suporte nesse reencontro acadêmico, agora vivenciado de forma mais estreita; um companheirismo baseado na identificação de reviver a academia em outro patamar, perpassado pelos desafios de ser ao mesmo tempo estudante e trabalhadora.

Aos professores da Psicologia Histórico-Cultural da UFPR: Vitor Schuhli, Melissa de Almeida, Tiago Calve, sempre disponíveis para as minhas solicitações de auxílio. E em especial à Graziela Lucchesi Rosa da Silva, pelo apoio na elaboração de um projeto inicial de mestrado, pela atenção no estágio em docência e por suas contribuições na banca de avaliação de minha pesquisa.

Ao João Pedro Rezende, pela tradução do resumo para o inglês. Um agradecimento especial por se tratar de alguém que conheci pequeno, nos braços dos pais, e que hoje se inicia nos estudos marxistas, colocando-se lado a lado no compromisso com a superação do capitalismo.

Às amigas Mara Miranda, Carol Bahniuk e Tana Gome, pela disponibilidade permanente e pelas festividades. À Fabiane Belém, Bruna Cardoso e Bethania Mello, pelo apoio expresso em diferentes momentos e pela paciência com a minha ausência.

A todos de minha família (Furtado, Araújo, Milan Mandira), pelo incentivo e compreensão quanto aos momentos distantes. Ao Tiago Mandira e Antonio Carlos Furtado, um agradecimento especial pelo apoio nas traduções do e para o inglês.

Aos trabalhadores que contribuíram com a minha trajetória: Mariângela, Conceição e Marcel, pelo suporte nas questões acadêmicas administrativas; aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPR, em especial aos da Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Produção da Subjetividade, com os quais pude compartilhar ricos momentos de reflexões; e às trabalhadoras da higienização, por assegurarem um espaço agradável de estudo.

Aos colegas de trabalho da Cáritas, pela confiança profissional e por terem me incentivado ao mestrado. Aos do Hospital de Clínicas, pelo suporte e por terem assumido parte do meu trabalho quando tive que reduzir temporariamente a jornada de trabalho. E aos atuais, da Coordenação de Extensão PROEC/ UFPR, pelo carinho em minha recepção, pelo apoio e por terem assumido parte do meu trabalho na minha ausência temporária para concluir essa dissertação.

RESUMO

Um fato controverso que acompanha a Revolução Russa é o pronunciamento favorável de Lenin - um dos expoentes desse processo político - ao taylorismo, tendo defendido, em 1918, o seu uso nas indústrias soviéticas. Esse fato lhe rende críticas até a atualidade, dado que na ocasião (e ainda hoje) o método taylorista era alvo de resistência em vários países. Nessa pesquisa, de caráter teórico-conceitual, buscamos analisar a evolução da posição de Lenin sobre o taylorismo, fundamentando-nos na teoria do processo de trabalho, elaborada por Karl Marx. Especificamente, buscamos identificar as determinações teóricas e concretas da defesa de Lenin e estabelecer o debate com as críticas de Robert Linhart, Charles Bettelheim e Benedito Moraes Neto, críticos atuais à Lenin. Para tanto, o caminho teórico-investigativo que percorremos compreendeu a sistematização de nossa teoria base; o estudo e sistematização da apreciação de Lenin sobre o taylorismo, consultando um conjunto de textos; o estudo e sistematização da posição dos críticos supracitados, consultando as obras em que abordam o tema; e por fim, a discussão, em que pudemos elaborar a nossa crítica ao próprio taylorismo e à posição de Lenin. Concluimos que Lenin identifica o método taylorista como um avanço técnico-científico, necessário à constituição de novas relações sociais de produção e à redução da jornada de trabalho, de forma a possibilitar o acesso dos trabalhadores a outras atividades sociais. Essa compreensão é anterior à Revolução, começa a ser elaborada em 1914. Lenin não nega a ocorrência de impactos negativos à saúde dos trabalhadores, contudo, entende que é possível superá-los introduzindo modificações no método taylorista. Ao contrário, não consideramos o taylorismo como a forma mais avançada do processo de trabalho, não sendo estrategicamente necessário para a transição ao comunismo, uma vez que voltado mais para o trabalho manual e subsumido ao desenvolvimento da maquinaria, meio mais eficaz para o aumento da produtividade, e que, ainda que contraditoriamente, sendo um meio de exploração capitalista, em relações sociais baseadas na propriedade social, tende a ser um meio de libertação e humanização do trabalho. Ainda assim, entendemos que, no cenário de penúria pós-revolucionário, o taylorismo era um meio necessário para o aumento da produtividade, não vendo alternativa que não o seu uso, até que pudesse ser elaborado um método de trabalho mais condizente com a sociedade que se desenvolvia.

Palavras-chave: Processo de trabalho. Taylorismo. Forças produtivas. Socialismo. Divisão técnica do trabalho.

ABSTRACT

A controversial fact which follows the Russian Revolution is the Lenin's favourable statement – one of the exponents at this political process – to Taylorism, being defending, in 1918, its use at the soviet industries. This fact earned him critics until now days, knowing that in the occasion (and today) the taylorist method was a target of resistance in many countries. In this survey, with conceptual-theoretical character, it is searched the evolution of Lenin's position about Taylorism, been grounded by the labour process theory, elaborated by Karl Marx. Specifically, it seeks to identify the theoretical and concrete determination of Lenin's defence and to establish the debate with the critics of Robert Linhart, Charles Bettelheim and Benedito Moraes Neto, current critics of Lenin. Therefore, the theoretical-investigative path covered included the systematization of our ground theory; the study of Lenin's appreciation about Taylorism, consulting a group of texts; the study and systematization of the position of the previously cited critics, consulting the work which the theme is approached; and the discussion elaborating a critic to Taylorism and Lenin's position. We concluded that Lenin identifies the taylorist method as a technical-scientific advance, required for the constitution of new social relations of production and the reduction of labour journey, as it turns possible the accesses of workers in other social activities. This comprehension is anterior the Revolution, begins to be elaborated in 1914. Lenin does not deny the occurrence of negative impacts to workers health, although, he understands that is possible to overcome them by introducing modifications at the taylorist method. Instead we do not consider Taylorism as the more advanced form of work process, not being strategically necessary for the transition to communism, knowing that it is geared towards to the manual work and subsumed to the development of machinery, which is a more effective vehicle for the increase in productivity, and that, although contradictorily, being a means of capitalist exploitation, in social relations based on social property, tends to be a means of liberation and humanization of work. Still, we understand that, in the scenario of post-revolutionary penury, Taylorism was a necessary means to increase productivity, seeing no other alternative, until a method of work could be elaborated more in keeping with the society that was developing.

Keywords: Labor process. Taylorism. Productive forces. Socialism. Technical division of labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O PROCESSO TEÓRICO-INVESTIGATIVO PARA A COMPREENSÃO DA APRECIÇÃO DE LENIN QUANTO AO TAYLORISMO: MÉTODO E TEORIA EXPLICATIVA.....	19
1.1 MÉTODO APLICADO: O CAMINHO PERCORRIDO PARA A COMPREENSÃO DA APRECIÇÃO DE LENIN QUANTO AO TAYLORISMO	19
1.2 TEORIA EXPLICATIVA: A TEORIA MARXISTA DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE TRABALHO E DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL.....	23
1.2.1 O processo de trabalho como meio de reprodução da existência humana	24
1.2.2 O processo de trabalho no capitalismo: trabalho cooperado e produção manufatureira ..	26
1.2.3 O processo de trabalho no capitalismo: indústria moderna.....	31
1.2.4 O potencial humanizador das forças produtivas e a superação do capitalismo.....	36
2. A APRECIÇÃO DE LENIN QUANTO AO TAYLORISMO	41
2.1 A CRÍTICA DE LENIN AO TAYLORISMO.....	41
2.2 DA AVALIAÇÃO CRÍTICA À DEFESA DO TAYLORISMO.....	42
3. CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN SOBRE O TAYLORISMO.....	60
3.1 CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN POR ROBERT LINHART	63
3.2 CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN POR CHARLES BETTELHEIM.....	71
3.3 CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN POR BENEDITO MORAES NETO	73
4. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS AO TAYLORISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA MARXISTA	77
4.1 REPERCUSSÕES DO TAYLORISMO NO CAPITALISMO: MAIOR CONTROLE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO E AUMENTO DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO	77
4.2 REPERCUSSÕES DO TAYLORISMO NO CAPITALISMO: SERIA A FORMA MAIS DESENVOLVIDA DO PROCESSO DE TRABALHO PARA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL?.....	82
4.2.1 Teria o taylorismo expropriado conhecimentos dos trabalhadores?.....	85
4.2.2 Teria o taylorismo reforçado a divisão entre trabalho intelectual e manual?	88
4.3 REPERCUSSÕES DO TAYLORISMO NO CAPITALISMO: PRETENSÃO DE TRANSFORMAÇÃO PESSOAL DO TRABALHADOR.....	91
5. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN DO TAYLORISMO	93

5.1 UMA SÍNTESE DO MOVIMENTO DA APRECIACÃO DE LENIN EM RELAÇÃO AO TAYLORISMO.....	93
5.2 A APRECIACÃO DE LENIN SOBRE O TAYLORISMO E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS	95
5.3 A APRECIACÃO DE LENIN SOBRE O TAYLORISMO E AS CONDIÇÕES CONCRETAS DO PERÍODO PÓS REVOLUCIONÁRIO	99
5.3.1 Taylorismo e intensificação do trabalho	100
5.3.2 Taylorismo e divisão técnica do trabalho	102
5.4 A TRANSFORMAÇÃO DA CONDUTA DO TRABALHADOR SOVIÉTICO EM RELAÇÃO AO TRABALHO	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

Em outubro de 1917 a Rússia foi palco de uma revolução política de caráter socialista. Um acontecimento significativo não só nesse país, mas em âmbito do capitalismo mundial e que, com certeza, repercute até a atualidade, passados 100 anos.

Uma questão controversa que a perpassa até os dias atuais diz respeito ao posicionamento favorável de Vladimir Ilych Ulyanov (1870-1924), conhecido por Lenin, ao método taylorista de organização do processo de trabalho e, conseqüentemente, a sua defesa também pelo Estado soviético.

Lenin iniciou a sua atividade política por volta de 1887, vindo a integrar o Partido Operário Social-Democrata Russo, que depois iria se transformar no Partido Comunista, e contribuindo para a constituição da ala bolchevique deste partido, organização que teve um papel relevante na preparação e na tomada do poder em 1917. Posteriormente, compondo a direção do Estado soviético, formulou as primeiras políticas econômicas implantadas após a revolução.

Embora aclamado pelo movimento comunista local e internacional, devido aos méritos de ter contribuído com o processo revolucionário e pela sua capacidade de apropriação da teoria marxista e de interpretação da realidade concreta a partir desta, foi e é alvo de críticas pelo fato de ter se posicionado favoravelmente ao emprego do método taylorista para a organização do processo de trabalho. Quando do seu surgimento até a atualidade, o taylorismo tem sido identificado como um mecanismo do capital para ampliar a exploração da força de trabalho, degradando-a.

A proposta de implantar o taylorismo nas indústrias soviéticas foi apresentada em um artigo publicado em abril de 1918, com o nome *Tarefas Imediatas do Poder Soviético*. (LENIN, 1980). A polêmica é agravada pelo fato de Lenin, anteriormente, ter feito menções contrárias ao taylorismo, ou seja, em razão de sua mudança de posição.

Lenin se debruçava sobre o tema desde 1913, quando o taylorismo começou a adentrar nas indústrias russas e despertou o seu interesse, publicando então um texto denominado *Un Sistema 'Científico' de Máxima Explotación*¹ (LENIN, 1977a). Neste artigo o autor profere uma crítica ao taylorismo. (LINHART, 1983).

¹ Tradução nossa para o português: “Um Sistema “Científico” de Máxima Exploração”.

No ano seguinte, em 1914, publica mais um artigo: *El sistema Taylor: Exclavización del hombre por la máquina*² (LENIN, 1977b), ainda tecendo críticas, mas já admitindo a possibilidade de contribuição da racionalização do trabalho no socialismo. (LINHART, 1983).

Em 1915 e 1916 realiza estudos sobre o assunto em questão, destacando-se a leitura do próprio Frederick Winslow Taylor (1856-1915), com o qual passa a demonstrar algumas concordâncias. Estes estudos encontram-se publicados no livro *Cuadernos sobre el imperialismo*³ (LENIN, 1977c), coletânea de anotações de Lenin decorrentes de diversas leituras e que embasaram a sua elaboração teórica sobre o imperialismo.

Embora tenha feito menções favoráveis ao taylorismo antes da Revolução, é em 1918 que as críticas à Lenin se evidenciaram. Neste momento não se tratava mais de um tema de seu estudo, mas sim uma proposta concreta de organização do processo de trabalho nas indústrias russas.

A revolução política de 1917 decorreu parcialmente das contradições acumuladas durante a Primeira Guerra Mundial, que pioraram significativamente a qualidade de vida no país: soldados e trabalhadores passavam fome, fábricas foram fechadas, aumentou o desemprego. (BORODÍNE *et al*, 1983, p. 22-23). A incapacidade do governo czarista e, posteriormente, do governo provisório em solucionar esses problemas e, ainda, terem mantido o país na guerra, impulsionaram os operários, soldados e marinheiros ao processo insurrecional, direcionado pelos bolcheviques.

Se, por um lado, as condições conjunturais constituíram o impulso à revolução, por outro dificultaram os primeiros anos do Estado soviético, pois era preciso retomar a economia russa, reorganizando a indústria, dilacerada pela guerra, e produzindo alimentos para toda a população em caráter de urgência. Era também preciso se preparar para a contraofensiva burguesa, que veio de forma organizada no início de 1918, instalando a guerra civil e piorando ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, uma vez que o cerco a determinados territórios pelas tropas militares opositoras impediam a distribuição de alimentos.

Além disso, embora a revolução tivesse resultado das contradições do capitalismo em âmbito mundial, em que a Rússia já se inseria economicamente, internamente ainda não haviam se desenvolvido suficientemente as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, condição essa necessária para a superação de um modo de produção vigente. (GERMER, 2009, p. 92-93). A indústria russa, ainda que avançada,

² Tradução nossa para o português: “O Sistema Taylor: escravização do homem pela máquina”.

³ Tradução nossa para o português: “Cadernos do Imperialismo”.

inclusive contando com a importação significativa de parte dos seus maquinários e destacando-se na produção de vários produtos, não estava no mesmo nível dos demais países; o proletariado, ainda que bastante concentrado em grandes empresas e ativo politicamente, era uma parte pequena da população e a sua qualificação técnica era frágil. (BORODÍNE *et al*, 1983; LINHART, 1983).

Assim, era preciso iniciar as medidas de caráter socialista, sem que localmente o capitalismo tivesse desenvolvido as condições para a sua própria superação. O que, por sua vez, impunha consideráveis dificuldades ao Estado soviético.

O próprio partido bolchevique, que esteve na direção da revolução, não esperava que ela se iniciasse na Rússia, dada a insuficiência do desenvolvimento das contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Por isso, por certo tempo, aguardou a ocorrência de um movimento internacional. (GERMER, 2009, p. 93). Ainda assim, constituiu um poder soviético – o qual denominaremos ao longo dessa dissertação por Estado soviético – que imediatamente passou a realizar algumas medidas de caráter socialista, como a abolição jurídica da propriedade privada dos meios de produção, o controle operário das grandes empresas e o planejamento integrado da produção e distribuição. (*ibidem*, p. 93).

Portanto, o momento posterior à revolução foi de introduzir as medidas de caráter socialista e, ao mesmo tempo, buscar a elevação da produtividade do trabalho, de forma a minimizar os impactos ocasionados pela guerra. E é nesse cenário que Lenin faz a defesa do taylorismo, compreendendo que ele poderia contribuir com a organização do processo de trabalho, melhorando o desempenho dos trabalhadores e elevando a produtividade do trabalho.

Na ocasião, o taylorismo carregava uma história de resistência em vários países, como a que ocorreu em 1912, nos Estados Unidos da América, com a instalação de uma Comissão de Inquérito, organizada pelo Congresso estadunidense. As críticas partiam especialmente de trabalhadores mais qualificados, os trabalhadores de ofício, representados pelos sindicatos de ofícios, e de alguns empresários, que se viam prejudicados pelo emprego do taylorismo pelos concorrentes. Denunciavam que o uso do cronômetro para o controle das operações executadas impunha um ritmo de trabalho mais acelerado e impedia os trabalhadores de influenciarem na produção. (LINHART, 1983, p. 95-96). Alegavam ainda que com a organização do trabalho proposta, os trabalhadores mais qualificados se igualariam aos desqualificados e teriam os salários reduzidos. (*ibidem*, p. 97-98). O taylorismo era claramente identificado como um método a serviço da exploração capitalista.

Por isso, o posicionamento favorável de Lenin e do Estado soviético acarretaram críticas, que na ocasião partiram especialmente dos grupos políticos opositores (LINHART, 1983, p. 77), os quais consideravam que a defesa do taylorismo implicava numa aliança com os interesses burgueses. (LENIN, 2011, p. 259). Posteriormente, as críticas se tornaram objeto de elaboração de intelectuais, repercutindo em parte das avaliações da Revolução Russa.

Na atualidade, uma das referências para esse debate tem sido o livro *Lenin, os camponeses, Taylor. Ensaio de Análise Baseado no Materialismo Histórico sobre a Origem do Sistema Produtivo Soviético*⁴, de Robert Linhart⁵. O autor faz um rico levantamento de textos em que Lenin aborda a organização do processo de trabalho e em específico o taylorismo, buscando compreender as suas posições em diferentes momentos históricos, tendo por base elementos conjunturais e sustentações teóricas do autor russo.

Linhart (1983) avalia que a adoção do taylorismo repercutiu negativamente no próprio desfecho do processo revolucionário implantado na Rússia. Segundo ele, o método taylorista representou em seu tempo a forma mais desenvolvida de organização do processo de trabalho a serviço da reprodução do capital, expropriando o conhecimento operário em relação ao seu trabalho, acentuando a divisão entre trabalho intelectual e manual. Tais características, intrínsecas ao taylorismo, teriam reforçado um suposto caráter autoritário do Estado soviético, contribuindo para a sua burocratização. (ibidem, p. 112).

Entretanto, ainda que reunindo um conjunto significativo de dados, Linhart (1983) atribui ao taylorismo efeitos que, em nossa avaliação, sustentada na teoria marxista, são próprios do desenvolvimento do processo de trabalho no capitalismo desde o trabalho cooperado, passando pela manufatura e que se aprofundaram na indústria moderna, especialmente por consequência do desenvolvimento da maquinaria e de seu emprego no processo de valorização do capital. Dessa forma, entendemos que o exame de Linhart (1983) quanto ao posicionamento de Lenin acaba comprometido, o que representa uma lacuna no seu trabalho.

O debate sobre a defesa de Lenin em relação ao taylorismo também tem sido feito por Charles Bettelheim⁶ (1913-2006), na obra *A luta de classes na União Soviética* (BETTELHEIM, 1983). O autor faz uma breve análise da apreciação de Lenin, compartilhando dos fundamentos críticos de Linhart (1983). Tem sido uma referência para os estudos sobre a União Soviética.

⁴ A primeira publicação de *Lenin, os camponeses, Taylor* foi na França, em 1976.

⁵ Francês, sociólogo, historiador e militante político. Em 1966, fundou uma organização política de vertente maoísta, ou seja, evidenciando sua influência pelo movimento revolucionário ocorrido na China.

⁶ Economista e historiador francês.

Outro crítico é Benedito Rodrigues de Moraes Neto⁷, no artigo *Processo de Trabalho e Eficiência Produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin* (MORAES NETO, 2009), autor que, na atualidade brasileira, analisa a posição de Lenin com uma fundamentação que diverge parcialmente de Linhart e Bettelheim. Segundo o autor, não seria o taylorismo a forma mais desenvolvida de organização do processo de trabalho, mas sim a produção baseada na maquinaria. O método taylorista estaria voltado para os setores produtivos em que ainda prevalecia o trabalho manual, portanto, dependentes da habilidade da força de trabalho. E para o capital, dadas as limitações físicas e subjetivas do trabalhador, interessaria a automação do processo produtivo, meio realmente eficiente para elevar a produtividade. (MORAES NETO, 1991, 2009). Por consequência, Moraes Neto (2009) avalia que o taylorismo poderia ter sido adotado pelo Estado soviético apenas como uma resposta emergencial ao problema da baixa produtividade, porém, não como um método de trabalho a ser mantido na transição socialista.

Destacamos aqui apenas as críticas de três autores, mas que já expressam a controvérsia que perpassa o posicionamento de Lenin em relação ao taylorismo, de forma que entendemos que seria importante nos debruçarmos mais sobre esse debate. Para tanto, como objetivo geral dessa pesquisa, buscamos apreciar a posição de Lenin sobre o taylorismo, fundamentando-nos na teoria marxista do processo de trabalho e confrontando a sua posição com as críticas feitas pelos autores mencionados acima.

Mais especificamente, tivemos como objetivos:

- a) Analisar a evolução do pensamento de Lenin sobre o taylorismo ao longo dos textos em que aborda a organização do processo de trabalho e o método taylorista;
- b) Analisar as críticas de Linhart (1983), Bettelheim (1983) e Moraes Neto (1991, 2009) sobre o taylorismo;
- c) Analisar o taylorismo tendo por base a teoria marxista do processo de trabalho;
- d) Debater as críticas de Linhart (1983), Bettelheim (1983) e Moraes Neto (1991, 2009) sobre o taylorismo a partir da teoria marxista do processo de trabalho;
- e) Debater a posição de Lenin tendo por base as nossas críticas ao taylorismo e as dos autores supracitados.

Dessa forma, esperamos contribuir teórica e politicamente com as elaborações sobre a Revolução Russa, especialmente nos marcos do seu centenário. Em nossa avaliação, ainda que o desfecho da Revolução tenha sido o retorno de relações sociais capitalistas, tratou-se de uma importante experiência de transição a um novo modo de produção, tendo acarretado

⁷ Economista e professor aposentado do Departamento de Economia, da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP/ Araraquara.

mudanças econômicas e sociais significativas, devendo ser examinada e refletida de forma mais profunda.

Além disso, consideramos a relevância de nossa pesquisa em contribuir com uma análise marxista do taylorismo, pois, entendemos que este inaugurou alguns princípios e diretrizes que repercutem até os dias atuais, mesclados a outros métodos de gestão que lhe sucederam. Tal análise pode, inclusive, contribuir com os estudos realizados sobre o tema em questão no campo da Psicologia marxista do trabalho, área da autora e do orientador dessa dissertação.

A investigação que ora apresentamos consistiu numa pesquisa teórico-conceitual e teve como fundamento a teoria do processo de trabalho, elaborada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), e o materialismo histórico como método aplicado de pesquisa, também elaborado por estes teóricos.

A fim de dar conta de nossos objetivos, nossa pesquisa organizou-se metodologicamente a partir de cinco momentos investigativos diretamente articulados, que correspondem ao movimento de construção da análise de nosso objeto, a qual se desdobra em distintos capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *O processo teórico-investigativo para a compreensão da apreciação de Lenin quanto ao taylorismo: método e teoria explicativa* apresentamos o nosso método de pesquisa, o materialismo histórico, e o nosso referencial teórico, a teoria marxista sobre o processo de trabalho.

A leitura e sistematização dos textos que consistem no objeto de nossa análise culminaram no segundo capítulo dessa dissertação, intitulado *A apreciação de Lenin quanto ao taylorismo*. Nele realizamos uma síntese do posicionamento de Lenin sobre o modelo de organização do processo de trabalho em questão, destacando a sua crítica inicial e a sua posterior mudança de posição, quando passa a apontar os aspectos positivos do taylorismo. Procuramos também, na medida do possível, apresentar elementos conjunturais, de caráter sócio-político-econômicos, que dessem vida e sentido à apresentação dos textos de Lenin.

Compõem o conjunto de textos analisados e sistematizados as obras especificadas a seguir, em ordem cronológica, conforme o ano em que foram escritas, a fim de que pudessemos captar a evolução do pensamento do autor sobre o taylorismo. São elas:

- 1) *Un Sistema “Científico” de Máxima Exploración* (LENIN, 1977a), escrito e publicado no Pravda⁸, em março de 1913;
- 2) *El sistema Taylor: Exclavización del hombre por la máquina* (LENIN, 1977b), escrito e publicado no Pravda, em março de 1914;
- 3) Anotações publicadas em *Cuadernos sobre el imperialismo* (LENIN, 1977c), escritas entre 1915 e 1916 e publicadas entre 1933 e 1938, em que Lenin apresenta anotações decorrentes das leituras de *Dirección de empresas*⁹ (publicado em Berlim, em 1912), de Frederick Winslow Taylor; *El sistema Taylor en la práctica*¹⁰ (publicado em Berlim, em 1914), de Rudolf Seubert¹¹; e *Estudio del movimiento como un aumento de la riqueza nacional*¹² (publicado em 1915, no Annals of The American Academy), de Frank Bunker Gilberth¹³;
- 4) *Primera Variante del Artículo Las Tareas Inmediatas del Poder Soviético*¹⁴ (LENIN, 1976a), escrito em março de 1918, porém, publicado em partes nos anos de 1926, 1929 e 1976;
- 5) *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético* (LENIN, 1980), escrito e publicado em abril de 1918;
- 6) *Una gran iniciativa*¹⁵ (LENIN, 1973a), escrito em junho de 1919 e publicado em julho do mesmo ano, em um folheto publicado pelo Estado soviético;
- 7) *VIII Congreso de los soviets de toda Rusia*¹⁶ (LENIN, 1973b), escrito e publicado em dezembro de 1920;
- 8) *Una Oveja Negra Estropea El Rebaño*¹⁷ (LENIN, 1978), escrito em setembro de 1922 e publicado apenas em 1928.

⁸ Jornal russo, criado em 1908 pelos sociais-democratas e direcionado aos operários. Após a Revolução de 1917 passou a ser o órgão oficial de imprensa durante o Estado soviético. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pravda>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

⁹ Tradução nossa para o português: “Gestão de Empresas”.

¹⁰ Tradução nossa para o português: “O sistema Taylor na Prática”.

¹¹ Rudolf Seubert foi um engenheiro alemão. (LINHART, 1983).

¹² Tradução nossa para o português: “Estudo do Movimento como Aumento da Riqueza Nacional”.

¹³ Frank B. Gilberth foi um americano e discípulo de Taylor. (LINHART, 1983).

¹⁴ Tradução nossa para o português: “Primeira Versão do Artigo Tarefas Imediatas do Poder Soviético”.

¹⁵ Tradução nossa para o português: “A grande iniciativa”. Nesse texto Lenin não menciona diretamente o taylorismo, contudo, incorpora em sua análise alguns dos princípios e normas operacionais que compõe o método de organização do trabalho em questão. Por isso, consideramos pertinente a sua inclusão em nossa pesquisa.

¹⁶ Tradução nossa para o português: “VIII Congresso de Sovietes”. Nesse texto Lenin não menciona diretamente o taylorismo, contudo, incorpora em sua análise alguns dos princípios e normas operacionais que compõe o método de organização do trabalho em questão. Por isso, consideramos pertinente a sua inclusão em nossa pesquisa.

¹⁷ Tradução nossa para o português: “Uma Ovelha Negra Estraga o Rebanho”.

A seleção dessas obras para compor nosso *corpus* de análise justifica-se na medida em que se tratam de textos nos quais Lenin aborda o processo de trabalho e o taylorismo e que foram investigados também por Linhart (1983), um de seus principais críticos. Ou seja, baseamo-nos nas mesmas referências que foram consultadas por Linhart (1983), contudo, buscando estabelecer nossa própria análise em relação aos textos do Lenin.

Além destes, consultamos outros três textos de Lenin que tiveram a função de contribuir com a nossa análise: *¿Como organizar la emulación?*¹⁸ (LENIN, 1976b); *“Left-Wing” Childishness and the Petty-Bourgeois Mentality*¹⁹ (LENIN, 2011); e *A Fly in The Ointment*²⁰ (LENIN, 2012).

Na sequência, passamos à sistematização e apresentação das críticas imputadas a Lenin por Linhart (1983), Bettelheim (1983) e Moraes Neto (2009). Além da apropriação das reflexões desses autores sobre a posição de Lenin, buscamos destacar as suas concepções sobre o taylorismo. Essa análise é apresentada em nosso terceiro capítulo, intitulado *Críticas ao posicionamento de Lenin sobre o taylorismo*.

Por fim, fizemos a discussão de nossa pesquisa, avançando na análise de nossos dados. Primeiro, avaliamos criticamente o método taylorista a partir da teoria marxista, estabelecendo o debate com as críticas de Linhart, Bettelheim e Moraes Neto, o que constitui nosso quarto capítulo: *Considerações críticas ao taylorismo: uma análise a partir da teoria marxista*. Posteriormente, debatemos a posição de Lenin quanto ao taylorismo, tendo por fundamento as críticas que elaboramos anteriormente. Essa análise está posta no quinto capítulo, intitulado *Considerações críticas à apreciação de Lenin ao taylorismo*.

¹⁸ Tradução nossa para o português: “Como organizar a emulação?”.

¹⁹ Tradução nossa para o português: “Infantilismo de esquerda e mentalidade pequeno-burguesa”.

²⁰ Tradução nossa para o português: “Uma dificuldade”.

1. O PROCESSO TEÓRICO-INVESTIGATIVO PARA A COMPREENSÃO DA APRECIÇÃO DE LENIN QUANTO AO TAYLORISMO: MÉTODO E TEORIA EXPLICATIVA

1.1 MÉTODO APLICADO: O CAMINHO PERCORRIDO PARA A COMPREENSÃO DA APRECIÇÃO DE LENIN QUANTO AO TAYLORISMO

A investigação a que nos propomos utilizou o materialismo histórico²¹, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, como método aplicado de pesquisa e a teoria marxista como teoria explicativa, conforme apresentaremos na sequência. Buscamos com eles ir além da aparência do objeto investigado, desvelando aspectos que, no plano imediato, podem estar ocultos.

Embora a realidade compreenda uma totalidade organizada, com elementos interrelacionados e sob ação recíproca, o que compõe o concreto real, empírico (GERMER, 2003 p. 3), ela não nos é apreensível diretamente, exigindo para o seu conhecimento um processo de elaboração mental, através da mediação de abstrações teóricas. Pelo nosso contato imediato com a matéria²², apropriamo-nos apenas de uma aparência caótica, cujas conexões são parciais e distorcidas. Essa apropriação imediata pelos órgãos dos sentidos é denominada por Germer (2003, p. 3-4) como concreto sensorial, o ponto de partida do processo de elaboração do conhecimento.

De acordo com Martins (2001, p. 125), os fenômenos apreendidos imediatamente pelo contato com a realidade concreta não traduzem adequadamente essa realidade, pois se apresentam como uma representação abstrata caótica, desordenada. Por isso podem não ser fidedignos, ou seja, podem não expressar o que essa realidade de fato é.

O alcance da realidade como ela é, portanto, sem distorções, captando-a como uma totalidade organizada, exige a elaboração pelo pensamento do que é apreendido através dos sentidos, o que compreende um processo de superação do concreto sensorial através da formação do concreto pensado ou teoria. Esta surge como síntese das abstrações destacadas da realidade e elaboradas como conceitos, que são então interligadas, compondo uma

²¹ Adotaremos o termo materialismo histórico em consonância a Germer (2016b)*. O autor, baseado em Engels, define o materialismo histórico como a aplicação do materialismo dialético - enquanto método de pesquisa da realidade em sua generalidade - ao campo de estudo das ciências humanas e sociais. Essa definição decorre da compreensão de que a matéria apresenta níveis diferentes de organização, com qualidades e leis específicas, o que exige o desdobramento do método geral em métodos específicos, de forma que consigam reproduzir as leis de cada nível. A “(...) matéria consciente organizada socialmente (...)” (ibidem, p. 7-8) é o objeto de pesquisa do materialismo histórico. * GERMER, C.M. O método materialista de pesquisa de Marx e Engels. Curitiba, 2016b. (texto inédito e em fase de elaboração).

²² Segundo Germer (2016b), a matéria é a essência e substância da realidade. No texto usaremos o termo como sinônimo de realidade.

totalidade dinâmica. (GERMER, 2003, p. 4). Portanto, o processo de elaboração mental do conhecimento é composto pela abstração e pela síntese. (ibidem, p. 5).

Porém, o alcance do concreto real precisa ir além da formação do concreto pensado. O concreto pensado é uma representação abstrata da realidade, formado pela abstração dos elementos essenciais desta. Ele corresponde ao concreto real, contudo, como generalização e não como particularidade, como expressão mais concreta. Apropriando-nos do exemplo de Hegel, examinado por Marx, o conceito fruta corresponde a um concreto pensado, uma abstração, que não é encontrada empiricamente. No concreto real encontramos as diversas frutas, cada qual com suas particularidades. (ibidem, p. 7).

Dessa forma, para atingir à realidade empírica, investigando os seus mais diferentes aspectos, é preciso aplicar a ela o concreto pensado, é preciso localizar no concreto real as abstrações teóricas, o que vem a ser o método aplicado²³. (GERMER, 2016b, p. 6).

A pesquisa, porém, não se detém na teoria, mas tem um passo a dar após atingir o concreto pensado ou teoria, que consiste em aplicar a teoria à realidade empírica, e esta passagem requer, também, um método, que aqui se denominará método aplicado, que é o método de aplicação da teoria à realidade empírica, em oposição ao método anterior, que se denominou, acima, método teórico. O método aplicado consiste em localizar no concreto real, na realidade empírica, os elementos correspondentes aos conceitos abstratos e as suas interconexões, assim como o movimento do real analisado, isto é, o seu processo de evolução. Por exemplo, a teoria do capitalismo, exposta no *O capital*, é uma construção abstrata, que representa a essência do capitalismo mas não representa nenhum capitalismo realmente existente. A teoria do capitalismo foi elaborada por Marx e encontra-se exposta no *O capital*, que é, portanto, um concreto pensado, isto é, a reconstrução do objeto pensado – o capitalismo – no e pelo pensamento. Não é necessário, portanto, repetir o percurso do Marx, do concreto real ao abstrato e deste de retorno ao concreto pensado, pois Marx já o fez. Mas a teoria do capitalismo, elaborada por Marx, destina-se a servir para compreender os capitalisms reais e neles atuar. Para o pesquisador atual, ao tratar de compreender uma economia capitalista real, a teoria do capitalismo é o guia que lhe indica as categorias que deve procurar, e onde procurá-las. O pesquisador, portanto, deve dar um passo além daqueles expostos por Marx. (GERMER, 2016b, p. 6).

Em nossa pesquisa utilizaremos o materialismo histórico como método aplicado, ou seja, buscaremos a compreensão de um fenômeno empírico tendo por base uma teoria que já foi elaborada. Ou seja, buscaremos a compreensão da evolução da posição de Lenin sobre a organização do processo de trabalho e sobre o taylorismo, tendo por base a teoria marxista do processo de trabalho. Esta foi elaborada como uma representação abstrata da realidade, evidenciado a essência do processo de trabalho de forma geral e do processo de trabalho no

²³ Segundo Germer (2016b, p. 6), Marx e Engels se referem ao método como o processo de elaboração do conhecimento, de formação do concreto pensado, o que seria o método teórico, diferenciando-se do método aplicado.

capitalismo, conforme apresentaremos mais adiante. Nessa pesquisa, procuraremos a correspondência da teoria marxista num fenômeno empírico: o processo de trabalho tomado como objeto de reflexão e intervenção por Taylor e por Lenin. Além disso, é importante observar os princípios metodológicos e filosóficos fornecidos pelo materialismo histórico e que devem conduzir o processo de elaboração mental em nossa pesquisa. O materialismo histórico se fundamenta no materialismo filosófico e na dialética materialista. (GERMER, 2016b, p. 3). Ambos sistematizam pressupostos que devem orientar a ordenação do pensamento no processo de conhecimento do objeto investigado.

O materialismo filosófico sustenta-se na compreensão de que a realidade material existe fora e independentemente da consciência. A consciência humana e qualquer tipo de atividade do pensamento têm origem na realidade material, o que se contrapõe ao idealismo filosófico. (GERMER, 2003, 2016b; MARTINS, 2008). E se desenvolvem através da atividade prática dos seres humanos, pelo processo ativo de reprodução de suas vidas e não contemplativamente.

Para reproduzirem as suas vidas, ou seja, criarem as condições que permitam a sobrevivência, os seres humanos precisam relacionar-se com a natureza e relacionar-se entre si, o que o fazem através do trabalho, atividade vital da humanidade. (MARTINS, 2008, p. 42-43). Dessa forma, os seres humanos entram em contato com os materiais disponíveis na natureza, modificando-os de forma a atingir um resultado já planejado idealmente. E por esse processo desenvolvem a reflexão em relação a essa realidade, desenvolvendo assim as suas ideias, conhecimentos e a sua consciência, o que permite retroagir progressivamente de forma diferenciada na atividade. (GERMER, 2003, p. 5). De um contato inicialmente sensorial, baseado na atividade prática, no trabalho, o mundo objetivo é representado na consciência e tem assim a possibilidade de se tornar cognoscível. (MARTINS, 2008).

Germer (2003, p. 5-6), denomina esse processo como prática, que corresponde a unidade da atividade material, de intercâmbio entre os seres humanos e destes com a natureza, com a atividade mental, de elaboração do conhecimento. A atividade prática e a atividade mental, ou etapa prática e mental como denomina o autor, só podem existir relacionadas, não existem isoladas e independentes.

Já Martins (2008, p. 43-44) adota o termo práxis, considerando-a resultante do processo histórico de humanização, através do qual os seres humanos superam as particularidades biológicas/orgânicas pelo desenvolvimento das particularidades histórico-sociais. Para tanto, tem destaque o desenvolvimento da consciência, que permite à

humanidade dominar e transformar a natureza, não se limitando ao que esta lhe oferece imediatamente.

Portanto, existe uma realidade independente da consciência humana. Porém, por meio do trabalho, os seres humanos intervêm sobre essa realidade, conhecendo-a progressivamente e transformando-a. E a pesquisa científica corresponde ao momento de conhecer essa realidade, pressupondo que ela existe independente da consciência humana.

Outro ponto em que o materialismo histórico se fundamenta vem a ser a dialética materialista. Esta fornece à pesquisa científica princípios que orientam o processo de conhecimento, de forma a possibilitar a apreensão da realidade enquanto uma totalidade composta por aspectos interrelacionados (ibidem, p. 51) e que está em permanente processo de movimento e transformação. Esses princípios representam as leis da dialética.

A realidade compreende uma totalidade, resultante da síntese de múltiplas determinações, cujos elementos que se relacionam de forma orgânica, interpenetrando-se e determinando-se mutuamente. (ibidem, p. 55). E essas relações encerram unidades de contradições, ou seja, apresentam elementos opostos e que se contrapõe, estabelecendo uma luta de contrários. Desta luta, em que um pólo nega o outro e cujo movimento produz uma nova síntese, a relação se transforma, desenvolve-se pelo acúmulo progressivo de pequenas mudanças quantitativas que, por fim, ocasionam mudanças qualitativas. O processo de permanente movimento e transformação leva ao desenvolvimento da realidade, transitando incessantemente de formas mais simples a mais complexas. (ibidem, p. 55-56).

E tal movimento, cuja organização segue determinadas leis (movimento, contradição, transformação da quantidade em qualidade), precisa ser captado na investigação de um determinado objeto, como parte do seu conhecimento para além da aparência. Por isso, a dialética materialista incorpora essas leis e características da realidade como parte do método de pesquisa (GERMER, 2016b, p. 4); e dessa forma, ela possibilita o encadeamento do pensamento na apropriação da realidade, ou seja, a lógica. (MARTINS, 2008).

Por conseguinte, a pesquisa científica que pretende investigar um dado fenômeno social a partir do materialismo histórico, como é o caso de nossa pesquisa, deve buscar a correspondência desses princípios filosóficos e metodológicos no fenômeno investigado, desvendando a sua materialidade, bem como as suas determinações e seu processo de transformação. (GERMER, 2016b).

Assim, no que se refere à apreciação de Lenin do método taylorista do trabalho, é necessário apreendermos a materialidade da sua posição. Devemos identificar suas múltiplas determinações e as relações estabelecidas entre elas, pois de acordo com Martins (2008), não

é possível compreender o real e construir o conhecimento considerando apenas aspectos isolados da realidade.

A afirmação de tais princípios e mais que isso, o esforço para incorporá-los no processo de conhecimento, são fundamentais para não incorrer em desvios metodológicos, conseguindo superar a tendência a uma perspectiva idealista, ainda bastante presente nas ciências humanas e no senso comum. (GERMER, 2003, 2016b).

1.2 TEORIA EXPLICATIVA: A TEORIA MARXISTA DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE TRABALHO E DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

Como mencionamos, em nossa pesquisa procuraremos compreender um aspecto da realidade empírica – a apreciação de Lenin quanto ao taylorismo - tendo por fundamento a teoria do processo de trabalho, elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels.

Tais autores, a partir do materialismo filosófico e da dialética materialista, elaboraram um conjunto de teorias explicativas que apreendem os diferentes níveis de existência da sociedade, tendo por seu fundamento o trabalho. No primeiro nível, o trabalho é explicado em sua forma mais abstrata, como meio de reprodução histórica da humanidade independente de sua forma social; no segundo nível, o trabalho é reproduzido por suas transformações ao longo dos modos de produção; no terceiro nível, é analisado no modo de produção capitalista; e por fim, são apresentadas tendências quanto ao desenvolvimento do trabalho na transição do capitalismo para o modo de produção comunista. (GERMER, 2016b).

Essas teorias se entrecruzam e são essenciais na compreensão do problema concreto por nós apresentado nessa pesquisa. É claro que nesse momento não poderemos resgatá-las em profundidade, mas destacaremos alguns aspectos que consideramos mais pertinentes ao nosso tema.

Inicialmente, partiremos da apresentação do processo de trabalho em sua forma mais abstrata, como meio geral de reprodução da vida, para então passarmos a apresentação de algumas modificações que lhe foram impostas em decorrência do processo de valorização do capital. Buscaremos identificar essas transformações percorrendo brevemente o desenvolvimento do trabalho cooperado, e da manufatura até o início da indústria moderna, comparando com o trabalho artesanal realizado anteriormente. Por fim, tentaremos apontar as contradições que perpassam essas transformações, identificando com isso os aspectos de superação do processo de valorização do capital e com esta, o fim da sua dominação sobre o processo de trabalho.

1.2.1 O processo de trabalho como meio de reprodução da existência humana

Considerando o trabalho em sua dimensão mais abstrata, ele consiste na intervenção processual dos indivíduos sobre os materiais que o circundam, sejam estes derivados diretamente da natureza ou produzidos por uma atividade prévia. Dessa forma, pelo trabalho, os indivíduos promovem transformações sobre estes materiais, imprimindo-lhes uma forma que tinham previamente idealizado e que passam a satisfazer as suas necessidades. Para tanto, utilizam-se de instrumentos, que estabelecem a mediação da atividade humana com os materiais, assumindo a função de extensão corporal e facilitando o trabalho. Dessa maneira e abstraindo sua forma social específica, desenvolve-se o processo de trabalho. (MARX, 2008).

O trabalho se perpetua incessantemente, uma vez que ocorre com o intuito de satisfazer necessidades humanas vitais. (GERMER, 2009, p. 80). Portanto, é condição necessária à existência da humanidade. E pelo seu movimento incessante transforma-se.

O ponto de partida de tais transformações é a própria atividade da força de trabalho, pois na medida em que o ser humano intervém sobre os objetos de trabalho, com o suporte de instrumentos, acaba conhecendo essa realidade. Com o conhecimento produzido em sua atividade, na medida em que se familiariza com as propriedades dos objetos e os elabora em conceitos, o ser humano consegue refletir sobre a sua atividade e passa a retroagir sobre esta, modificando-a. Com isso, amplia seus conhecimentos e técnicas, desenvolve novas aptidões e habilidades, aperfeiçoa os meios de trabalho. (MARX²⁴, 1983, *apud* GERMER, 2009, p. 80).

Esses componentes do trabalho – conhecimentos, técnicas e meios de trabalho - formam as suas forças produtivas, progressivamente aprimoradas em decorrência do próprio trabalho e que permitem a sua realização. Cada processo de trabalho incorpora e baseia-se em forças produtivas já existentes, que por sua vez são transformadas e evoluem, acarretando em graus mais elevados de produtividade do trabalho. (MARX²⁵, 1985 *apud* GERMER, 2009, p. 81).

O processo de trabalho e as suas forças produtivas determinam as relações que os seres humanos estabelecem na produção. O trabalho é uma atividade social, composta por distintos trabalhos individuais, realizados por pessoas diferentes, com funções produtivas diferentes, constituindo um sistema de divisão social do trabalho, e que, por compartilharem a produção, acabam contraindo relações. Estas relações se desenvolvem espontaneamente, a

²⁴ MARX, K. **O Capital**, v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, cap. 5.

²⁵ MARX, K. **O Capital**. v. III. São Paulo: Abril, 1985, p. 814*. *Segundo Germer, em orientação dessa pesquisa, a página citada não é 814, mas sim 314.

partir da interação sistemática dos seres humanos no trabalho e são impostas pelas características do processo de trabalho. Logo, não são intencionais, independem da vontade e são determinadas. (MARX²⁶, 1977 *apud* GERMER, 2009, p. 85).

Dado que as forças produtivas do trabalho estão em progressivo desenvolvimento, as relações entre os indivíduos também são transformadas, porém sempre se ajustando ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. (GERMER, 2009). São os instrumentos disponíveis ao trabalho que determinam a divisão do trabalho. (MARX, 2009, p. 149). Formas específicas de forças produtivas determinarão tipos específicos de relações sociais, por exemplo, a depender da localização dos materiais, dos instrumentos e ambientes de trabalho (construções, instalações, meios de transporte) as relações se darão de uma forma; em outras condições se estabelecerão de outra maneira. (GERMER, 2009, p. 85).

A natureza social do trabalho e o estabelecimento de relações entre os indivíduos impõe a estes a divisão do trabalho. De início esta se desenvolve tendo por base as diferenças corporais, de sexo ou casuais; posteriormente, com o desenvolvimento do trabalho e das necessidades humanas, ela se complexifica, culminando na divisão entre trabalho intelectual e manual, na divisão entre cidade e campo. (MARX, 2007, p. 35-36). A partir de então, a divisão do trabalho não corresponde mais apenas a uma consequência natural da natureza social do trabalho, não ocorre mais de forma casual; mas sim se expressa como a fixação das pessoas em atividades distintas, recebendo de forma distinta os produtos do trabalho. (ibidem, p. 36). A forma da relação entre indivíduos passa a refletir as relações entre estes e os meios de produção, ou o que é a forma de apropriação sobre os meios de produção (GERMER, 2009, p. 86).

Abstraindo a forma social da divisão do trabalho, cada modo de produção se caracteriza por uma dada combinação entre forças produtivas e as suas correspondentes relações sociais de produção. Essa combinação se transforma ao longo do desenvolvimento do modo de produção, acarretando, em certo momento, uma contradição entre forças produtivas e as relações sociais de produção. (ibidem, p. 87).

As forças produtivas desenvolvem-se espontaneamente e com isso produzem novas relações sociais de produção. Contudo, desde o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, as relações sociais de produção passaram a ter, além de uma existência objetiva no processo de produção, uma existência na forma jurídica, que passou a fixar a propriedade. (ibidem, p. 86). Por consequência, as forças produtivas, em um dado momento, passam a ter o

²⁶ MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 24.

seu desenvolvimento travado pelas relações sociais de produção, que se encontram fixadas juridicamente. Abre-se então uma época de revolução social e de transformação do modo de produção. (MARX²⁷, 1977 *apud* GERMER, 2009, p. 87).

1.2.2 O processo de trabalho no capitalismo: trabalho cooperado e produção manufatureira

Até aqui recuperamos sinteticamente algumas elaborações feitas por Marx e Engels quanto ao processo de trabalho em geral, independente da sua forma social. Resumidamente, tratamos de expor que o trabalho é condição fundamental da reprodução da existência histórica da humanidade; que ele próprio gera os conhecimentos que permitem ao indivíduo intervir sobre a realidade de forma distinta, transformando-a e aprimorando o processo de trabalho; e que, ao trabalhar, os indivíduos contraem relações sociais de produção, que lhe são impostas, determinadas e independente de sua vontade.

Esses teóricos apreenderam algumas leis próprias no movimento da realidade, que por sua vez os direcionaram na explicação social em níveis maiores de concretude, os quais também apresentaremos na sequência, buscando os fundamentos do processo de trabalho no capitalismo, modo de produção no qual o taylorismo se desenvolveu.

No modo de produção capitalista o processo de trabalho se torna processo de valorização do capital, ou seja, processo de produzir mais-valia. (MARX, 2008, p. 220). O desenvolvimento do capital pressupõe um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, expresso centralmente pela abundância de força de trabalho despojada de propriedade (MARX, 2011, p. 585) e por embriões de mecanização. E também correspondentes relações sociais de produção e distribuição, que se configuram juridicamente pela propriedade privada dos meios de produção e dos valores de uso produzidos, bem como pelo assalariamento da força de trabalho, adquirida em maior quantidade, concentrada e direcionada por um mesmo capital. (MARX, 2008).

Inicialmente o capital é empregado na aquisição de meios de produção e da força de trabalho, passando então a ter uma existência nesses elementos, convertendo-os em capital constante e capital variável. Dessa forma, o processo de trabalho passa a colocar em movimento essas formas específicas de capital, a fim de produzir uma mercadoria e reproduzir o capital total. (MARX, 2011, p. 579).

²⁷ MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 24-25.

A apropriação do processo de trabalho pelo capital acarretou algumas transformações: impulso das forças produtivas, mudança na sua organização e no papel desempenhado pela força de trabalho.

Anteriormente ao capitalismo, o processo de produção dos produtos necessários à satisfação das necessidades humanas se dava de forma completamente distinta. No feudalismo a produção ocorria através do trabalho da família camponesa, que tanto se dedicava ao cultivo da terra e animais, quanto à confecção de produtos artesanais para sua própria subsistência (roupas, instrumentos de trabalho, utensílios para a casa etc.), bem como através das corporações de ofício urbanas (MARX, 2009, p. 155), em que o artesão se dedicava exclusivamente ao trabalho artesanal.

Em ambos os casos, os instrumentos de trabalho eram predominantemente manuais, estabelecendo com isso uma divisão do trabalho bastante simples.

A base técnica do trabalho na corporação de ofício era composta pelos artesãos, com a colaboração de um pequeno número de auxiliares e com o suporte de ferramentas manuais e genéricas, até então pouco especializadas. O mestre artesão era responsável pela totalidade da produção do seu produto; planejava a sua confecção e executava todas as operações necessárias para tal, dominando as técnicas e conhecimentos que perpassavam a sua atividade. Os auxiliares contribuíam para a produção, no entanto, assumiam a condição de aprendizes, para também dominarem o ofício. (MARX, 2008, p. 394, p. 416).

A produção cooperada, depois evoluindo para a produção manufatureira, veio a substituir a produção artesanal, superando-a. O trabalho cooperado pressupôs a acumulação de capitais e a concentração dos instrumentos de trabalho pelo capital; os trabalhadores são reunidos num mesmo local (MARX, 2009, p. 153), compartilhando os meios de produção e atuando de forma simultânea. (MARX, 2008, p. 375). Inicialmente, não existe divisão do trabalho, os trabalhadores estão reunidos e compartilham instrumentos de trabalho, mas cada um produz integralmente um produto.

Dessa concentração de instrumentos, a serviço do capital, é que o trabalho passou a ser decomposto, sendo atribuído a cada operário uma atividade parcelar, caracterizando o desenvolvimento da cooperação e de sua evolução para a produção manufatureira. (MARX, 2009, p. 153). Assim, a manufatura estabeleceu a divisão do trabalho no interior da oficina, fato novo até então. Anteriormente, a divisão do trabalho nas oficinas produtivas era pouco desenvolvida, enquanto a divisão do trabalho na sociedade era bem delimitada e de forma planejada. (MARX, 1985, p. 127).

O trabalho combinado de várias forças de trabalho, que compartilhavam meios de trabalho, veio a se constituir como uma nova força produtiva: a força coletiva de trabalho, superior à soma das capacidades de trabalho de cada pessoa individualmente. (MARX, 2008, p. 379). Assim como no período artesanal, a produção manufatureira estava centrada na habilidade da força de trabalho e em suas ferramentas, contudo, a simples concentração e combinação dos trabalhadores desenvolveu uma nova potência de trabalho.

Outra modificação imposta pela cooperação foi a instalação da direção no processo de trabalho. A necessidade de coordenação do processo de trabalho coletivo decorre de seu próprio caráter coletivo e da divisão do trabalho em tarefas realizadas por trabalhadores diferentes. E ela se torna despótica quando a produção passa a ser submetida ao capital. Como a reprodução do capital depende do processo de trabalho, cada capitalista passa a exercer um maior controle sobre este. É preciso zelar para que os meios de trabalho e os materiais sejam bem aproveitados, sem que ocorra desperdício. (MARX, 2008, p. 218-219). Quanto à força de trabalho, também passa a ser importante que desempenhe o seu trabalho de forma mais produtiva, rendendo adequadamente durante a jornada pela qual é contratada. (ibidem, p. 229). Ou seja, é preciso que o conjunto de trabalhadores desempenhe a produção de forma ordenada e econômica.

Além do cuidado com o desempenho da força de trabalho e com os meios de produção, o capital precisa bloquear a possibilidade de resistência dos trabalhadores, a qual aumenta uma vez que passam a trabalhar de forma cooperada, concentrados no mesmo espaço e confrontados com o capital pela ausência da propriedade. (ibidem, p. 384).

O despotismo, essa forma própria de direção assumida no processo de valorização do capital, transforma-se na medida em que a cooperação avança. No início a direção é exercida pelo próprio capitalista, que posteriormente a atribui a uma pessoa específica, complexificando-se e sendo designada a especialistas diversos. (MARX, 2008, p. 385).

As transformações ocorridas no processo de trabalho, por decorrência da cooperação, são aprimoradas e acentuadas no transcorrer do período manufatureiro. Uma mudança significativa diz respeito à apropriação do trabalho pelo trabalhador. A concentração e cooperação dos trabalhadores numa única oficina, com o compartilhamento de meios de trabalho, acarretou a decomposição da produção em várias operações, que passam a ser realizadas por pessoas específicas. Isso muda substancialmente o domínio do trabalhador sobre a sua atividade. Na fase artesanal, o mestre artesão produzia a totalidade de um produto, dominando todas as operações que fossem necessárias; já na manufatura, a produção da

mercadoria é dividida em várias operações, que são delegadas a pessoas distintas: uma costura, outra serra, outra produz a roda, etc. (ibidem, p. 391).

Com a manufatura, os trabalhadores são parcelados e assumem uma função específica. Passam a realizar sempre uma mesma operação ou conjunto de operações, desenvolvendo com isso habilidades específicas relativas a esse trabalho parcelar. Dessa forma o trabalhador se torna especializado, passa a dominar o seu fazer específico. Contudo, o domínio do saber específico significa a negação do domínio em relação a todo o produto, o trabalhador passa a ser incapaz de atingir a totalidade, como ocorria antes. (ibidem, p. 391). A totalidade da produção e a perfeição só passam a ser alcançadas com a combinação dos vários trabalhadores individuais e parciais. (ibidem, p. 405).

A especialização e fixação a uma função específica, próprias da manufatura, estabeleceram uma hierarquia entre as forças de trabalho. As funções se dividiram em simples e complexas, exigindo graus diferentes de capacitação para desempenhá-las. Dessa forma, cada força de trabalho, direcionada para uma função em particular, também acabou se transformando em mais simples ou mais complexa. Inclusive, a manufatura inseriu na produção os trabalhadores com pouca ou sem nenhuma habilidade, os quais acabavam sendo descartados na fase do trabalho artesanal. (ibidem).

Comparando o trabalhador na manufatura com o da fase artesanal, ocorre uma redução no valor da força de trabalho, tanto no caso dos trabalhadores hábeis quanto nos inábeis. Em ambos os casos, a especialização levou a uma diminuição dos conhecimentos necessários para o desempenho da função. A diminuição no valor da força de trabalho propiciou um aumento da extração de mais-valia, pois diminuiu o tempo de trabalho necessário e aumentou o tempo de trabalho excedente. (ibidem).

Dessa forma, a concentração e o trabalho manufatureiro possibilitaram ao capital reduzir o valor das mercadorias produzidas e o valor da própria força de trabalho. (MARX, 2008, p. 377-378).

A especialização e conseqüentemente a redução dos conhecimentos necessários para o desempenho da função, uma vez que a função é parcelar, acarretou impactos no desenvolvimento intelectual e na consciência do trabalhador. Como já explanado acima, no trabalho artesanal o artesão dominava todas as operações necessárias para a produção, desde o planejamento do que deveria ser feito e como deveria ser feito, até a realização das operações, portanto, não havia uma dissociação entre a concepção e a execução do trabalho. Dessa forma, o trabalhador desenvolvia uma ampla gama de conhecimentos em relação a sua atividade, bem como era desenvolvida sua consciência em relação a esta. (ibidem).

Ao contrário, como na manufatura o trabalho é dividido em operações, não é mais exigido que o trabalhador (parcial) domine todo o conhecimento sobre o processo produtivo. É preciso apenas que se aproprie da sua atividade, que é uma parte da totalidade. O conjunto do conhecimento só é estabelecido na unidade das várias atividades, ou seja, como resultado do trabalho coletivo; não se encontra mais em cada trabalhador, mas sim no capital, como sua propriedade.

De acordo com Marx:

O camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, como o selvagem que exerce as artes da guerra apurando sua astúcia pessoal. No período manufatureiro, essas faculdades passam a ser exigidas apenas pela oficina em seu conjunto. As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo o que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-o na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho, recrutando-o para servir ao capital. (MARX, 2008, p. 416).

Esse processo representa a separação do conhecimento e do domínio do trabalhador sobre o seu trabalho. A pessoa que produzia, por sua própria atividade, atualizava e ampliava os conhecimentos necessários para melhorá-la. Com a manufatura, as forças intelectuais coletivas só podem ser desenvolvidas de forma unitária por ação do capital. E estas são colocadas a serviço da sua valorização, sendo por isso colocadas em oposição ao trabalhador. (MARX, 2008, p. 416).

A especialização do trabalhador, atendendo às demandas do capital, acarretou um aumento de produtividade. Ao dedicar-se a uma função específica, que passa a ser repetida continuamente, o trabalhador se aperfeiçoa nessa tarefa, conhecendo-a em profundidade e assim buscando desenvolver o método mais adequado para desempenhá-la. (ibidem, p. 394). Ao mesmo tempo, consegue realizar seu trabalho de forma mais ágil, uma vez que diminuem as operações que precisa realizar e o tempo que dispenderia passando de uma operação a outra, se fosse o caso de produzir todo o produto. (ibidem, p. 395).

O tempo e a forma de conexão de uma operação a outra, cada qual desempenhada por pessoas específicas, são definidos pela experiência adquirida no cotidiano do trabalho. A mercadoria precisa passar por todas as mãos num determinado tempo e tendo por base a

exigência que ao longo da jornada sejam produzidas uma quantidade definida de produtos. Dessa forma, é estabelecida a regularidade, a continuidade e a ordem do processo de trabalho, com cada trabalhador se conectando a outro de uma maneira adequada, de forma que não seja prejudicado o trabalho de todos. (ibidem, p. 400).

Contudo, embora o trabalho cooperado se torne mais produtivo que o realizado na fase artesanal, ainda assim é produzido certo tempo ocioso durante a passagem do produto de um trabalhador parcial a outro. Esse problema veio a ser corrigido posteriormente, com a introdução da maquinaria no processo produtivo, quando então a máquina elimina os poros existentes no processo de trabalho. (ibidem, p. 399).

Aliás, as restrições próprias da força de trabalho e conseqüentemente os percalços ocasionados à produção, constituíram-se como limitadores ao desenvolvimento do trabalho manufatureiro. Nessa fase, a produção tinha como seu mecanismo principal a força de trabalho e as suas ferramentas, sendo, portanto, o processo produtivo dependente do desempenho do trabalhador, da sua habilidade, força, segurança. (ibidem, p. 393). Algumas máquinas já eram empregadas na produção, contudo, elas exerciam um papel secundário, complementar a força de trabalho e suas ferramentas. (ibidem, p. 403).

Além das restrições corporais, a produção manufatureira se deparava com as imposições advindas da vontade da força de trabalho, que como já mencionado, tornou-se mais organizada e resistente coletivamente, uma vez que passa a atuar de forma combinada, facilitando a identificação com os pares.

Uma expressão dessa imposição foi a resistência dos trabalhadores em relação às transformações que ocorriam no trabalho, de forma que evitassem a decomposição do trabalho e a perda do seu domínio sobre sua atividade. Assim, acabaram pressionando a aprovação de leis que estabeleciam um tempo determinado de aprendizagem como requisito para o desempenho das funções. Apesar de a manufatura ter promovido a especialização dos trabalhadores, cada qual realizando operação mais simples, ainda assim permaneceram algumas funções que exigiam um grau de qualificação maior, funções as quais os trabalhadores tentaram por muito tempo perpetuar, mantendo os postos de trabalho e maiores remunerações. (MARX, 2008, p. 423).

1.2.3 O processo de trabalho no capitalismo: indústria moderna

A limitada base técnica do período manufatureiro, baseada essencialmente na força de trabalho e nas suas ferramentas, o que implicava limites ao aumento da produtividade,

acabou entrando em contradição com as novas demandas desenvolvidas no interior na manufatura. O mercado crescente e a competição entre os capitalistas impunham uma maior produtividade com baixos custos, levando à procura por inovações técnicas e à superação da produção manufatureira. (MARX, 2008, p. 535; MARX, 2009, p. 156).

A maquinaria, que corresponde à base técnica fundamental do capitalismo durante a indústria moderna, é o meio mais poderoso para o aumento da produtividade (MARX, 2008, p. 460) e, conseqüentemente, para a redução do valor das mercadorias, fatores que se tornam decisivos na concorrência entre os capitalistas. O capitalismo desenvolve a concorrência entre os diversos proprietários capitalistas, de forma que a sobrevivência de um passa a depender da superação das vendas dos demais. Para tanto, é preciso reduzir o valor unitário das mercadorias, elevando a produtividade do trabalho e produzindo com custos mais baixos, o que é possível especialmente pela adoção de meios de trabalho mais eficientes. (ibidem).

Por isso, o capitalismo foi o primeiro modo de produção que promoveu a procura por inovações de forma sistemática²⁸. Anteriormente, analisando abstratamente os outros modos de produção, em que o trabalho social era organizado, ou seja, a produção e a distribuição eram planejadas e o trabalho distribuído entre os produtores, não existia concorrência. Assim, as inovações surgiam simplesmente pela própria repetição do trabalho. (GERMER, 2009, p. 84). Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, atinge-se em pouco tempo um aprimoramento da ciência, das técnicas e do sistema de máquinas, impactando significativamente no processo de trabalho e no papel desempenhado neste pela força de trabalho.

Embora esse avanço técnico tenha tido início na manufatura²⁹, ainda que de forma tímida, como vimos, é na indústria moderna que se aprimora consideravelmente. Esta tem como ponto de partida o aprimoramento da máquina-ferramenta, que inicialmente se constitui incorporando as ferramentas especializadas que antes eram utilizadas pelos diversos trabalhadores durante o trabalho manufatureiro. Dessa forma, a máquina-ferramenta passa a

²⁸ Segundo Germer (2009, p. 84), a busca é intencional, contudo, o desenvolvimento das inovações depara-se com os limites advindos da materialidade do próprio trabalho, pois é da prática que é produzido o conhecimento. Por exemplo, não é possível ser produzido algo apenas pela vontade dos capitalistas, se não existe desenvolvimento científico para tal ou se os materiais não estão disponíveis.

²⁹ Embora a máquina ocupe posição secundária durante o período manufatureiro, a base de seu desenvolvimento tem início nesse momento. A produção manufatureira, ao decompor o processo produtivo em várias operações e atribuí-las a pessoas distintas, acarreta uma mudança nos meios de trabalho, pois passam a ser necessárias ferramentas específicas para cada trabalhador parcial. Assim, aumenta a quantidade de ferramentas e estas se tornam especializadas. Portanto, apesar de ainda dependente da habilidade da força de trabalho, a manufatura aperfeiçoa as ferramentas, criando uma condição para o desenvolvimento futuro da maquinaria. (MARX, 2008, p. 396). A própria manufatura dá início a produção de ferramentas e depois de máquinas, o que ainda ocorre no interior da indústria moderna. (MARX, 2008, p. 424).

realizar todas as operações que antes eram desempenhadas pelos trabalhadores com suas ferramentas, superando-as, uma vez que realiza mais operações do que antes um único trabalhador realizava. Portanto, vai além dos limites corporais da força de trabalho. (MARX, 2008, p. 429-430).

A máquina-ferramenta consiste na parte do sistema de maquinaria que entra em relação direta com o material utilizado no trabalho, promovendo a sua transformação. Como dito, é o primeiro componente que é aprimorado. Todavia, embora ela passe a executar as operações do trabalho, sua força motriz continua sendo a força humana de trabalho, tanto quanto aos trabalhadores continua cabendo o cuidado em relação às máquinas e a correção dos defeitos do produto. (ibidem, p. 430). Posteriormente, com a crescente complexificação das máquinas e com a insuficiência corporal da força de trabalho, até a força motriz passa a ser realizada por máquinas. (ibidem, p. 432).

Dessa forma, o sistema de maquinaria se estende a toda produção. E com as novas máquinas, a divisão do trabalho na fábrica se modifica³⁰. (MARX, 2009). As diferentes operações que na manufatura eram realizadas manualmente passam a ser realizadas por um sistema de máquinas-ferramentas, que por sua atuação combinada e sucessiva acaba produzindo a totalidade de uma mercadoria. Ou seja, a indústria baseada na maquinaria incorpora às máquinas a divisão do trabalho herdada do período manufatureiro, mas a supera, pois estabelece a objetividade também no entrelaçamento das diversas partes da produção, o que confere uma maior regularidade e continuidade do funcionamento conjunto das máquinas. (MARX, 2008, p. 435-437). O entrelaçamento passa a se dar com o suporte científico e técnico, não ficando dependente da intenção e habilidade do trabalhador.

Segundo Marx (ibidem, p. 436):

Na manufatura, cada operação parcial tem de ser executável manualmente pelos operários, trabalhando isolados ou em grupos, com suas ferramentas. Se o trabalhador é incorporado a determinado processo, foi este antes ajustado ao trabalhador. Na produção mecanizada, desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes, e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc. (...).

³⁰ Para Marx (2009, p. 156), a transformação da divisão do trabalho na fábrica, em decorrência da introdução da maquinaria, provoca transformações na divisão social do trabalho, ou seja, no conjunto da sociedade. Antes da existência das máquinas ainda existia uma indústria rural, em que o camponês se dedicava ao trabalho de cultivo e ao trabalho de transformação dos materiais (artesanal). Com as máquinas, ocorreu a separação dessas atividades, modificando também o trabalho no campo, apartando-o da cidade.

A introdução da maquinaria no processo produtivo opera uma modificação essencial em relação ao trabalhador, que passa a não ser mais o centro da produção, tornando-se um apêndice do sistema de máquinas. No processo de trabalho de forma geral, os meios de trabalho têm a função de fazer a mediação entre a força de trabalho e o objeto a ser transformado; ao contrário, no processo de valorização, o meio de trabalho, ao se converter em maquinaria, tem o seu valor de uso transformado. A força de trabalho passa apenas a acionar a máquina, que realiza de forma autônoma toda a transformação no objeto. Segundo Marx (2011, p. 581):

(...) Não é como no instrumento, que o trabalhador anima como um órgão com sua própria habilidade e atividade e cujo manejo, em consequência, dependia de sua virtuosidade. Ao contrário, a própria máquina, que para o trabalhador possui destreza e força, é o virtuoso que possui sua própria alma nas leis mecânicas que nela atuam e que para o seu contínuo automovimento consome carvão, óleo etc. (MARX, 2011, p. 581).

Disso decorre uma série de outras transformações, aprofundadas pela necessidade de reprodução do capital.

A maquinaria, ao tornar supérflua a força muscular, permite ao capital o emprego de trabalhadores que até então, por sua condição física, eram excluídos do processo produtivo, como mulheres e crianças. Para o capital, o emprego do trabalho familiar permite diminuir o valor da força de trabalho, uma vez que mantém o seu aporte financeiro para a reprodução de todos os integrantes da família, mas amplia a quantidade de trabalho extraída pela soma das jornadas dos vários membros. (MARX, 2008, p. 451-452).

Outra consequência da maquinaria no início da sua introdução foi a extensão da jornada de trabalho. A máquina é adquirida por um montante do capital, que precisa ser repostado através da produção fornecida por ela e antes que ocorra a sua depreciação moral. (ibidem, p. 461-462), ou seja, antes que outra máquina mais aprimorada seja introduzida na produção global. Por isso, o capitalista estende o tempo de uso diário da máquina, para que ela produza o máximo de valores de uso possíveis antes da sua depreciação e de forma que reparta a reposição de seu valor num número maior de mercadorias. (ibidem).

Além disso, o prolongamento da extensão da jornada também se justifica pela tentativa do capital em minimizar os impactos decorrentes da adoção da maquinaria. Se a inovação técnica é condição para superar a concorrência entre capitalistas, por outro lado, ela acarreta a redução da massa de mais-valia. Tal fato se deve ao aumento do capital constante, aquele utilizado na aquisição das máquinas, ser acompanhado da redução do capital variável,

aquele utilizado para aquisição da força de trabalho e de onde provém a mais-valia. Por isso, o capital busca a compensação da queda da taxa de mais-valia, ocasionada pela redução do capital variável, estendendo a jornada e modificando os métodos de trabalho. (MARX, 2008, p. 465).

Com o estabelecimento legal de um limite para a jornada de trabalho, o capital reage intensificando o trabalho, fazendo com que o trabalhador passe a fornecer mais trabalho durante a jornada limitada. Nesse contexto, as máquinas se constituem no mecanismo que propicia essa intensificação, pois têm suas velocidades elevadas, impondo assim um ritmo mais acelerado ao trabalhador. (ibidem, p. 467-468).

A intensificação do trabalho promovida pela maquinaria, que acaba impondo um ritmo maior ao trabalho, acarreta uma série de prejuízos físicos e psicológicos ao trabalhador, devido ao aumento do desgaste de sua força de trabalho. O trabalhador, em vez de ter o seu trabalho facilitado pelo desempenho das máquinas, passa a adoecer e fica sujeito a acidentes ocasionados pelas condições precárias de trabalho. (ibidem, p. 483, p. 485).

Ademais, a maquinaria acaba também impactando na satisfação do trabalhador em relação a sua atividade. O trabalho passa a ser direcionado pela ação das máquinas, limitando a interferência do trabalhador. Nem mesmo lhe é possível o controle sobre o planejamento, uma vez que este já havia lhe sido retirado anteriormente, no período manufatureiro, sendo delegado a um cargo de direção. Com isso, na indústria moderna, a eficácia do processo produtivo não depende mais da força humana, que se torna apêndice do trabalho morto.

O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina, em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo o interesse. Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador, e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. (...) A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada, conforme já vimos, na grande indústria fundamentada na maquinaria. A habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade infinitesimal diante da ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social, incorporadas ao sistema de máquinas e formando com ele o poder do patrão. (...). (MARX, 2008, p. 483).

Na indústria moderna, a especialização e diferenciação entre os trabalhadores são reduzidas, ocorrendo um maior nivelamento entre eles. Essencialmente, o processo de trabalho passa a ser composto por: pessoas que operam as máquinas, os trabalhadores

principais; pessoas que desempenham funções auxiliares, como o abastecimento das máquinas com materiais, o que também progressivamente tende a ser realizado por meios automatizados; e as pessoas responsáveis pelo controle e reparo das máquinas, neste caso, sendo exigido um grau de domínio técnico e/ou científico. (ibidem, p. 480).

Com esse maior nivelamento promovido pela ampliação das máquinas na produção, o trabalhador não precisa mais ficar fixo a uma determinada operação. Como consequência, o capital pode substituí-lo mais facilmente, conforme os seus interesses. (ibidem, p. 480, 482).

Dessa forma, parte dos trabalhadores perdem seus empregos, vindo a constituir uma população excedente. Em momentos de oferta de trabalhadores superior a demanda, ou seja, acima das vagas ofertadas, os trabalhadores excedentes aceitam serem empregados recebendo um salário mais baixo do que o valor de sua força de trabalho, o que é vantajoso ao capital. (ibidem, p. 491). Essa também vem a ser uma novidade decorrente da indústria moderna, pois, embora a manufatura tenha decomposto o trabalho em diversas operações e tenha desqualificado a força de trabalho, ela não a suprimiu, mantendo os trabalhadores empregados. (ibidem, p. 490).

Por fim, a introdução da maquinaria no processo produtivo também acentua o controle do capital sobre o trabalhador. Isso se faz necessário pelo cuidado com os meios de trabalho, de propriedade do capitalista e utilizados pelos trabalhadores, conforme já mencionamos em outro momento. E também pela necessidade do capital em impor uma maior disciplina ao trabalho, uma vez que este passa a ser acelerado pelo ritmo das máquinas. Assim, a supervisão, iniciada na manufatura, é aprimorada, inclusive com a imposição de penalidades aos trabalhadores que não se adéquem as normas, como o estabelecimento de multas e descontos salariais. (MARX, 2008, p. 484).

1.2.4 O potencial humanizador das forças produtivas e a superação do capitalismo

Expusemos aqui algumas das transformações ocorridas na organização do processo de trabalho e no desempenho da força de trabalho com o advento da indústria moderna. Importa observar que as transformações descritas continuaram, culminado no atual processo de trabalho, o qual não discutiremos por fugir aos propósitos dessa pesquisa.

Essas transformações decorrem do desenvolvimento intrínseco e incessante do processo de trabalho. E também do impulso promovido pelo capital, com o intuito de melhorar a sua valorização, o que confere à base técnica do capitalismo um caráter revolucionário, ao contrário da base técnica dos modos de produção anteriores. (MARX,

2008, p. 551). No capitalismo modifica-se permanentemente “(...) as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade.” (ibidem, p. 552).

As teorias explicativas de Marx e Engels sobre o processo de trabalho em geral, no modo de produção capitalista e na transição entre modos de produção, permitem extrair e sistematizar leis gerais que acompanham a transição do capitalismo ao socialismo (GERMER, 2009), as quais importa apreendermos para compreender os elementos concretos do processo de transição que acompanha a revolução russa, cenário das elaborações de Lenin. Ao mesmo tempo, elas destacam as contradições que emergem do processo de trabalho capitalista, as quais são parte do seu processo de transformação e superação.

Assim, embora Marx e Engels constatem os efeitos nocivos aos trabalhadores, decorrentes das transformações do processo de trabalho na manufatura e aprofundados na indústria moderna, com o emprego da maquinaria pelo capital, eles procuraram apreender o movimento dialético e intrínseco a essas transformações, destacando daí os elementos contrários e que abrem a possibilidade de superação do processo do capitalismo.

Segundo Marx (2011, p. 583), como já explanado acima, com a maquinaria o capital adquire uma forma de valor de uso mais adequada ao seu processo de valorização. Contudo, esse valor de uso não é o próprio capital, não está preso a ele. Embora a maquinaria esteja subsumida a uma determinada relação social, não é esta necessariamente a forma mais adequada para a sua utilização.

Portanto, é possível outra forma de aplicação da maquinaria, que não em relações sociais baseadas na propriedade privada. E o capital, ao desenvolver o capital fixo, acaba desenvolvendo as contradições que tendem à sua própria superação. A máquina é apenas a força produtiva, não é uma categoria econômica. É a fábrica que representa uma relação social (MARX, 2009, p. 149), é ela que representa uma totalidade movimentada a favor do processo de valorização, ela compreende a divisão do trabalho, as relações de assalariamento, a produção de um produto que é apropriado pelo capitalista, o capital incorporado em meios e objetos de trabalho.

A máquina tem tanto de categoria econômica quanto o boi que puxa o arado. A utilização atual das máquinas é uma das relações do nosso regime econômico contemporâneo, mas o modo de exploração das máquinas é algo totalmente diverso das próprias máquinas. A pólvora continua a ser pólvora, quer se empregue para produzir feridas, quer para estancá-las. (MARX, 2009, p. 249).

Para que o capital possa ser reproduzido, ele precisa impulsionar constantemente o desenvolvimento das forças produtivas. Com a maquinaria, produto avançado desse desenvolvimento, o capital busca a elevação do trabalho excedente e a redução da sua dependência dos trabalhadores, criando uma massa maior de valores de uso com menor custo de produção, o que faz aumentar a extração da mais-valia de imediato, embora na sequência provoque a tendência à queda da taxa média de lucro. Com isso, e nas condições da reprodução global do capital, ocorre também uma maior produção de valores de uso destinados à reprodução da própria força de trabalho e com valores e preços decrescentes, acarretando a redução do tempo de trabalho necessário e, como consequência, em seguida, dos próprios salários. (MARX, 2011, p. 585)³¹.

Portanto, a despeito dos prejuízos acarretados ao trabalhador, como a eliminação de sua autonomia e de sua satisfação em relação ao trabalho, a aplicação da maquinaria e da ciência pelo capital, ao reduzir o trabalho necessário, estabelece uma das condições para a emancipação da humanidade em relação ao trabalho, o que significa a menor dependência em relação ao trabalho imediato. (ibidem, p. 585).

O trabalho, sendo cada vez mais dominado pela ciência, não deixa de ser o fundamento da reprodução da existência humana. Contudo, a sua existência ganha corpo na própria máquina, que é o resultado da atividade intelectual e corporal da humanidade, ou seja, da objetivação do conhecimento humano e de sua práxis. A maquinaria e a ciência contêm trabalho social acumulado, independente do tempo despendido e da produção do valor de troca, forma estritamente vinculada ao processo produtivo dominado pelo capital. (MARX, 2011, p. 588-589).

Assim, o trabalho passa cada vez mais a ser expresso no desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, no domínio sobre a natureza pelo desenvolvimento da ciência e não pelo tempo imediatamente despendido na produção de valores de uso. O trabalho imediato fica cada vez mais reduzido às atividades de supervisão e regulação. (ibidem, p. 591).

Para Marx (1986, p. 273), com o desenvolvimento das forças produtivas o homem pode dirigir o seu intercâmbio com a natureza de forma consciente e coletiva (comunitária), de tal forma que consiga se sobrepor e se desgastar o mínimo possível. Assim, o trabalho passa a ser dominado de forma consciente e não imposto pelas necessidades, o que não

³¹ Para o capital, a redução do tempo de trabalho necessário não significa a sua eliminação, uma vez que o trabalho imediato é pressuposto de sua existência. Porém, a criação da riqueza passa a depender menos do trabalho imediato empregado. (MARX, 2011, p. 587).

significa negar a relação com a natureza, pois essa vem a ser a fonte da existência, mas sim afirmar a condição do homem exercer um domínio sobre esta.

A riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não depende, portanto, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos ricas de produção em que ela transcorre. O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer as suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com o seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-a para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora uma força cega; que o façam com o mínimo de emprego de forças e sob condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. (MARX, 1986, p. 273).

A redução do tempo de trabalho necessário possibilita a criação de um não tempo de trabalho, pelo qual a humanidade pode se dedicar a outras atividades, como à própria ciência, apropriando-se assim de outras objetivações, o que amplia o desenvolvimento individual e da sociedade como um todo. (MARX, 2011, p. 588-590).

O não tempo de trabalho já existe para algumas pessoas, os detentores do capital, e existiu em outros modos de produção, possibilitando para uma pequena parcela da população um desenvolvimento humano mais pleno. Contudo, inexistente para a massa de trabalhadores, cujo trabalho excedente possibilita o não tempo de trabalho dessa minoria. (ibidem, p. 590). Porém, ao reduzir progressivamente o trabalho necessário, o capital cria a possibilidade de um não tempo de trabalho para todos. (ibidem, p. 590).

(...) essa criação de não tempo de trabalho aparece, da perspectiva do capital, assim como de todos os estágios anteriores, como não tempo de trabalho, tempo livre para alguns indivíduos. O capital dá o seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente; uma vez que sua finalidade é *diretamente valor*, não o valor de uso. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento. (MARX, 2011, p. 590).

Uma vez suprimida a propriedade privada dos meios de produção e com esta a apropriação privada do tempo de trabalho excedente, rompe-se com a contradição posta no

tempo de trabalho, ou seja, entre trabalho excedente e necessário. Todo ele passa a ser destinado à reprodução das necessidades dos indivíduos e da sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, crescerá o tempo disponível para todos. (MARX, 2011, p. 591).

Nessas condições, supera-se também a oposição entre o trabalho imediato e o tempo livre, pois este, ao permitir ao indivíduo a realização de outras atividades, que enriquecem a sua individualidade, permite desenvolver o próprio trabalho. O novo indivíduo passa a se objetivar de forma nova na produção. (ibidem, p. 594). O trabalho, não mais alienado e em oposição ao trabalhador, torna-se meio de realização e não mais de sofrimento.

2. A APRECIACÃO DE LENIN QUANTO AO TAYLORISMO

2.1 A CRÍTICA DE LENIN AO TAYLORISMO

O taylorismo começou a ser implantado na Rússia a partir de 1913. (LINHART, 1983, p. 84). Na ocasião, um país cujo capitalismo se encontrava em desenvolvimento.

Embora fosse um país de população majoritariamente rural, condição que permanecia em 1917, apresentava já em 1913 formas econômicas comuns a outros países capitalistas da época. Exibia uma indústria bastante concentrada, com cerca de duzentos cartéis, movimentados a partir de capital estrangeiro, especialmente em setores de ponta; destacava-se internacionalmente na produção de várias mercadorias, como petróleo, tecidos de algodão, coque, minério de ferro, cimento, aço e carvão (BORODÍNE *et al*, 1983, p. 20-21); a base técnica da produção era composta por máquinas, muitas das quais importadas, cuja manutenção era realizada por trabalhadores estrangeiros, mais qualificados; aos operários russos eram reservadas as funções de aprendizes e de suporte aos especialistas. (ANSTETT³², 1958, *apud* LINHART, 1983, p. 84-85).

A despeito de ser pequeno numericamente e pouco qualificado, o proletariado russo estava concentrado, ou seja, disposto em grande número nas principais empresas, algumas com mais de mil operários. Além disso, tinha certo nível de organização política. Tais condições foram importantes para o processo revolucionário de 1917. (BORODÍNE *et al*, 1983, p. 22).

É nesse cenário que o taylorismo passou a ser implantado: um país industrializado, inserido no capitalismo industrial, com grande concentração proletária, porém, com limitações quanto à qualificação da força de trabalho. O fato logo teve repercussão, culminando na realização de uma conferência sobre o tema, em 1913, no Instituto de engenheiros de vias e comunicações, em Petersburgo. (LINHART, 1983).

Lenin irá se posicionar criticamente sobre o método taylorista na sequência, conforme expresso no artigo *Un sistema “científico” de máxima explotación* (LENIN, 1977a), escrito e publicado em março de 1913, no Pravda. Lenin caracteriza-o como um método de racionalização do trabalho, que promove sua intensificação ao controlar os movimentos desempenhados pelos trabalhadores. Com isso, acarretando o aumento da produtividade e na redução dos custos de produção, uma vez que, ao manter a jornada de

³² ANSTETT, M. *La formation de la mains-d’oeuvre qualifié in Union Soviétique*. Paris, 1958.

trabalho, possibilitava elevar a extração de trabalho e diminuir o número de trabalhadores empregados.

Dessa forma, o taylorismo possibilitava aumentar os lucros auferidos pelos patrões. Já aos trabalhadores, ocasionava um maior esgotamento físico e mental.

Em que consiste esse “sistema científico”? Em comprimir o operário até extrair o triplo de trabalho em uma jornada com a mesma duração que antes. Elegem o operário mais forte e hábil; um cronômetro registra – em segundos e frações de segundos – o tempo que emprega em cada operação, em cada movimento; elaboram-se métodos de trabalho mais econômicos, mais eficientes; reproduz-se o trabalho do melhor operário em um filme cinematográfico, etc. (...) E o resultado é que nas mesmas nove ou dez horas de jornada de trabalho se extrai do operário o triplo de trabalho, de forma impiedosa se esgota suas forças, se secciona com tripla velocidade cada gota de energia nervosa e muscular do escravo assalariado. E se morrer cedo? Há muitos outros esperando nos portões!....³³ (LENIN, 1977a, p. 195).

Nesse mesmo artigo, Lenin problematiza também sobre a elevação do desemprego e a exclusão de trabalhadores considerados menos aptos, isto é, daqueles que não conseguiam se adaptar às exigências impostas pela organização do trabalho, que tomava como parâmetro para os demais o desempenho de uma pessoa mais hábil, normalmente, mais jovem.

Em suma, nesse momento, Lenin avalia o taylorismo de forma negativa, vinculando o avanço científico aos interesses do capitalismo. Segundo o autor: “Na sociedade capitalista o progresso da técnica e da ciência significa o progresso na arte da máxima exploração”³⁴.(LENIN, 1977a, p. 195), “Máxima exploração segundo todas as regras da ciência...”³⁵ (LENIN, 1977a, p. 196).

Assim, para o autor, embora produto do desenvolvimento científico, o taylorismo significava no capitalismo o aumento da exploração da força de trabalho, ocasionando o seu maior desgaste e desemprego.

2.2 DA AVALIAÇÃO CRÍTICA À DEFESA DO TAYLORISMO

³³ Tradução nossa do espanhol: “¿En qué consiste esse “sistema científico”? En exprimir al obrero hasta extraerle el triple de trabajo en una jornada de la misma duración que antes. Eligen al obrero más fuerte y hábil; un reloj especial registra– em segundos y fracciones de segundo– el tiempo que emplea en cada operación, en cada movimiento; se elaboran los métodos de trabajo más económicos eficientes, se reproduce el trabajo del mejor obrero en una película cinematográfica, etc. (...) Y el resultado es que en las mismas nueve o diez horas de jornada se extrae del obrero el triple de trabajo, se agota despiadadamente sus fuerzas, se secciona con triplicada velocidad cada gota de la energía nerviosa y muscular del esclavo asalariado. ¿Que morirá antes? ¡Hay muchos que están esperando en los portones!...”.

³⁴ Tradução nossa do espanhol: “El progreso de la técnica y la ciencia significa en la sociedad capitalista el progreso en el arte de la máxima explotación.”.

³⁵ Tradução nossa do espanhol: “Máxima explotación según todas las reglas de la ciencia...”.

Um ano após a publicação desse primeiro artigo, Lenin volta a se pronunciar sobre o taylorismo em seu texto *El Sistema Taylor: esclavización del hombre por la máquina* (LENIN, 1977b), escrito e publicado em março de 1914, no Pravda. Nele, continua tecendo as mesmas críticas ao seu emprego e questiona os ganhos salariais prometidos pelo método de trabalho, alegando que não eram proporcionais à elevação dos lucros.

Que ganho na produtividade do trabalho!... porém o salário do operário não aumenta quatro vezes, apenas uns cinquenta por cento quando muito, *e somente no princípio*. Assim que os trabalhadores se acostumam com o novo sistema o seu salário retorna ao que era antes. O capitalista obtém um enorme lucro, porém o operário trabalha com uma intensidade quatro vezes maior, desgastando seus nervos e músculos quatro vezes mais rápidos.³⁶ (LENIN, 1977b, p. 53, grifos do autor).

Entretanto, passa a incorporar outra avaliação, identificando a possibilidade de contribuição do taylorismo à racionalização do trabalho no socialismo.

Para Lenin (1977b), o desperdício de trabalho e a elevação dos custos de produção tinham como determinação a falta de planejamento econômico na totalidade do capitalismo, o que acarretava em crises e na busca incessante de incrementar os meios de exploração do trabalhador como forma de recuperar os lucros perdidos. Medidas como o taylorismo visavam apenas o processo produtivo individual e acabavam sacrificando o trabalhador, contudo, sem modificar o conjunto da economia.

Ainda segundo Lenin, a economia socialista, ao ser planejada de forma que conectasse deliberadamente a produção e a distribuição, corrigiria tais problemas presentes no capitalismo. E nesse cenário, o taylorismo, sob controle das comissões operárias e dos sindicatos, poderia contribuir com racionalização do trabalho, aumentando a sua produtividade e possibilitando a redução da jornada, o que proporcionaria melhor qualidade de vida às pessoas.

O sistema Taylor - sem que os seus criadores saibam ou desejem - prepara o momento em que o proletariado se apossará de toda produção social e designará suas próprias comissões operárias para distribuir e controlar todo o trabalho social. A grande produção, as máquinas, as vias férreas, o telefone: tudo isso fornece a possibilidade de reduzir um quarto do tempo o trabalho dos operários organizados, assegurando-os um nível de vida quatro vezes melhor do que tem agora. (...) E as comissões operárias, com a ajuda dos sindicatos, saberão aplicar os princípios da

³⁶ Tradução nossa do espanhol: “¿Qué logro en la productividad del trabajo!... pero el salario del obrero no aumenta cuatro veces, sino sólo un 50 por ciento cuando mucho, y *únicamente al principio*. No bien los obreros se acostumbran al nuevo sistema, se les reduce el salario al nivel en que estaba antes. El capitalista obtiene enormes ganancias, pero el obrero trabaja con una intensidad cuatro veces mayor, desgastando sus nervios y sus músculos cuatro veces más rápidamente.”

distribuição racional do trabalho social quando este for livre da escravidão capitalista.³⁷(LENIN, 1977b, p. 54).

Lenin manteve os estudos sobre o tema, o que foi revelado postumamente, entre 1933 e 1938, com a publicação do livro *Cuadernos sobre el imperialismo* (LENIN, 1977c), escrito entre 1915 e 1916. Este consiste numa coletânea de anotações resultantes da leitura de Lenin de diversos livros e artigos, que embasaram a elaboração do seu texto *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, publicado em 1917.

Entre 1915 e 1916 Lenin esteve exilado na Suíça e uma das suas preocupações era desmascarar o “oportunismo e o socialchauvinismo” da II Internacional Comunista e construir as tarefas do proletariado durante a guerra imperialista mundial, que teve início em 1914 (1977d, p. 7). Também é deste período a elaboração de uma obra sobre o capitalismo e a agricultura nos EUA (*El capitalismo y la agricultura en Estados Unidos da América*, escrito em 1915 e publicado em 1917, O. C. v. 23). O contexto da guerra imperialista, a forte presença do oportunismo reformista no movimento revolucionário e o destaque do desenvolvimento do capitalismo norte-americano motivaram os estudos de Lenin reunidos em *Cuadernos sobre el imperialismo*.

Dentre os estudos de Lenin que compõe o livro *Cuadernos sobre el imperialismo* encontram-se os referentes às obras que abordam o taylorismo, como o texto *Dirección de empresas* (publicado em Berlim, em 1912), escrito pelo próprio Friderick. W. Taylor e com apontamentos do tradutor, Wallichs³⁸; *El sistema Taylor en la práctica* (publicado em Berlim, em 1914), de Rudolf Seubert; *Estudio del movimiento como un aumento de la riqueza nacional* (publicado em 1915, no Annals of The American Academy), de Frank B. Gilbreth.

Segundo nosso entendimento, as produções teóricas de Taylor, Seubert e Gilbreth suscitam em Lenin o interesse pela possibilidade de uma maior otimização dos movimentos realizados no trabalho, em decorrência da sua melhor organização. Trata-se de uma questão recorrente em suas anotações a respeito das três obras.

Em *Cuadernos sobre el imperialismo*, Lenin (1977c) também destaca a pertinência da delegação aos chefes das tarefas de organização, planejamento e supervisão, como

³⁷ Tradução nossa do espanhol: “El sistema Taylor -sin que sus creadores lo sepan o lo deseen- prepara el momento en que el proletariado tomará posesión de toda la producción social y designará sus propias comisiones obreras para distribuir y regular en debida forma todo el trabajo social. La gran producción, las máquinas, los ferrocarriles, el teléfono: todo esto brinda mil posibilidades para reducir a la cuarta parte el tiempo de trabajo de los obreros organizados, asegurándoles un nivel de vida cuatro veces mejor del que tienen ahora.[...] Y las comisiones obreras, con ayuda de los sindicatos, sabrán aplicar dichos principios de distribución racional del trabajo social cuando éste se vea libre de la esclavitud capitalista.”

³⁸ Adolf Wallichs foi um engenheiro alemão, que visitou empresas norte-americanas em que foram implantadas a gestão taylorista. Traduziu textos de Taylor na Alemanha. (LINHART, 1983).

possibilidade de garantir um desempenho produtivo geral mais elevado. Apresenta dados que afirmam que empresas com maior número de chefias por subordinados, apresentavam rendimentos mais elevados.

Embora se mostre simpático com essa proposta, demonstra preocupação com um possível “aburguesamento”³⁹ (ibidem, p. 144) dos trabalhadores, decorrente da ascensão à cargos de dirigentes e com recebimento de salários maiores. (ibidem, p. 144).

Outra questão destacada por Lenin nesse momento se refere às condições operacionais necessárias para a implantação do taylorismo (possivelmente na Rússia): a designação de cargos de direção em grande número; a confecção de fichas com orientações/prescrições quanto ao trabalho; a contratação de operários capazes de atingir uma produtividade exemplar e que então receberiam melhores remunerações. Resolvidas essas condições, o funcionamento adequado do taylorismo ainda levaria certo tempo, o correspondente à formação de um novo perfil de trabalhador, cuja conduta de trabalho fosse diferenciada, com características de persistência e dedicação. (ibidem).

Como parte do processo de implantação do método taylorista, Lenin parece concordar com a proposta de Gilbreth sobre a pertinência do ensino desse método nas escolas, a fim de desenvolver nos jovens as habilidades necessárias ao trabalho. Para Lenin se trata de um “excelente exemplo do progresso técnico no capitalismo para o socialismo.”⁴⁰ (ibidem, p. 147).

Esses estudos consolidam a posição de Lenin sobre o taylorismo e culminam numa nova defesa em 1918, mais aprofundada e voltada para a sua implantação, uma vez que os comunistas estavam à frente da direção do Estado soviético e precisavam organizar o processo de produção.

Haviam passado poucos meses após a revolução. O Estado soviético iniciava as medidas centralizadas de planejamento econômico e político, necessárias para construir a transição ao socialismo⁴¹: expropriação de empresas, nacionalização das terras,

³⁹ Lenin não discorre sobre o que seria o aburguesamento, mas possivelmente se refere a uma vinculação do trabalhador com uma consciência de classe burguesa e pequeno-burguesa, pois essa crítica aparecerá no texto de 1918, Tarefas Imediatas do Poder Soviético, conforme será exposto adiante. Lenin também vinha se ocupando da crítica à aristocracia operária, pequena parcela mais qualificada do proletariado e que, sob direção política dos mencheviques, assumia um papel político corporativo e conservador.

⁴⁰ Tradução nossa do espanhol: “excelente ejemplo del progreso técnico bajo el capitalismo hacia el socialismo”.

⁴¹ A revolução de outubro de 1917 caracterizou-se por um ato político, que levou o proletariado ao poder. (GERMER, 2009). Embora com um programa socialista, não era possível que as transformações ocorressem de imediato, assim, por um longo tempo a Rússia viveu um período de transição, em que ainda conviviam de forma híbrida as antigas forças produtivas e relações sociais de produção com as novas, correspondentes ao socialismo. (GERMER, 2016a)*. *GERMER, C. M. **Causas do colapso do socialismo soviético – uma introdução**. Curitiba, 2016. (Texto em fase de elaboração, ainda não publicado).

nacionalização de bancos, organização e controle da produção e distribuição. Construção essa que ocorria em meio ao fim da Primeira Guerra Mundial, a qual deixou o país acometido por vários problemas: empresas foram fechadas, o desemprego cresceu significativamente, faltavam combustíveis e alimentos, as pessoas passavam fome. (BORODÍNE *et al*, 1983, p. 22-23).

O Estado soviético começava a planejar a sua recuperação e enfrentou a contraofensiva por parte de países imperialistas, tendo início uma guerra civil que perdurou até 1921 e que impôs a implantação do comunismo de guerra. Parte do território russo foi tomada por invasores e algumas regiões, que forneciam alimentos, matérias-primas e combustíveis, foram isoladas. Assim, era preciso resolver de forma urgente o problema da fome, em especial dos guardas vermelhos, soldados em defesa da revolução socialista e que se encontravam no campo de batalha. Para tanto era necessário elevar a produtividade do trabalho. (ibidem).

É sob essas condições que Lenin (1976a, 1980) voltará, então, em 1918, a se pronunciar positivamente a respeito do taylorismo. Suas principais elaborações sobre a organização do processo de trabalho constam em dois artigos: um escrito em março de 1918, publicado em partes apenas em 1926, 1929 e 1976, com o título *Primera Variante del Artículo Las Tareas Inmediatas del Poder Soviético* (LENIN, 1976a), e outro escrito e publicado em abril de 1918, com o título *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* (LENIN, 1980).

Ambas as versões apresentam as reflexões de Lenin sobre o momento em questão, em que o Estado soviético iniciava as medidas de transição ao socialismo e que para tanto precisava implantar um conjunto de medidas, as tarefas imediatas. Estas se constituíam como condições fundamentais para o estabelecimento da economia planejada e para um maior cerceamento da burguesia ainda existente e atuante, pois as expropriações não tinham sido totalmente realizadas; bem como para a elevação da produtividade e restabelecimento econômico, resolvendo assim o problema da fome. (LENIN, 1976a, 1980).

Entre as dificuldades destacadas por Lenin estão as que se referem ao processo de trabalho, especialmente quanto ao desempenho e perfil dos trabalhadores. O Estado soviético tentava implantar medidas de controle produtivo, entretanto se deparava com limites da força de trabalho, tanto no que se refere à sua qualificação técnica, quanto à sua disposição em relação ao trabalho. (LENIN, 1976a, 1980).

Comparado com o proletariado de outros países, o trabalhador russo apresentava um atraso na qualificação técnica, situação que foi agravada pela nova conformação do quadro de operários após a Primeira Guerra Mundial, a Revolução e a guerra civil subsequente. Segundo

Borodíne *et al* (1983, p. 82), indústrias e postos de trabalho foram fechados: entre 1917 e 1920 o número de operários era 41% menor comparado com o ano de 1913 e, em 1919, o número de pessoas ocupadas nas indústrias foi reduzido para 1.334.000 contra os 2.597.000 existentes em 1917. Com a escassez de alimentos e com a fome provocadas pelas guerras, aumentou a mobilidade e o absenteísmo por parte dos trabalhadores, que acabavam mudando de emprego em busca de melhores remunerações ou migrando para outras cidades e para seus povoados de origem, em áreas rurais. (BETTELHEIM, 1976).

Além disso, parte dos operários diretamente implicados com o processo revolucionário foi deslocada para a guerra e designada para realizar tarefas de administração do Estado. Por consequência, um novo perfil de operário se desenvolvia: menos implicado politicamente e com debilidades técnicas. Portanto, necessitando aprender a trabalhar. (LENIN, 1976a, 1980). E nesse sentido, Lenin fazia o apelo:

Faz cuidadosa e honestamente as contas do dinheiro, gere de modo económico, não sejas preguiçoso, não roubes, observa a mais rigorosa disciplina no trabalho – estas são precisamente as palavras de ordem que, justamente ridicularizadas pelos proletários revolucionários quando a burguesia encobria com discursos semelhantes o seu domínio como classe dos exploradores, se tornam agora, depois do derrubamento da burguesia, as palavras de ordem principais e imediatas do momento. E a realização prática destas palavras de ordem pela massa dos trabalhadores constitui, por um lado, a única condição para salvar o país, martirizado quase até a morte pela guerra imperialista e pelos abutres imperialistas (com Kérenski à cabeça) e, por outro lado, a realização prática destas palavras de ordem pelo Poder Soviético, com seus métodos, na base das suas leis, é necessárias e suficiente para a vitória definitiva do socialismo. (LENIN, 1980, p. 563).

As dificuldades também provinham dos operários favoráveis à revolução e à expropriação da propriedade dos capitalistas. Os trabalhadores se uniram contra os seus patrões, mas não compreendiam que a constituição da produção social naquele momento de transição, somado ao momento crítico da guerra, implicava na centralização e na subordinação ao Estado. Ao contrário, queriam de forma independente gerir as fábricas, definindo o que produzir, a quem vender e por quanto vender. (BETTELHEIM, 1976). Para Lenin (1980), ainda existiam entre os trabalhadores os resquícios de uma consciência burguesa, própria do capitalismo e que se expressava na defesa de valores individualistas.

Esses inconvenientes no âmbito da força de trabalho e da organização do processo de trabalho precisavam ser superados a fim de aumentar a produtividade. E é nesse contexto que Lenin defende o taylorismo e outras medidas, como a direção unipessoal das empresas, o emprego de especialistas técnicos oriundos de cargos de chefia durante o czarismo, a adoção

de medidas coercitivas para promover a disciplina no trabalho e a emulação (LENIN, 1976a, 1980), conforme discorreremos mais na sequência.

Para Lenin o proletariado deveria se constituir como direção do processo produtivo e político. Contudo, essa construção não seria de imediato, pois os trabalhadores haviam sido constituídos no capitalismo em uma condição subalterna, sem a possibilidade de resolverem as questões práticas do seu trabalho, e, portanto, inibidos, não teriam desenvolvido sua capacidade de organização. Dessa forma, seria necessário um tempo de aprendizagem, de educação teórica e prática. (LENIN, 1980).

Por isso propõe a emulação, que correspondia a ações que promovessem outro perfil de trabalhador, com características até então pouco desenvolvidas, como a iniciativa, desenvoltura, responsabilidade, cuidado com o trabalho e que agissem de forma deliberada para a melhoria do processo de trabalho. (LENIN, 1976b). A emulação seria promovida pela adoção de medidas que propiciassem a reflexão dos trabalhadores quanto aos problemas existentes no cotidiano da produção. (LENIN, 1976a, 1980).

Entretanto, Lenin entende que não era possível esperar pelos resultados dessa aprendizagem, pois o cenário exigia tarefas imediatas. Por isso defende a adoção de medidas que de certa forma, num primeiro momento, sobrepujassem-se à ação do proletariado.

Lenin (1980) defende que o processo produtivo deveria ser submetido à direção de uma única pessoa, dada a necessidade da produção se dar de forma orquestrada, com uma mesma finalidade. A direção deveria gozar de liberdade apenas no plano executivo, ou seja, técnico, sendo submetida às decisões políticas mais amplas, com a participação dos sovietes. Quanto mais organizadas e capilarizadas as instâncias políticas, mais eficiente seria o controle sobre a direção unipessoal. Para Lenin, essa seria a forma de evitar que ocorresse uma “(...) deturpação burocrática da organização soviética (...)”. (LENIN, 1980, p. 585).

O emprego de especialistas técnicos, qualificados como burgueses pois estavam anteriormente ao lado da burguesia, é justificada pelo conhecimento que tinham sobre a produção, o qual não havia ainda sido apropriado pelo proletariado. Inclusive, a necessidade de ter a contribuição de tais especialistas, leva Lenin a defender que os seus salários fossem mais elevados, como um meio de atraí-los a favor do Estado soviético. (LENIN, 1980).

A coerção é justificada como meio de enfrentamento aos antigos exploradores, que estavam atrelados à burguesia internacional e inseridos no processo produtivo, sabotando a produção e tentando obter vantagens pessoais, uma vez que eram contra as medidas de caráter socialista. Ao mesmo tempo, a coerção não era estática, pois tendia a se modificar na medida em que se alterassem as condições que justificavam seu emprego. No momento em questão, o

proletariado ainda era pouco desenvolvido, a burguesia impunha uma ofensiva e a guerra acabou agudizando as fragilidades pessoais e reforçando o egoísmo, o que tornava a coerção na sua forma mais rígida um mal necessário. (LENIN, 1976a, 1980).

Esta subordinação pode, com uma consciência e uma disciplina ideais dos participantes no trabalho comum, recordar mais a suave direcção do maestro. Se não existir uma disciplina e uma consciência ideais, ela pode tomar as formas ásperas da ditadura. Mas de um ou outro modo, a *subordinação sem reservas* a uma única vontade é absolutamente necessária para o êxito dos processos de trabalho, organizado segundo o tipo da grande indústria mecanizada. (...) A revolução acaba de quebrar as cadeias mais antigas, mais fortes e mais pesadas, com as quais submetiam as massas pela força. (...) Mas hoje, essa mesma revolução, precisamente no interesse do seu desenvolvimento e consolidação, precisamente no interesse do socialismo, exige a *obediência sem reservas* das massas à *vontade única* dos dirigentes do processo de trabalho. (LENIN, 1980, p. 581, grifos do autor).

Além das medidas apontadas acima, Lenin (1980, p. 576) defende o provimento de recompensas materiais, como aumento salarial e redução da jornada de trabalho para as fábricas que elevassem a produtividade.

As medidas que apresentamos acima são abordadas em ambas as versões de *Tarefas Imediatas do Poder Soviético*, de 1918, contudo, os dois artigos as aprofundam de forma distinta. A emulação é mais bem detalhada no artigo escrito inicialmente, já na segunda versão, que acabou sendo publicada na ocasião, é a coerção que ganha maior destaque. Também aparecem diferenças quanto à posição de Lenin sobre o taylorismo. De acordo com a primeira versão, escrita em março:

O grande capitalismo criou sistemas de organização do trabalho, que nas condições de exploração das massas, são formas cruéis utilizadas pela pequena classe proprietária para escravizar e extrair uma quantidade adicional de trabalho, das forças, do sangue e dos nervos dos trabalhadores, e que, no entanto constituem, a **última palavra em organização científica da produção**, devendo ser adotadas pela República Socialista Soviética, e reformadas, com a intenção de realizar o registro e controle da produção, e assim poder elevar a produtividade do trabalho. O famoso sistema Taylor, por exemplo, muito difundido na América do Norte, é célebre porque constitui a última palavra em termos da mais desenfreada exploração capitalista (...) Porém, ao mesmo tempo, não se deve duvidar um só instante que o sistema Taylor reflete um **enorme progresso da ciência**, que analisa sistematicamente o processo de produção e **abre o caminho para um grande ascenso da produtividade do trabalho humano**. (...)

A República Socialista Soviética enfrenta uma tarefa que pode ser resumida em poucas palavras do seguinte modo: devemos implantar em toda a Rússia o sistema Taylor e a elevação científica da produtividade do trabalho alcançada pelos norte americanos, **conjugando esse sistema com a redução do tempo de trabalho**, com o emprego de **novos métodos de produção e organização do trabalho, sem prejudicar a força de trabalho** da população trabalhadora. Pelo contrário, a aplicação do sistema Taylor, corretamente **dirigida pelos próprios trabalhadores**, se estes são bastante conscientes, será a **melhor garantia para que no futuro** se possa reduzir enormemente a jornada de trabalho obrigatória de toda a população

trabalhadora, será a melhor garantia para que em um breve período se possa realizar o seguinte objetivo: **seis horas diárias de trabalho físico** para cada cidadão adulto e **quatro horas de trabalho para a administração do Estado**.⁴² (LENIN, 1976a, pp. 421-422, grifos nossos).

E de acordo com a segunda versão, de abril:

Em comparação com as nações avançadas, o russo é um mau trabalhador. E não podia ser de outro modo sob o regime tsarista e com a vitalidade dos restos do regime de servidão. **Aprender a trabalhar** – esta é a tarefa que o Poder Soviético deve colocar em toda a sua envergadura perante o povo. A última palavra do capitalismo neste aspecto, o sistema de Taylor – tal como todos os progressos do capitalismo –, reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma **série de riquíssimas conquistas científicas** no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registro e controle, etc. A República Soviética deve adotar a todo o custo as conquistas mais valiosas da ciência e da técnica neste domínio. A possibilidade de realizar o socialismo é determinada precisamente pelos nossos êxitos na combinação do Poder Soviético e da organização soviética da administração com os últimos progressos do capitalismo. Tem de se criar na Rússia o estudo e o ensino do sistema de Taylor, a sua experimentação e adaptação sistemáticas. (...) Ao mesmo tempo, caminhando para a elevação da produtividade do trabalho, é preciso ter em conta as particularidades do período de transição do capitalismo para o socialismo, que exigem, por um lado, que sejam lançadas as bases da organização socialista da emulação e, por outro lado, exigem a aplicação da coacção para que a palavra de ordem de ditadura do proletariado não seja maculada por uma prática de brandura excessiva do Poder Soviético. (LENIN, 1980, p. 574, grifos nossos).

Nas duas versões, a despeito de ainda fazer a ressalva sobre os efeitos deletérios da aplicação pelo capitalismo, o taylorismo é apontado como um avançado método científico de organização do trabalho e que deveria ser utilizado pelo Estado soviético, a fim de promover um desempenho técnico satisfatório e contribuir para a elevação da produtividade do trabalho.

⁴² Tradução nossa do espanhol: “El gran capitalismo há creado sistemas de organización del trabajo, que en las condiciones de explotación de las masas, fueron la forma más cruel de que se valió un minoría de las clases poseedoras para esclavizar y extraer una catidad suplementaria del trabajo, las fuerzas, la sangre y los nervios de los trabajadores, pero que a la vez constituyen la última palabra de la organización científica de la producción, que deben ser adoptados por la República Socialista Soviética, y reformados, com vistas a realizar nuestro registro y control de la producción, y luego para elevar la productividad del trabajo. El famoso sistema Taylor, por ejemplo, muy difundido em Norteamérica, es célebre porque constituye la última palabra de la más desenfrenada explotación capitalista (...) Pero al mismo tiempo, no se debe olvidar un solo instante que el sistema Taylor implica un enorme progreso de la ciencia, que analiza sistemáticamente el proceso de producción y abre el camino para um gran ascenso de la productividad del trabajo humano.” (...) “La República Socialista Soviética enfrenta una tarea que puede ser formulada en pocas palabras del siguiente modo: debemos implantar em toda Rusia el sistema Taylor y la elevación científica de la productividad del trabajo lograda por los norteamericanos, conjugando este sistema con la reducción del tiempo de trabajo, con el empleo de nuevos métodos de producción y organización del trabajo, sin perjudicar en lo más mínimo la fuerza de trabajo de la población trabajadora. Por el contrario, la aplicación del sistema Taylor, correctamente dirigida por los propios trabajadores si éstos son lo bastante concientes, será la mejor garantía para que em el futuro se pueda reducir enormemente la jornada laboral obligatoria de toda la población trabajadora, será la mejor garantía para que em um período bastante breve realicemos el objetivo que se puede expresar aproximadamente de la siguiente manera: seis horas diarias de trabajo físico para cada ciudadano adulto y cuatro horas de trabajo para la administración del Estado.”

Entretanto, aparecem algumas diferenças entre as duas versões de *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* no que se refere à adaptação do método em questão à realidade soviética. Na versão inicial, escrita em março de 1918 e que não foi publicada na ocasião, está mais explícita a proposta de um método de gestão distinto do americano, que não prejudicasse a saúde dos trabalhadores e que fosse submetido ao controle operário. Na segunda versão, Lenin defende o estudo, a experimentação e a adaptação do método taylorista, sem, contudo, fazer a ressalva sobre a sua transformação imediata; também não faz referência ao controle operário e a combinação com medidas de coerção aparece mais destacada.

Outra diferença existente nas duas versões se refere à mudança quanto à expectativa de diminuição da jornada de trabalho em decorrência do taylorismo. No texto escrito inicialmente, conforme citação acima, era esperado que a jornada pudesse ser reduzida para seis horas, permitindo liberar os trabalhadores para o exercício de quatro horas de trabalho na administração do Estado. No entanto, na segunda versão, Lenin não menciona a possibilidade da redução da jornada de trabalho para todos os trabalhadores. A não ser apenas temporariamente e para as comunas que atingissem resultados satisfatórios. (LENIN, 1980, p. 576)⁴³. Além disso, o exercício das atividades políticas é defendido sem a fixação de um tempo, apenas como trabalho complementar e gratuito à jornada de oito horas, que já havia sido decretada.

Nesta segunda versão, que acabou sendo publicada na época, Lenin continua defendendo a importância da participação política dos trabalhadores de forma mais geral e não apenas de algumas pessoas, o que incorreria no risco de uma burocratização. Contudo, a participação deveria ocorrer depois da jornada de oito horas de trabalho.

(...) Existe a tendência pequeno-burguesa para converter os membros dos Sovietes em «parlamentares» ou, por outro lado, em burocratas. É preciso lutar contra isto, chamando *todos* os membros dos Sovietes à participação prática na administração. (...) O nosso objectivo é **chamar todos os pobres à participação prática na administração**, e todos os passos para a realização disto – quanto mais variados melhor – devem ser registrados, estudados e sistematizados minuciosamente, devem ser comprovados por uma experiência mais ampla, legalizados. O nosso objectivo é conseguir que *cada* trabalhador, **depois de cumprir a «aula» de 8 horas de trabalho produtivo, cumpra de modo gratuito os deveres estatais**: a passagem para isto é particularmente difícil, mas esta passagem e a única garantia da definitiva consolidação do socialismo. (LENIN, 1980, p. 584, grifos do autor em itálico e grifos nosso em negrito).

⁴³ Os pronunciamentos de Lenin quanto à redução da jornada de trabalho se referem a uma redução maior do que já havia efetivamente ocorrido. A redução da jornada de trabalho na Rússia foi decretada em 29/10/1917, passando para oito horas diárias e quarenta e oito horas semanais. Além disso, ficou proibido o emprego de menores de 14 anos e aos jovens de 15 a 18 anos ficou estabelecida jornada de 6 horas diárias, sendo proibido o trabalho noturno, a realização de horas suplementares e em locais subterrâneos. (BORODÍNE *et al*, 1983, p. 70). Destacamos, ainda, que em 1913 a jornada de trabalho era de dez a doze horas e no período da Primeira Guerra chegou a ser de quatorze a dezesseis horas (BORODÍNE *et al*, 1983, p. 70).

Após esses pronunciamentos, Lenin seguiu debatendo questões relativas à organização do processo de trabalho, pois eram essenciais naquele momento inicial de reconstrução econômica. Entretanto, não abordará mais o taylorismo de forma tão pormenorizada.

Quando do surgimento dos sábados comunistas, em 1919, Lenin tem a possibilidade de refletir sobre suas expectativas quanto a um trabalho com conteúdo distinto, o que ele qualifica como embriões do trabalho no comunismo. Suas reflexões estão contidas no artigo *Una gran iniciativa* (LENIN, 1973a), escrito em junho de 1919 e publicado um mês depois, em um folheto organizado pelo Estado, e embasam-se nos depoimentos de trabalhadores que vivenciaram os sábados.

De acordo com o depoimento de A. Z. H., os sábados comunistas tiveram início entre os ferroviários e consistiam em horas suplementares de trabalho (uma hora a mais cada dia da semana e seis horas aos sábados), realizadas em caráter voluntário e direcionadas para atividades produtivas. Embora aberta para todos, A. Z. H. destaca a participação dos comunistas e de soldados, ou seja, pessoas que estavam deslocadas para as tarefas de administração do Estado e atividades militares, e também de pessoas que ocupavam postos de direção nas empresas, inclusive no próprio setor ferroviário. (LENIN, 1973a, p.3). Ainda, A.Z.H. compara os efeitos desse trabalho voluntário com o trabalho obrigatório, afirmando que a consciência política e a disciplina acarretavam um desempenho mais produtivo, mesmo em se tratando de pessoas que não eram habituadas ao trabalho manual.

Outro depoimento, sem nome, menciona a produtividade satisfatória de um dos dias de trabalho suplementar, mesmo com a atividade tendo sido pouco organizada.

Por fim, do depoimento de A. Diachenko, destacamos a sua menção ao fato da atividade produtiva realizada durante os sábados ter servido como um descanso mental, uma vez que durante a semana realizava atividades intelectuais. Além disso, entendemos que o trabalhador destaca a relevância da presença de um chefe, que ditava o ritmo do trabalho e que, assim, contribuía para o bom desempenho da atividade. (PRAVDA, *apud* LENIN, 1973a, p. 6).

Para Lenin (1973a, p. 7) era importante empreender e divulgar ações como essas, de trabalho voluntário. Avalia que estas ações também contribuía para a construção de novas relações econômicas, com conteúdo comunista, somando-se a tarefa fundamental da ditadura do proletariado, que seria a derrota da burguesia.

Segundo o autor, era preciso estabelecer uma nova organização do trabalho, que fosse mais avançada do que a desenvolvida no capitalismo. Até então, ao longo dos outros modos de produção, a organização era baseada na disciplina imposta externamente, através da violência física, da opressão ou pelo risco do desemprego e conseqüentemente pela impossibilidade de satisfazer as necessidades de sobrevivência. Ao contrário, a disciplina comunista deveria ser fundada na vontade consciente, pela compreensão da sua necessidade. (ibidem, p. 7).

A expectativa de Lenin em relação à constituição da disciplina comunista, não significava a sua negação quanto à disciplina no capitalismo. Pelo contrário, entende que é da grande indústria que surgem os embriões para a modificação do processo de trabalho, incluindo o próprio proletariado. É este, constituído como classe, que tem condições de direcionar a construção da sociedade socialista e a supressão das classes. (ibidem, p. 8). Lenin justifica a importância do proletariado pelo fato de ser maior numericamente e mais desenvolvido, mesmo em se tratando da Rússia, onde existia, na época, uma massa grande de camponeses; pois devido às suas condições precárias de vida, eles acabavam recorrendo ao trabalho assalariado. (ibidem, p. 8).

Assim, Lenin considera que é o proletariado, mais especificamente sua parcela mais avançada politicamente, que deveria ser responsável e direcionar as transformações socialistas, as quais eram muitas.

É evidente que, para suprimir completamente as classes, não basta derrotar os exploradores, os latifundiários e capitalistas, não basta acabar com a sua propriedade, é imprescindível também suprimir toda a propriedade privada sobre os meios de produção; é necessário extinguir toda a diferença entre a cidade e campo, assim como entre os trabalhadores manuais e intelectuais. Esta mudança exige muito tempo. Para realizá-la é preciso dar um grande passo no avanço do desenvolvimento das forças produtivas, é preciso vencer a resistência (muitas vezes mais passiva, tenaz e difícil de vencer) dos numerosos vestígios da pequena produção, é preciso vencer a enorme força do costume e a da rotina que carregados por esses vestígios.⁴⁴ (LENIN, 1973a, p.8).

Para o autor, além de acabar com a propriedade privada, o que já estava sendo encaminhado pelo Estado soviético, era preciso desenvolver as forças produtivas, acabar com

⁴⁴ Tradução nossa do espanhol: “Es evidente que, para suprimir por completo las clases, no basta con derrocar a los explotadores, a los terratenientes y capitalistas, no basta con suprimir su propiedad, sino que es imprescindible también suprimir *toda* propiedad privada sobre los medios de producción; es necesario suprimir la diferencia existente entre la ciudad y el campo, así como entre los trabajadores manuales e intelectuales. Esta obra exige mucho tiempo. Para realizarla, hay que dar un gigantesco paso adelante en el desarrollo de las fuerzas productivas, hay que vencer la resistencia (muchas veces pasiva y mucho más tenaz y difícil de vencer) de los numerosos vestígios de la pequeña producción, hay que vencer la enorme fuerza de la costumbre y la rutina que estos vestígios llevan consigo.”

a pequena propriedade e modificar os valores e costumes que a esta estavam vinculados. Daí decorreria a supressão da diferença entre trabalhadores intelectuais e manuais e a diferença entre cidade e campo. O proletariado deveria direcionar todas as ações necessárias para fazer avançar essas condições.

Para triunfar, para criar e consolidar o socialismo, o proletariado deve resolver uma dupla tarefa, ou melhor, uma única tarefa com dois aspectos: primeiro, com o seu infalível heroísmo na luta revolucionária contra o capital, deve atrair toda a massa de trabalhadores e explorados, organizá-la, dirigir seus esforços para derrotar a burguesia e afastar qualquer resistência por parte desta; segundo, conduzir toda a massa de trabalhadores e explorados, assim como todos os setores da pequena burguesia, ao caminho da nova construção econômica, ao caminho de novas relações sociais, de uma nova disciplina laboral e uma nova organização do trabalho que conjugue a última palavra da ciência e da técnica capitalista com a massa de trabalhadores unidos e conscientes, ocupados na grande produção socialista.⁴⁵ (LENIN, 1973a, p. 9).

E para Lenin (1973a, p. 9-10), os sábados comunistas seriam um exemplo dessa nova forma de organização, baseada na disciplina consciente e voluntária. Poderiam vir a falhar, pois se tratava de um momento conflituoso, de convivência dos resquícios do capitalismo com os embriões do comunismo, mas ainda sim se tratavam de importantes experiências de algo novo. Na avaliação de Lenin, correspondiam a uma grande iniciativa.

Lenin comenta ainda sobre a importância da adesão dos especialistas técnicos ao projeto socialista, avaliando que com a colaboração destes o processo revolucionário poderia se concluir de forma mais rápida. Entretanto, menciona as dificuldades relacionadas a eles, devido à proximidade com os interesses burgueses. Como solução, propõe o esforço de aproximação e educação política dos especialistas que se mostravam vacilantes, ou seja, que tinham dúvidas quanto ao socialismo, mas não eram tão próximos da antiga burguesia. Também propõe o enfrentamento aos que se mostravam resistentes, opositores, sabotadores. (LENIN, 1973a, p. 10).

E assim como nos textos de 1918, em *La gran iniciativa* Lenin volta a defender a elevação da produtividade, argumentando que ela seria o meio de combater a fome causada

⁴⁵ Tradução nossa do espanhol: “Para triunfar, para crear y consolidar el socialismo, el proletariado debe resolver una tarea doble, o, más bien, una tarea única con dos aspectos: primero, con su heroísmo a toda prueba en la lucha revolucionaria contra el capital, atraer a toda la masa de trabajadores y explotados, organizarla, dirigir sus esfuerzos para derrocar a la burguesía y aplastar plenamente cualquier resistencia por parte de ésta; segundo, conducir a toda la masa de trabajadores y explotados, así como a todos los sectores de la pequeña burguesía, al camino de la nueva construcción económica, al camino de la creación de las nuevas relaciones sociales, de una nueva disciplina laboral y de una nueva organización del trabajo que conjugue el aprovechamiento de la última palabra de la ciencia y la técnica capitalista con la agrupación en masa de los trabajadores conscientes, entregados a la gran producción socialista.”

pela guerra, e também, mais estrategicamente, ela seria uma das condições para desenvolver o socialismo.

O comunismo apresenta uma produtividade do trabalho mais alta que o capitalismo, uma produtividade obtida voluntariamente pelos operários conscientes e unidos, que têm a seu serviço uma moderna técnica. Os sábados comunistas possuem um valor excepcional como começo efetivo do comunismo e isso é algo extraordinário, pois nos encontramos em uma etapa em que “se dão os primeiros passos da transição do capitalismo para o comunismo (como diz, com toda a razão, o Programa do nosso partido)⁴⁶. (LENIN, 1973a, p. 11).

E nesse sentido enaltece os trabalhadores que participavam dos sábados comunistas, o comprometimento que assumiam com o trabalho, mesmo que com condições adversas e tendo se alimentado mal, devido às penúrias dos últimos meses. (ibidem, p. 11-12).

A organização do processo de trabalho foi novamente tema de discussão em 1920, durante o VIII Congresso de Soviotes e cujo artigo orientador encontra-se publicado com o título *VIII Congreso de los soviets de toda Rusia* (LENIN, 1973b), escrito e publicado em dezembro desse mesmo ano.

Nesse texto Lenin (1973b) faz um balanço do novo momento, constatando que o período de enfrentamento militar, correspondente à guerra civil, estava chegando ao fim, e que era necessário transitar para as tarefas de restabelecimento da economia.

Segundo Borodíne *et al* (1983, p. 106), o país chegou em 1920 com uma produção industrial e rural bastante reduzidas: as grandes empresas produziam sete vezes menos do que em 1913 e as áreas cultiváveis diminuíram em 25 milhões de hectares. Com isso, a produção e distribuição de alimentos ficaram deficitárias, aumentou o desemprego e os trabalhadores se deslocavam para o campo. Situação muito semelhante com a que já relatamos correspondentes ao ano de 1918.

Contudo, em decorrência da política econômica do período do comunismo de guerra, que tinha como um dos seus elementos o confisco pelo Estado de parte da produção dos camponeses, aumentou o descontentamento destes e o conflito entre a cidade e campo. Embora tendo derrotado a contra-revolução nas cidades, o Estado precisava ainda enfrentar a resistência no campo, provocada especialmente pelos *kulaks*, camponeses ricos, que provocavam insurreições e matavam os comunistas. (BORODÍNE *et al*, 1983, p. 107).

⁴⁶ Tradução nossa do espanhol: “El comunismo representa una productividad del trabajo más alta que la del capitalismo, una productividad obtenida voluntariamente por obreros conscientes y unidos que tienen a su servicio una técnica moderna. Los sábados comunistas poseen un valor excepcional como comienzo efectivo del comunismo, y esto es algo extraordinario, pues nos encontramos en una etapa en la que “se dan sólo los primeros pasos en la transición del capitalismo al comunismo” (como dice, con toda razón, el Programa de nuestro partido). (LENIN, 1973a, p. 11)”.

Com essas condições era preciso restabelecer a economia, retomando a aliança do Estado soviético com o campesinato, promovendo a ligação entre a indústria socialista e a economia camponesa. (LENIN⁴⁷ *apud* BORODÍNE *et al*, 1983, p. 107).

O VIII Congresso de Sovietes refletiu esse momento. Ele foi o prenúncio da Nova Política Econômica⁴⁸, que veio a ser estabelecida em março de 1921 e introduziu uma série de modificações no plano econômico. Entre estas se destacam: a permissão para o arrendamento de terra e assalariamento da força de trabalho; a permissão para o arrendamento de pequenas empresas estatais a cooperativas, associações e indivíduos; a utilização de elementos do capitalismo privado e estatal; e o aprimoramento das indústrias estatais, buscando com que se tornassem mais rentáveis economicamente. (BORODÍNE *et al*, 1983, p. 109).

Algumas das medidas debatidas no VIII Congresso estabelecem uma aproximação com a economia capitalista, recuo que é assumido por Lenin (1973b), quando se pronuncia, por exemplo, sobre a importação de meios de produção através da concessão a alguns países capitalistas. (*ibidem*, p. 126). Embora reconheça a condição de conflito entre a Rússia e os países contrários ao socialismo, compreende que o Estado soviético deveria valer-se do cenário de disputa intercapitalista e da debilidade de determinados países, conseguindo assim acessar melhores condições materiais para o seu desenvolvimento e fortalecimento.

Em relação às medidas direcionadas ao trabalho, mais diretamente relacionadas ao objetivo de nossa investigação, Lenin (1973b, p. 129) volta a expor a necessidade de aumento do rendimento do trabalho, para isso sendo importante a organização das fábricas e o apoio dos sindicatos.

Sobre esse tema, uma nova questão é abordada: a importância dos especialistas técnicos passarem a ocupar alguns espaços políticos, como os congressos, com a finalidade de compartilharem informações sobre a produção. Lenin entende que a ênfase e atenção dos debates deveriam ser voltadas ao desenvolvimento econômico e não mais sobre as questões políticas. E, neste caso, os técnicos deveriam ser priorizados. (*ibidem*, p. 134).

À tribuna dos congressos de toda Rússia subirão não apenas os políticos e administradores públicos, mas também engenheiros e agrônomos. É o começo de uma época mais próspera, em que haverá menos política cada dia, se falará de

⁴⁷ V. I. Lénine. **Obras Escolhidas**, t. 3, pp. 620-621.

⁴⁸ A NEP perdura até 1928, quando tem início o I Plano Quinquenal, retomando medidas econômicas de caráter socialista.

política com menos frequência e prolixidade e falarão mais os engenheiros e agrônomos⁴⁹. (LENIN, 1973b, p. 134).

Contudo, apenas as modificações introduzidas na organização do processo de trabalho não seriam suficientes para desenvolver a economia. Por isso Lenin destaca a importância de desenvolver a base técnica, a produção de novas máquinas (LENIN, 1973b, p. 132) e de grandes empreendimentos de infraestrutura, tendo como início a eletricidade. O VIII Congresso discute o Plano de Eletrificação de Toda a Rússia, cujo objetivo era a difusão da eletricidade para diversas regiões do país, em especial para o campo. (ibidem, p. 135).

Para Lenin o desenvolvimento do campo era uma condição para o desenvolvimento do socialismo. Isso passava pelo desenvolvimento da base técnica, como exposto acima, e também pelo desenvolvimento cultural. Não bastava a luz, era preciso que os camponeses compreendessem a importância das mudanças econômicas e que, mais que isso, assumissem a direção destas.

(...) Além de saber ler e escrever, é preciso que os trabalhadores sejam cultos, conscientes e instruídos; é preciso que a maioria dos camponeses tenha uma noção concreta das tarefas a cumprir. Este programa do partido deve se converter no livro fundamental, que deverá entrar em todas as escolas. Nele constará, além do plano geral de eletrificação, planos especiais escritos para cada região da Rússia. E cada camarada terá para a sua região um estudo concreto de como efetuar a eletrificação, passando da obscuridade para a existência normal. E, camaradas, se pode e se deve comparar, elaborar e comprovar no plano local as teses recebidas, esforçando-se para conseguir em cada escola e em cada círculo de estudos respostas para o que é o comunismo, não apenas a partir do que está escrito no programa, mas dizendo como sair da escuridão.⁵⁰ (LENIN, 1973b, p. 136).

À ascensão intelectual e cultural dos trabalhadores também é vislumbrada como meio de propiciar a autonomia em relação aos especialistas técnicos. (LENIN, 1973b, p.136). Estes haviam até o momento edificado a base técnica, que seria continuada pelo proletariado e pelos camponeses.

⁴⁹ Tradução nossa do espanhol: “A la tribuna de los congresos de toda Rusia subirán en lo sucesivo no sólo políticos y administradores públicos, sino también ingenieros y agrónomos. Es el comienzo de la época más feliz, en la que habrá menos política cada día, se hablará de política con menos frecuencia y prolijidad y hablarán más los ingenieros y los agrónomos”.

⁵⁰ Tradução nossa do espanhol: “(...) Además de saber leer y escribir, es preciso que los trabajadores sean cultos, conscientes e instruídos; es preciso que la mayoría de los campesinos tenga una noción concreta de las tareas a cumplir. Este programa del partido debe convertirse en el libro fundamental, que habrá de entrar en todas las escuelas. En él encontraréis, además del plan general de electrificación, planes especiales escritos para cada región de Rusia. Y cada camarada que vaya a su localidad poseerá un estudio concreto de cómo efectuar la electrificación en su distrito, pasando de la oscuridad a la existencia normal. Y, camaradas, se puede y se debe comparar, elaborar y comprobar en el plano local las tesis que se os han dado, esforzándose por conseguir que en cada escuela y en cada círculo de estudios se responda a la pregunta de qué es el comunismo no sólo con lo que está escrito en el programa del partido, sino también diciendo cómo salir de oscuridad.”

Por fim, em 1922 Lenin volta a se pronunciar sobre o taylorismo, com o artigo *Una Oveja Negra Estropea El Rebaño* (LENIN, 1978, p. 353-354), escrito em setembro de 1922 e publicado apenas em 1928. Neste faz menção sobre a reedição de um livro de O. A. Ermanski (*La organización científica del trabajo y el sistema Taylor*, ed. del Estado, 1922), em que este aborda a organização taylorista do processo de trabalho. Pelo conteúdo apresentado no livro, Lenin recomenda a sua divulgação, contudo, critica-o por apresentar uma linguagem de difícil compreensão e ser muito extenso, o que impossibilitaria de ser um livro popular. (LENIN, 1978, p. 353).

Quanto ao conteúdo, Lenin (*ibidem*), volta a se pronunciar sobre a necessidade de divulgação do taylorismo como uma contribuição aos trabalhadores à aprendizagem do trabalho, o que seria a principal tarefa do momento. Além disso, aponta a importância da alfabetização de toda a população e do desenvolvimento da ciência nos moldes do que já fora produzido em outros países.

O livro faz uma exposição detalhada do sistema Taylor e, isto é especialmente importante, tanto em seus aspectos positivos como nos aspectos negativos, e também de dados científicos fundamentais sobre o desgaste fisiológico e a recuperação do mecanismo humano. Em minha opinião, o livro se adapta perfeitamente como manual oficial para todas escolas profissionais, e em geral para todos colégios de ensino médio. Aprender a trabalhar é agora a tarefa principal, verdadeiramente nacional da República Soviética. Alcançar a alfabetização total, sem limitarmos de nenhum modo esse objetivo; avançar e utilizar tudo o que é verdadeiramente valioso na ciência europeia e norte-americana: essa é a nossa primeira e fundamental tarefa⁵¹. (LENIN, 1978, p. 353).

Nesse texto, Lenin usa uma expressão que até o momento não tinha aparecido em nenhum outro texto: “mecanismo humano” (LENIN, 1978, p. 353) ou “máquina humana”. (LENIN, 2012, p. 368)⁵². Embora não tenha aprofundado o significado da identidade entre homem e máquina no texto em questão, consideramos importante fazer menção a essa

⁵¹ Tradução nossa do espanhol: “El libro hace una exposición detallada del sistema Taylor y, esto es especialmente importante, tanto en sus aspectos positivos como en sus aspectos negativos, y también de datos científicos fundamentales sobre el desgaste fisiológico y la recuperación del mecanismo humano. En mi opinión, el libro se adapta perfectamente como manual oficial para todas las escuelas profesionales, y en general para todos los colegios de enseñanza secundaria. Aprender a trabajar es ahora la tarea principal, verdaderamente nacional de la República Soviética. Lograr la alfabetización total, sin limitarnos de ningún modo a este objetivo; marchar adelante a toda costa y utilizar todo lo que es verdaderamente valioso en la ciencia europea y norteamericana: tal es nuestra tarea primera y fundamental.”

⁵² Para uma melhor compreensão do termo recorreremos à publicação em inglês.

referência, pela proximidade dela com os estudos promovidos por Aleksei Gastev⁵³ (1882-1939). Segundo Moraes Neto (2009), este objetivou desenvolver a capacidade da força de trabalho para funcionar como uma máquina, motivo pelo qual acabou sendo criticado. E mesmo alvo de questionamentos, teria sido apoiado por Lenin para assumir a direção do Instituto Central do Trabalho, criado em 1921. Aprofundaremos mais essa questão no próximo capítulo, quando expusermos a crítica de Moraes Neto à Lenin.

Aqui se encerram as apresentações dos textos em que Lenin aborda aspectos da organização do processo de trabalho e, mais especificamente, o taylorismo. Como o autor apresenta uma vasta obra, com publicações que vão até dez meses antes da sua morte, que ocorreu em janeiro de 1924, é possível a existência de outras reflexões sobre o tema. Como já explicado, optamos, contudo, por investigar textos que foram analisados também por Linhart (1983), aproveitando a importante seleção que este autor fez, além das obras investigadas por Bettelheim (1983) e por Moraes Neto (2009).

Avaliamos que ainda que possa não ser a totalidade do pensamento de Lenin, os textos forneceram um conteúdo riquíssimo, que será discutido mais a frente nesse trabalho.

⁵³ Gastev iniciou a sua militância por volta de 1901, tendo desempenhado um papel ativo durante a Revolução de 1905, em que teria estabelecido diálogos com Lenin. Até 1917, vivenciou períodos de exílio e de trabalho, desempenhando atividades em fábricas russas e francesas, tendo dessa forma adquirido experiência em termos de organização do processo de trabalho e quanto ao método taylorista-fordista. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Aleksei_Gastev, acessado em 19 jan. 2018. Em 1921 passou a coordenar o Instituto Central do Trabalho (MORAES NETO, 2009).

3. CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN SOBRE O TAYLORISMO

A posição favorável de Lenin em relação ao taylorismo, que começa a se delinear em 1914 e ganha corpo em 1918, veio a repercutir neste mesmo ano, poucos meses após a Revolução de 1917. Nesse momento o método taylorista não era apenas mais um tema de estudo de Lenin, mas sim passou a ser defendido como método de organização do trabalho para a nova sociedade que se desenvolvia, sendo parte das medidas implementadas pelo Estado soviético.

Tratava-se de um momento em que já haviam sido acumuladas críticas à implantação do taylorismo em outros países, sendo estas acompanhadas por movimentos de resistência direcionados pelos sindicatos. Assim, a proposta de implementação de mudanças na organização do processo de trabalho pelo Estado soviético passa a ser também alvo de contestações, especialmente por grupos políticos contrários aos bolcheviques.

O próprio Lenin, em ambas as versões de *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* (LENIN, 1976, 1980), rechaça os grupos que discordavam das proposições e medidas adotadas para organizar a produção, especificamente os que se auto-intitulavam socialistas, como os mencheviques, novojiznistas e socialistas-revolucionários. (LENIN, 1980, p. 567).

Referindo-se à totalidade das tarefas de organização da produção, Lenin argumenta que a construção da transição ao socialismo e a superação das dificuldades postas ao Estado soviético por decorrência dos danos da guerra, não seriam possíveis imediatamente, como clamavam os críticos. Estes evocavam discursos apreendidos teoricamente, entretanto, não conseguiam aplicar a teoria na resolução dos problemas concretos existentes no momento em questão, desconsiderando as condições objetivas que impunham alguns retrocessos. Para Lenin as transformações ocorreriam ao longo de anos, existindo um período em que os resquícios do capitalismo conviveriam com os embriões de um novo modo de produção. (LENIN, 1973a, p. 11; 1976, p. 423; 1980, p. 584-585).

A passagem abaixo, de *La gran iniciativa* expressa muito bem a sua posição quanto aos críticos:

As "fórmulas" do verdadeiro comunismo distinguem-se da fraseologia pomposa, refinada e solene do Kautsky, dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários, com os seus "irmãos" queridos de Berna, precisamente porque essas "fórmulas" reduzem tudo às condições de trabalhar. Menos charlatanismo em torno da "democracia trabalhista", "liberdade, igualdade e fraternidade", "soberania do povo" e outras coisas assim: o trabalhador e o camponês conscientes dos nossos dias vêm nestas frases vazias o engano do intelectual burguês tão facilmente como qualquer pessoa com experiência de vida diz no local e sem se enganar ao ver o rosto impecavelmente atencioso e a aparência de uma "pessoa distinta": "Certamente ele é

um imoral". Frases menos pomposas e mais simples, trabalho diário, mais preocupação para cada quantidade de grãos e cada quantidade do carvão! Mais preocupação de que este tipo de grãos e do carvão, indispensável para o trabalhador com fome e o camponês mal vestido e nu, não lhes venham pelas transações mercantilistas, do modo capitalista, mas pelo trabalho consciente, voluntário, altruísta e heróico de trabalhadores simples, como os trabalhadores e os ferroviários da linha Moscow-Kazan⁵⁴. (LENIN, 1973a, p. 11).

Em outro artigo de 1918, cujo título é “*Left-Wing*” *Childishness and the Petty-Bourgeois Mentality* (LENIN, 2011, p. 259), Lenin novamente aborda as críticas, dessa vez, as diretamente relacionadas ao taylorismo, afirmando que elas partiam de grupos que haviam se posicionado contrários à revolução e que continuavam atuando para que as medidas adotadas pelo Estado soviético não surtisserem os efeitos esperados.

Além da menção a esses grupos opositores, Lenin (1976, p. 422) prevê que a resistência ao taylorismo viria também de uma parcela dos trabalhadores, o que era inevitável por se tratar de uma nova forma de organizar o trabalho. Posto isso, seria necessário um tempo de transição e colaboração do proletariado mais consciente politicamente, que seria capaz de perceber a importância das medidas propostas para enfrentar os problemas decorrentes da guerra.

Segundo Linhart (1983, p. 117-118), a resistência organizada ao taylorismo se deu especialmente entre trabalhadores mais especializados do setor ferroviário. Estes tinham um histórico de terem maiores privilégios em relação aos demais trabalhadores e eram organizados sindicalmente pelos mencheviques.

Os questionamentos ao taylorismo também ocorreram no interior do Estado soviético. Segundo Bettelheim (1983) e Sochor (1981), existiram dois grupos que divergiram quanto à forma de organização do processo de trabalho: um coordenado por Gastev (o qual mencionamos no fim do último capítulo), que acabou culminando na criação do Instituto Central do Trabalho, em 1922, e recebeu o apoio de Lenin; outro sob a coordenação de Kerjentsev⁵⁵, que formou a Liga do Trabalho, em 1923.

⁵⁴ Tradução nossa do espanhol: “Las “fórmulas” del verdadero comunismo se distinguen de la fraseología pomposa, refinada y solemne de los Kautsky, de los mencheviques y eseristas, con sus queridos “cofrades” de Berna, precisamente en que dichas “fórmulas” lo reducen todo a las condiciones de trabajo. Menos charlatanería en torno a “la democracia laboral”, “la libertad, la igualdad y la fraternidad”, “la soberanía del pueblo” y otras cosas por el estilo: el obrero y el campesino conscientes de nuestros días ven en estas frases hueras la marrullería del intelectual burgués tan fácilmente como cualquier persona con experiencia de la vida dice en el acto y sin equivocarse al ver el rostro impecablemente cuidado y el aspecto de una “persona distinguida”: “Seguro que es un truhán”. ¡Menos frases pomposas y más trabajo sencillo, cotidiano, más preocupación por cada pud de grano y cada pud de carbón! Más preocupación por que este pud de grano y este pud de carbón, indispensables al obrero hambriento y al campesino desarrapado, desnudo, no les lleguen por transacciones mercantilistas, al modo capitalista, sino por el trabajo consciente, voluntario, abnegado y heroico de simples trabajadores, como los peones y los ferroviarios de la línea Moscú-Kazán.”

⁵⁵ Platon Kerjentsev.

Ambas as instituições tinham o objetivo de promover estudos na área do trabalho e fomentar a constituição de uma nova organização do processo de trabalho, contudo, divergiram quanto a forma desta. Segundo Bettelheim (1983, p. 236-237), o Instituto Central do Trabalho foi denunciado pela Liga do Trabalho, que o acusava de impor aos trabalhadores a racionalização do trabalho; Kerjenstsev, ao contrário, propunha que a racionalização deveria ser empreendida pelos próprios operários.

Em 1924, os dois organismos foram fundidos e passaram a ter uma atuação mais direcionada para a formação profissional do trabalhador. (ibidem, p. 237). Embora unificados, as concepções do Instituto Central do Trabalho prevaleceram e continuaram sendo alvo de críticas, que alegavam que os estudos e propostas de Gastev tentavam subordinar os operários às máquinas, retirando-lhes do papel de direção do processo de produção. (ibidem, p. 237-238).

As tentativas de implantação de um taylorismo adaptado à realidade soviética tiveram continuidade e seguiram acompanhadas por controvérsias. Apesar da importância da apropriação do debate que ocorreu na ocasião, em especial a partir de 1918, e que, sobretudo, acompanharam a efetivação de uma proposta soviética de racionalização do trabalho, não poderemos aprofundá-lo nesse momento. O tempo escasso para a realização de uma pesquisa de mestrado e a necessidade de delimitação do tema impedem-nos de fazermos um estudo de maior densidade.

Dessa forma, optamos aqui por apreciar apenas as críticas de Linhart (1983), Bettelheim (1983) e de Moraes Neto (2009). Estes autores não vivenciaram o processo revolucionário e nem a defesa de Lenin quanto ao taylorismo, tendo elaborado as suas análises posteriormente. Contudo, consideramos importante que sejam visitados. Primeiro pelo fato de já terem realizado um estudo pormenorizado sobre o tema. Especialmente Linhart (1983), que reuniu um conjunto significativo de dados. Segundo, pelo fato de subsidiarem parte das avaliações atuais em relação ao desfecho da Revolução Russa, o que é o caso de Bettelheim (1983) e também de Linhart (1983). A inclusão de Moraes Neto (2009) em nossa pesquisa se deu pelo fato de ser um autor brasileiro e que fundamenta sua crítica com argumentos distintos aos apresentados pelos outros dois.

Nesse capítulo apresentaremos uma síntese da avaliação desses três autores quanto à apreciação de Lenin em relação ao taylorismo. Nossa avaliação em relação às elaborações desses críticos será feita no capítulo seguinte.

3.1 CRÍTICAS À APRECIACÃO DE LENIN POR ROBERT LINHART

O debate sobre o posicionamento de Lenin em relação ao taylorismo tem sido difundido no Brasil por meio da obra *Lenin, os camponeses, Taylor. Ensaio de Análise Baseado no Materialismo Histórico sobre a Origem do Sistema Produtivo Soviético* (LINHART, 1983), de Robert Linhart. Inclusive, muitas das referências por nós consultadas fazem menção a esse livro.

Nessa obra o autor analisa as reflexões de Lenin sobre a organização do processo de trabalho e o método taylorista⁵⁶. Inicialmente, Linhart (1983) apresenta um capítulo em que expõe a sua concepção sobre o taylorismo; na sequência, percorre a posição de Lenin, elaborada em vários momentos que antecederam e sucederam a revolução russa, tecendo então a sua crítica. Destaca alguns fundamentos teóricos que sustentaram a posição de Lenin, bem como fatos conjunturais que foram marcantes no delineamento de sua proposta para o processo de trabalho: efeitos da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil; organização do setor ferroviário; organização dos sábados comunistas.

O autor sustenta sua crítica ao posicionamento favorável de Lenin sobre o taylorismo, avaliando que a adoção deste método de gestão do trabalho tivera consequências negativas para o desfecho do processo revolucionário implantado na Rússia. De forma geral, o método taylorista, por suas características intrínsecas, acentuou a divisão social do trabalho, ao reforçar a separação entre trabalho intelectual e manual. Ainda, teria promovido a retirada da autonomia do trabalhador em relação ao seu trabalho, uma vez que todas as operações e o modo de realizá-las passam a ser ditados externamente, a partir dos supervisores. (LINHART, 1983). Para o autor, essas características teriam reforçado o caráter autoritário do Estado soviético, contribuindo para a sua burocratização.

De acordo com o autor, ainda que Lenin tenha vislumbrado um taylorismo distinto ao originado nos EUA, com a introdução de modificações que não acarretassem em efeitos deletérios - como a direção do processo de trabalho pelos trabalhadores e a redução da jornada

⁵⁶ Os textos apreciados por Linhart foram: Les Tâcher immédiates du pouvoir des soviets (O.C. t. 27); Um sistema “científico” para esmagar o operário (O.C., t. 18); O sistema Taylor é a sujeição do homem pela máquina (O.C. t. 20); Cahiers de l’impérialismo (O.C. t. 39); Tarefas Imediatas do Poder Soviético (primeira versão, O.C. t. 42); Une goutte de fel dans un tonneau de miel (O.C. t. 33); Comment réorganiser l’inspection ouvrière et paysanne? (O.C. t. 33); Pronunciamento de Lenin no Comitê Executivo Central dos Sovietes, de 29 de abril de 1918 (O.C. t. 27); Todos ao trabalho para abastecimento e os transportes (O.C. t. 28); VIII Congresso dos soviets (O.C. t. 31); A Grande Iniciativa (O.C. t. 29); Avante para combater a crise do combustível (O.C. t. 30); Pronunciamento na Conferência de sindicatos e comitês de fábricas (O. C. t. 27); Relatório ao II Congresso dos Sindicatos da Rússia (O.C. t. 28); Doença Infantil do Comunismo (O.C. 31); Relatório para o Congresso dos Serviços de Educação Política, 1921 (O.C. 33); Relatório ao XI Congresso, 1922 (O.C. t. 33); O Estado e a Revolução (O.C. t. 25); Reunião de metalúrgicos comunistas (O.C. t. 33).

de trabalho - as condições conjunturais que se desenrolaram após a revolução e durante a guerra civil, não teriam permitido a efetivação de uma nova organização do processo de trabalho. (ibidem).

Segundo Linhart (1983), o taylorismo surgiu como uma resposta do capital aos limites que os trabalhadores impunham ao ritmo do trabalho, freando o aumento da produtividade. Para o autor, esse entrave colocado pelos operários era possível devido ao fato de que conheciam e dominavam os métodos e tempos relacionados a sua atividade, o que lhes possibilitava direcionarem seus desempenhos conforme seus interesses.

O *know-how* profissional é, de certa forma, um capital nas mãos dos operários: os patrões compram o uso deste capital mas não dispõem dele diretamente e, por conseguinte, ignoram de que modo o trabalho deve ser feito, qual o tempo “justo” que deve ser designado para cada tarefa, etc. Contando com essa ignorância de seus empregadores, os operários impõem suas próprias normas, inferiores à produtividade possível. Troquemos esta posição de monopólio dos operários em termos de *know-how professional* e eles ficarão em nossas mãos, no que diz respeito a normas de tempos e de rendimentos: esta é a conclusão de Taylor, o objetivo explícito de todo o seu sistema de “direção científica do trabalho”. (LINHART, 1983, p. 79).

Frente a essa problemática, as empresas precisaram assumir o controle sobre o processo de trabalho, apropriando-se dos conhecimentos práticos que os trabalhadores detinham, os quais, na maior parte dos casos, eram adequados. (LINHART, 1983, p. 79). Para tanto, ampliaram o corpo de dirigentes, delegando a pessoas específicas as funções de planejamento e supervisão sobre o processo de trabalho. Os métodos, antes conhecidos e dominados pelos trabalhadores, foram apropriados por esses dirigentes, sendo reconfigurados e lhes apresentados como um sistema alheio, o qual deveria apenas ser executado. (ibidem, p. 80).

Dessa forma, segundo Linhart (1983, p. 80), o taylorismo acabou estabelecendo uma “hipertrofia de enquadramento do processo de trabalho”, que reforçou a separação entre trabalho intelectual e manual, entre execução e planejamento. E, ao fazê-lo, aperfeiçoou a divisão social do trabalho.

Esta é uma confissão de importância primordial, a partir da qual a “organização científica do trabalho” revela seu verdadeiro significado: Taylor reconhece não dispor de muitos conhecimentos para ensinar aos operários, no que diz respeito ao processo de trabalho. Seu “sistema”, no fundo, não visa, de modo essencial, à divisão técnica do trabalho (pelo menos numa fase inicial): em compensação, ele transforma e aperfeiçoa a divisão social do trabalho introduzida pelo capitalismo. Codificando e “classificando” os conhecimentos adquiridos no processo de trabalho, o taylorismo pretende abertamente constituir-los em um corpo de doutrina “exterior” aos produtores diretos e que possa lhes ser imposto, de fora, pela direção capitalista

do processo de trabalho, propriedade privada, de certa forma, de todos os conhecimentos relativos ao processo de trabalho (LINHART, 1983, p. 80).

Além disso, o taylorismo teria aumentando as divisões e subdivisões da organização do trabalho, limitando os trabalhadores a operações determinadas. Por consequência, teria reduzido a iniciativa e a autonomia que dispunham. (LINHART, 1983, p. 81).

Em suma, pelas características expostas, o taylorismo carregaria intrinsecamente a divisão entre trabalho intelectual e manual e a burocratização da organização do processo de trabalho. Para Linhart (1983), ele teria materializado concretamente e da melhor forma o que Karl Marx, anos antes, teria observado como tendência do desenvolvimento do capitalismo.

“Não só o trabalho é dividido, subdividido e repartido entre diversos indivíduos; o indivíduo, ele próprio, é dilacerado, metamorfoseado em mola automática de uma operação exclusiva, de modo que se torna realidade a absurda fábula de Menenius Agrippa, representando um homem como fragmento de seu próprio corpo. (...) Os conhecimentos, a inteligência e a determinação que o camponês e o artesão independentes desenvolvem, em pequena escala, mais ou menos como o selvagem pratica a arte da guerra, sob forma da astúcia pessoal, passam a ser solicitados somente para o conjunto da fábrica. As potências intelectuais da produção desenvolvem-se de um único lado porque desaparecem em todos outros. O que os operários parcelários perdem concentra-se, à face deles, no capital. A divisão manufatureira lhes opõe as potências intelectuais da produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esta cisão (...) completa-se (...) na grande indústria que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e a engloba a serviço do capital.” (MARX⁵⁷, *apud* LINHART, 1983, p. 82).

Fundamentando-se nas críticas expostas acima, Linhart (1983) avalia a posição de Lenin em relação ao método taylorista, examinando os seus pronunciamentos de 1913 até 1922. Para o autor, dois aspectos perpassam a defesa de Lenin em relação ao método de gestão em questão: a possibilidade de simplificar o trabalho manual, generalizando-o para toda a sociedade, e a possibilidade de aumento da produtividade, sendo este uma das condições para a redução da jornada de trabalho. (*ibidem*, p. 91-92).

Segundo Linhart (1983), Lenin tinha a expectativa de que o saber científico e técnico fossem acessíveis aos operários, não mais ocultados ou que lhes fossem colocados em oposição, como algo misterioso. E o taylorismo, ao dar maior previsibilidade ao processo de trabalho, seria uma forma dos trabalhadores se apropriarem da ciência, tornando o desempenho no trabalho mais fácil e passível de maior domínio por eles próprios. Dessa forma, seria o taylorismo um meio de apropriação coletiva do trabalho.

De acordo com o autor, as evidências quanto à pretensão da simplificação do trabalho e de sua extensão para o conjunto da sociedade é expressa inicialmente em

⁵⁷ MARX, K. *Le Capital*, livro I, coll. Da Plêiade, p. 903, [19--].

Cuadernos sobre el imperialismo (LENIN, 1977c), em que Lenin destaca uma citação de Gilbreth sobre as contribuições da padronização de movimentos de trabalho. E ela é retomada posteriormente, quando Lenin se pronuncia sobre o Plano de Eletrificação (GOELRO), em 1920, defendendo a importância da difusão da ciência entre os trabalhadores.

“*A instrução elétrica das massas*”: esta energia nova, à disposição de todos, Lenin concebe como um centro de atração, a partir do qual será difundido, nas grandes massas, um saber técnico “moderno”. Lenin retornará, muitas vezes, a este ponto: *quebrar o mistério que envolve a técnica, aos olhos das massas*. Para elas, a técnica não é “natural”: é necessário que ela se torne natural (...). (LINHART, 1983, p. 135, grifos do autor).

Quanto ao aumento da produtividade e a redução da jornada de trabalho, Linhart (1983) afirma que os prenúncios dessa defesa estão no livro *O Estado e a Revolução*⁵⁸, conforme trecho destacado abaixo:

“O que garante a possibilidade desta destruição (da velha máquina de Estado) é que o socialismo reduzirá a jornada de trabalho, elevará as massas a uma vida nova, colocará a maior parte da população em condições que permitam a todos, sem exceção, exercer as “funções pública”. E é o que há de levar à extinção completa de todo Estado em geral.” (MARX⁵⁹, *apud* LINHART, 1983, p. 91).

Na avaliação de Linhart (1983, p. 94), Lenin reconhece aspectos negativos no taylorismo, os quais foram: os efeitos da intensificação do trabalho sobre o trabalhador; a elevação do desemprego; e a constituição de um setor distinto dentro do proletariado, a aristocracia operária, decorrente da percepção de salários mais elevados, o que era uma das promessas do taylorismo devido o aumento da produtividade. Entretanto, sua crítica teria se mostrado limitada, não contestando a concepção produtivista de eficiência contida neste método e suas implicações essenciais, como a expropriação do saber operário e o reforço da divisão entre trabalho intelectual e manual.

Para o autor, a crítica de Lenin não teria se aprofundado nessas e em outras questões devido a algumas condições, tanto de origem teórica, ou seja, relacionadas a sua concepção sobre o trabalho no comunismo, como decorrentes do processo de industrialização russo. De acordo com Linhart (1983), Lenin concebia que transformações profundas no conteúdo do trabalho, como a supressão da oposição entre trabalho intelectual e manual, somente seriam possíveis no comunismo, em decorrência de um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, e não por uma ação deliberada do proletariado. (*ibidem*, p. 92-93).

⁵⁸ Escrito entre agosto e setembro de 1917 e publicado em 1918.

⁵⁹ MARX, K. O. C. t. 25, p. 528, [19--].

Por sua vez, durante o socialismo, somente seriam possíveis mudanças menos profundas, como a redução da jornada de trabalho. Nesta etapa, o centro da luta de classes deveria ser a ocupação do Estado pelas massas e a promoção de medidas que tratassem de liberar o desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, não seriam prioridades a ocupação do processo produtivo e a promoção de sua mudança. (ibidem, p. 93).

Linhart (1983, p. 92) considera que essa posição de Lenin, de separar o que seria o objetivo para a fase do socialismo e o que seria objetivo do comunismo, tornando-os independentes, reflete o seu método comum para a resolução de outras contradições.

Esta estrita separação é uma característica da dialética leninista, de método específico pelo qual Lenin assume e pretende resolver um sistema de contradições. A partir do momento em que um objetivo central é determinado para a etapa em curso, tudo lhe fica subordinado, mesmo que o preço a pagar sejam as contradições suplementares e os obstáculos suplementares para o desenvolvimento posterior. E, deste modo, vai-se aceitar, na realidade, o agravamento da divisão entre trabalho manual e intelectual e que seja reforçada a estrutura autoritária do processo de trabalho, se isto apresentar como condição de uma eficiência bastante superior do trabalho produtivo e, portanto, da diminuição do tempo de trabalho e, sendo assim, da participação do proletariado nas tarefas políticas e nos negócios do Estado, objetivo principal do momento. (LINHART, 1983, p. 93).

Como consequência (entendida como negativa), Lenin incorria no risco de subordinar todas as ações a um objetivo central, sem considerar os efeitos para um futuro mais longínquo. Assim, o teria feito em relação ao taylorismo, de forma que, ao buscar obstinadamente a eficiência produtiva necessária para a etapa em questão, teria desconsiderado as implicações da forma de promover essa eficiência.

Linhart (1983) também explica a crítica limitada de Lenin em relação ao taylorismo a partir de condições particulares do processo de industrialização na Rússia. Neste país, a massa de trabalhadores teria sido constituída por uma força de trabalho desqualificada, sem domínio de conhecimentos técnicos. Dessa forma, não teria sido possível a Lenin conceber que o método taylorista poderia acarretar numa expropriação do saber operário, ao contrário do que ocorreu nos EUA e na França, países em que o método de organização do processo de trabalho acabou sendo mais impactante ao modificar o trabalho que era desempenhado por trabalhadores mais qualificados, tendo por isso sido alvo de resistência. (ibidem, p. 94-95). Ou seja, na Rússia não existiria conhecimento a ser expropriado.

Argumenta que na Rússia, ao contrário de outros países, o trabalho artesanal teria se desenvolvido de forma tardia, não alcançando a totalidade da produção econômica. Assim, não teria se constituído lá uma massa de trabalhadores mais habilidosos, que dominavam a totalidade de um ofício. O trabalho artesanal teria se desenvolvido no campo, realizado pelos

“koustarti”, artesanato típico da Rússia, que elaborava produtos com o suporte de instrumentos e técnicas arcaicas. Já os artesões mais habilidosos se encontravam em cidades como Kiev e Novgorod e eram em pequeno número. (ANSTETT⁶⁰, 1958, *apud* LINHART, 1983, p. 100).

Além disso, na ocasião a Rússia era especializada na produção de mercadorias semi-acabadas e destinadas à exportação, o que não exigia uma qualificação mais avançada da força de trabalho. As tecnologias e máquinas utilizadas no processo produtivo eram em grande parte importadas, sendo a manutenção e operações mais qualificadas realizadas por trabalhadores estrangeiros; e aos russos ficavam reservadas as funções de suporte, na condição de aprendizes. (LINHART, 1983, p. 100-101).

Para Linhart, a desqualificação do proletariado na Rússia teria se agravado com a guerra civil que sucedeu a revolução russa, uma vez que uma parcela é deslocada para tarefas militares, diminuindo o número de operários autênticos. Os postos de trabalho passaram então a serem ocupados por força de trabalho oriunda do campo. (*ibidem*, p. 101). Portanto, a resistência ao taylorismo naquele país teria partido de um grupo pequeno de trabalhadores qualificados, concentrados especialmente entre os ferroviários e tipógrafos. (*ibidem*, p. 98).

Linhart (1983, p. 101-102) avalia que, para Lenin, então, o taylorismo poderia ter um papel importante no processo de apropriação do conhecimento por parte dos trabalhadores, qualificando coletivamente a força de trabalho russa. Uma vez que o método taylorista introduzia o estudo dos melhores movimentos e tempos adequados para desempenhá-los e os padronizava, ele contribuiria para superar as debilidades técnicas do proletariado russo, ensinando-o a trabalhar.

Por fim, Linhart (1983, p. 102) aponta que o limite da crítica de Lenin também teria origem na conformação política dos bolcheviques. Alega que, em decorrência da condição de exílio e censura, os militantes políticos acabaram se afastando da realidade empírica das fábricas, fragilizando a capacidade de elaboração de críticas quanto a organização do processo de trabalho. Assim, nas vésperas da revolução de 1917, as apreciações dos bolcheviques sobre as operações do trabalho se limitavam ao exame de textos de Marx; Lenin detinha-se mais em aspectos concretos da realidade social, política e econômica. (*ibidem*).

Para o autor, embora com uma crítica limitada, Lenin vislumbrou a implantação de um modelo diferenciado de taylorismo, conforme explanado em *Primera Variante del Artículo Las Tareas Inmediatas del Poder Soviético* (LENIN, 1976a). Sua proposta de

⁶⁰ ANSTETT, M. **La formation de la main d'oeuvre qualifiée em Union Sovietique**, Paris, 1958, p. 21

mudança baseava-se centralmente na redução da jornada de trabalho e na direção da organização do processo de trabalho pelos operários.

Segundo Linhart (1983, p. 108), para Lenin a redução da jornada de trabalho era uma importante mudança de distinção do modelo americano, uma vez que o taylorismo em sua origem pressupunha o aumento da extração de trabalho com a manutenção da jornada até então estabelecida. A redução da jornada de trabalho, como já mencionamos, seria também um meio de alçar o proletariado à condição de direção política do Estado, diminuindo assim os riscos de sua burocratização. (ibidem, p. 113).

Entretanto, as condições conjunturais impuseram a Lenin uma reavaliação da sua posição, a qual se expressou na mudança de sua expectativa em relação à diminuição da jornada de trabalho, o que fica explícito em *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* (LENIN, 1980). De acordo com Linhart (1983, p. 114), a elaboração de um novo texto ocorreu devido à rápida mudança na situação econômica da Rússia, em decorrência das devastações causadas pela guerra e agravadas pelas imposições do acordo de Brest-Litovski⁶¹.

Além do caos e da fome, o Estado soviético ainda se deparava com a resistência política de parte do proletariado, organizada especialmente no setor ferroviário e capitaneada pelos mencheviques, o que acabava dificultando o transporte de alimentos e demais produtos. (LINHART, 1983, p. 117). A resistência também decorria de uma parcela nova do proletariado, pouco consciente da revolução e pouco comprometida com a transformação da sociedade. Assim, em que pese a defesa de Lenin da democracia nos espaços de decisão política, no âmbito da produção ele acaba se posicionando a favor de um endurecimento da disciplina no trabalho e da submissão à direção unipessoal.

“Se eles forem suficientemente conscientizados”: reserva significativa. Em breve tempo, as tendências autárquicas e egoístas (transportes fluviais, estradas de ferro), a desmoralização de certas camadas operárias hão de levar Lenin a abandonar esse sonho de auto-organização tayloriana. E, na realidade, a introdução do taylorismo coincidirá com a colocação na ordem do dia da *direção individual* e de medidas autoritárias no que concerne à disciplina no trabalho, eclipsando as características especificamente “soviéticas” do taylorismo pregado por Lenin. (LINHART, 1983, p. 109, grifos do autor).

Para Linhart (1983, p. 109), o autoritarismo imposto pelas condições conjunturais acabou sendo reforçado pelos efeitos inerentes do taylorismo, inviabilizando ainda mais a efetivação de um taylorismo soviético.

⁶¹ Acordo estabelecido com os alemães na ocasião do fim da Primeira Guerra Mundial. Segundo Linhart (1983, p. 114), o acordo impôs a Rússia a anexação de parte do seu território, incluindo áreas que até então eram provedoras de matérias-primas para a indústria russa.

O taylorismo adotado nas indústrias soviéticas, ao reforçar o papel desempenhado pelos técnicos especializados, a “*intelligentsia técnica*” (ibidem, p. 112), em detrimento da organização coletiva pelos operários, levou a uma condução autoritária do processo de trabalho. Esta teria constituído, por um lado, um segmento de trabalhadores distintos, a aristocracia soviética, que teria contribuído para o processo de burocratização nas relações de produção. Por outro, como a redução da jornada não foi implantada como esperado, as massas populares não puderam liberar tempo para a participação política, limitando a possibilidade de se constituírem como direção. (ibidem, p. 113).

Portanto, embora Lenin tivesse a pretensão da constituição de um taylorismo modificado, as condições materiais e o próprio taylorismo em sua essência, inviabilizaram a efetivação de um modelo soviético. Porém, Lenin seguia na pretensão de uma organização distinta do processo de trabalho, o que foi novamente evidenciado quando do surgimento dos sábados comunistas, em 1919. Segundo Linhart (1983, p. 138 e p. 145), Lenin concebia essa forma de trabalho extraordinário como um embrião de trabalho comunista, que tenderia à disciplina consciente pelo proletariado, regido pelo interesse da coletividade e não por estímulos materiais externos.

Contudo, a implementação dos sábados comunistas ocorre num momento em que as condições materiais ainda impunham a defesa da coerção no trabalho, momento este também em que ocorriam os debates sobre a obrigatoriedade do trabalho. Dessa forma, embora Lenin tivesse a pretensão da constituição de um trabalho com novo conteúdo, os sábados comunistas mantiveram a forma de organização do trabalho tradicional, buscando a eficiência produtiva. Para Linhart (1983, p. 146), tal fato se evidencia nos relatos expostos em *La gran iniciativa* (LENIN, 1973a), em que constam menções ao respeito pelas funções hierárquicas, à separação entre o planejamento e a execução, e à imposição da disciplina no trabalho, traços característicos do taylorismo. (LINHART, 1983, p. 146). Além disso, os sábados comunistas teriam se constituído como uma experiência isolada, sem terem influenciado de forma significativa o conjunto da produção. (ibidem, p. 138-139).

Na avaliação de Linhart (1983, p. 164), a organização do processo de trabalho na União Soviética poderia ter ocorrido de forma distinta, a exemplo do que ocorreu neste

mesmo país posteriormente (o que Linhart não explica⁶²) e na China, em decorrência da Revolução Cultural. Segundo o autor, na China ocorreram medidas promovidas pelas massas e que promoveram transformações na produção. Ao contrário, o pensamento de Lenin teria sido no sentido da priorização das tarefas políticas e na ocupação do Estado.

(...) Enfim, é por meio de uma acumulação progressiva de forças proletárias, e com experiência na administração, que Lenin espera, em 1922, reduzir as deformações burocráticas e promover a melhoria no aparelho soviético. *Método explicitamente reformista*. Hoje, pode-se imaginar, à luz da experiência soviética posterior e, sobretudo da Revolução Cultural, na China, que um outro caminho era possível: uma acumulação de forças proletárias *na base*; uma concentração de experiências e de transformações de tarefas produtivas elementares, preparando uma transformação, por saltos, do aparelho do estado, pelo método de movimentos de massas revolucionárias (...). (LINHART, 1983, p. 164).

Para Linhart (1983, p. 164), a experiência da Revolução Cultural na China teria mostrado que transformações na organização do trabalho ainda no socialismo seriam possíveis, entretanto, na Rússia, não existiam condições subjetivas para tal, uma vez que os bolcheviques e Lenin não concebiam a possibilidade de tais transformações. Ao contrário, o Estado soviético teria priorizado ações políticas a partir do destacamento de uma parcela do proletariado mais consciente, que passou a se distinguir do restante constituindo-se como uma aristocracia operária. (ibidem, p. 168).

Após a morte de Lenin e com o aumento das dificuldades em relação ao novo proletariado, engrossado pela burguesia (ibidem, p. 155) e pelo campesinato rico que fora compelido ao trabalho compulsório depois da coletivização das terras (ibidem, p. 167), o Estado soviético teria recrudescido o autoritarismo, afastando completamente a possibilidade de um taylorismo distinto ao americano. (ibidem, p. 171).

3.2 CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN POR CHARLES BETTELHEIM

Charles Bettelheim analisa a proposta de criação de um taylorismo adaptado ao Estado soviético, em meio às demais investigações econômicas e sociais apresentadas na coletânea de livros *A Luta de Classes na URSS* (BETTELHEIM, 1983). O autor se detém nas

⁶² Linhart não esclarece a que momento se refere. É importante destacar que desde o início da Revolução, as medidas econômicas e políticas adotadas pelo Estado soviético passaram por transformações profundas, constituindo períodos bem delimitados. À fase mais analisada por Linhart (1983), que corresponde ao comunismo de guerra, sucederam a Nova Política Econômica e os Planos Quinquenais. Germer (2016a) avalia que após a morte de Stalin, em 1953, passaram a ocorrer mudanças contrárias a centralização do planejamento coletivo; por fim, perto do colapso já estava estabelecido o retorno político da burguesia, o que sinaliza que mudanças no plano econômico já tinham ocorrido, culminando na retrotransição ao capitalismo. A qual desses momentos Linhart (1983) se refere?

elaborações de Lenin posteriores à revolução, em que teria tido a expectativa de que com o taylorismo poderia ocorrer uma nova apropriação técnica do trabalho por parte do proletariado, de modo que esse passasse a dominar o processo de produção e, ao mesmo tempo, tivesse parte de seu tempo liberada para dedicação às tarefas políticas. (BETTELHEIM, 1983).

Bettelheim (1983), assim como Linhart (1983), concebe que o taylorismo em sua essência reforça a divisão do trabalho. Logo, a implantação do taylorismo em uma economia socialista, mesmo que com esforços de adaptação, necessariamente acarretaria os mesmos efeitos da sua aplicação no capitalismo.

O autor avalia que o taylorismo foi a forma mais desenvolvida de organização do processo de trabalho, estando em conformidade com a tendência constatada por Karl Marx de subordinação crescente da força de trabalho pelo capital, com o intuito de ampliar a sua exploração. (BETTELHEIM, 1983, p. 235). Considera ainda que o método taylorista apresenta em sua natureza a divisão entre trabalho intelectual e manual, a qual não poderia ser superada apenas pelas medidas de adaptação propostas pelo Estado soviético.

As tentativas de “transformação” do sistema Taylor em um sistema “soviético” fracassaram. Aparentemente, este fracasso se deve às formas da disciplina do trabalho existentes e ao papel do diretor único e dos especialistas que conservaram a direção do processo de produção e sua organização. Mais profundamente, este fracasso se explica pela natureza do “taylorismo”, que “codifica” a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual (em conformidade com as tendências do modo de produção capitalista) e não está portanto em condições de suprimir esta separação, pois isso implicaria a iniciativa coletiva na transformação contínua do processo de produção, e não somente a “apropriação” de um “saber” constituído da base da separação prévia do trabalho manual e do trabalho intelectual. (BETTELHEIM, 1983, p. 236).

Para Bettelheim (1983), conforme exposto no trecho acima, a supressão da divisão do trabalho intelectual e manual implicaria um processo de transformação permanente da produção, sob a direção da ação coletiva. Embora Lenin tenha pretendido que com o taylorismo ocorresse uma apropriação coletiva da organização do processo de trabalho, os mecanismos propostos para a constituição de uma versão soviética tiveram como base a separação entre trabalho intelectual e manual. Seria a apropriação coletiva de um trabalho já dividido e não a iniciativa coletiva direcionando a supressão dessa divisão.

Bettelheim (1983) também profere críticas à concepção de Gastev quanto a organização do processo de trabalho. Avalia que ele teria confirmado a pretensão do Estado soviético em formar operários especializados, sem o domínio da totalidade da técnica.

“Há muito passou o tempo em que se podia falar da liberdade do operário face à máquina, e mais ainda face à empresa em seu conjunto (...). Os gestos e os movimentos na mesa de operações, a concentração da atenção, o movimento das mãos, a posição do corpo, estes aspectos elementares do comportamento tornam-se a pedra angular. Aí está a chave da nova cultura do trabalho, a chave de uma séria revolução cultural.” (GASTEV⁶³, 1928, *apud* BETTELHEIM, 1983, p. 237).

Sem aprofundar essa crítica, Bettelheim (1983) encerra a sua apreciação sobre o taylorismo soviético.

3.3 CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN POR BENEDITO MORAES NETO

Por fim, a terceira crítica examinada nessa pesquisa é a de Benedito Rodrigues de Moraes Neto, exposta no artigo *Processo de Trabalho e Eficiência Produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin* (MORAES NETO, 2009).

Assim como Linhart (1983) e Bettelheim (1983), Moraes Neto (2009, p. 661) critica a posição de Lenin em relação ao método taylorista e a sua conseqüente adoção pelo Estado soviético. Entretanto, a sua argumentação quanto ao taylorismo se fundamenta distintamente. Para Moraes Neto (1991, 2009), posição que aprofundaremos na seqüência, a natureza do taylorismo não estava em correspondência com a tendência de cientificação do trabalho. Logo, não deveria ter sido defendido por Lenin como uma forma de organização do processo de trabalho mais avançada para o socialismo.

Segundo Moraes Neto (2009), o taylorismo representava um reforço do componente subjetivo do trabalho e não o resultado da sua objetivação, ou seja, não resultava da cientificação do processo de trabalho, dependendo da habilidade manual do trabalhador. O autor concebe o método de organização em questão como uma forma desenvolvida de controle despótico do capital sobre o processo de trabalho, com o intuito de propiciar a elevação da sua produtividade.

O autor compreende que o taylorismo e o fordismo se desenvolveram em razão da insuficiência tecnológica do capital em alguns setores produtivos, ainda dependentes da habilidade do trabalho vivo. Assim, os métodos empreenderam a uma adequação dos movimentos da força de trabalho, intentando assim um processo produtivo mais rentável. (MORAES NETO, 1991, p. 31-31 e p. 60).

Entretanto, embora tenha sido uma resposta possível quando do seu surgimento, não seria o taylorismo um mecanismo de objetivação do processo de trabalho, pois tinha como seu

⁶³ Pravda, 10 de fevereiro de 1928, citado por E. H. Carr e R. W. Davies, *Foundations...*, *op. cit.*, vol. 1, p. 478.

objeto de intervenção a força de trabalho, impossível de ser totalmente manipulada pela ciência. (MORAES NETO, 1991, p. 40). Segundo Moraes Neto (2012, p. 88), devido à constituição “histórico-social” do homem, não é possível a ciência controlá-lo totalmente, o que teria sido evidenciado pela ineficiência do taylorismo e do fordismo. Estes não só foram incapazes de tornar o capital independente do trabalho vivo, como ocasionaram uma série de reações da parte dos trabalhadores, as quais não puderam conter: o absenteísmo, o trabalho mal executado, a sabotagem e a rotatividade. Tais reações teriam sido o resultado da exaustão dos trabalhadores decorrente da sujeição ao ritmo uniforme e a diminuição do tempo de descanso. (PIGNON e QUERZOLA⁶⁴, 1974, p. 58 e 60 *apud* MORAES NETO, 1991, p. 53-54).

Moraes Neto (1991, p. 39), referenciando-se na teoria econômica marxista, afirma que é com a introdução da maquinaria na produção, pelo advento da indústria moderna, que o processo de trabalho passa a ter um caráter objetivo. Com a máquina foi possível impor ao trabalho regularidade, constância, objetividade, o que permitiu ao capital começar a se tornar independente dos limites da força de trabalho. Mais que isso, a cientificização do processo produtivo em outras relações sociais, baseadas na produção e apropriação social, é o que permitirá ao trabalho se tornar liberto do domínio do esforço físico do homem. (MARX⁶⁵, 1978, p. 119-120 *apud* MORAES NETO, 1991, p. 657).

Se o desenvolvimento das forças produtivas traz consigo a possibilidade de libertar o homem do trabalho e está na base da constituição de novas relações sociais de produção, o taylorismo seria o seu oposto, ao ter como foco o controle do desempenho da força de trabalho. Por isso, Moraes Neto (2009) entende que Lenin equivocou-se ao compreender o método taylorista como um método de organização do trabalho compatível com o projeto de constituição do socialismo.

Lênin efetua, portanto, uma equivocada aliança entre taylorismo e cientificização dos processos produtivos, entre taylorismo e produção à base de maquinaria. Esta aliança já existia no artigo crítico de 1913, no qual se afirma que o taylorismo “levava ao extremo a escravização da humanidade à máquina” e permitia observar que “avanços nas esferas da tecnologia e da ciência na sociedade capitalista são todavia avanços na arte de extorsão de suor” (LÊNIN, 1972, p.595, *apud* TRAUB, 1978, p.82). Também é muito significativa a visão de Lênin, no momento imediatamente pós-revolucionário, de que o taylorismo poderia “facilitar o processo de trabalho e oferecer algum alívio ao trabalhador através da **transferência do penoso trabalho físico para a máquina**” (grifo nosso). (TRAUB, 1978, p.84) Sendo assim, o passo seguinte – o da proposta de aceitação, em alguns momentos até entusiasmada, do taylorismo pelo projeto socialista – passa a ser inteiramente

⁶⁴ PIGNON, D. e QUERZOLA, J. Democracia e autoritarismo na produção. In: GORZ, A. et al. **Divisão do Trabalho, tecnologia e modo de produção capitalista**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

⁶⁵ MARX, K. **Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política – Grundrisse**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

justificado à luz de Marx. Como já enfatizamos, para Marx, a produção sob a égide da máquina, transformada em “aplicação tecnológica da ciência”, é a grande contribuição histórica do modo de produção capitalista e a base produtiva sobre a qual se deve erigir uma sociedade que transcenda o capitalismo. Se o taylorismo se encaixa perfeitamente dentro dessa contribuição do capital, então sua assunção pelo socialismo é não só inexorável como benfazeja, pois assim se poderia eliminar seu lado negativo e preservar seu lado positivo. O problema surge quando se considera o taylorismo (mais especificamente, o taylorismo-fordismo) como algo que não se encaixa de forma alguma dentro dessa positividade das forças produtivas capitalistas, caracterizando-se, isto sim, como uma forma immanentemente medíocre de organização produtiva, inteiramente prisioneira da tão milenar noção de que produzir é utilizar da mais eficiente forma possível o ser humano em sua corporalidade como instrumento por excelência de produção. (...). (MORAES, NETO, 2009, p. 661-662, grifos do autor).

Moraes Neto (2009) entende que a adoção temporária do taylorismo não seria o problema em si, pois as condições turbulentas do pós-guerra e a necessidade de elevação rápida da produtividade impunham uma melhor organização do processo de trabalho. O problema estava em considerar o taylorismo como um mecanismo permanente de eficiência produtiva, sem a compreensão das contradições postas entre o controle subjetivo do trabalho, próprio do taylorismo, com a perspectiva socialista de redução do trabalho vivo.

De acordo com Moraes Neto (2009, p. 664), até a elaboração da versão inicial do artigo *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* Lenin denunciava os aspectos negativos do taylorismo, que estavam em consonância com a pressão sobre o trabalhador e o seu maior desgaste. Tal denúncia era acompanhada pela avaliação de aspectos positivos, conferindo à sua posição um caráter ambíguo. Contudo, devido a circunstâncias históricas, a sua ambivalência desaparece, passando a predominar uma expectativa quanto a possibilidade de ser o taylorismo um instrumento de eficiência produtiva. (ibidem, p. 665).

Para o autor, o apoio de Lenin à criação do Instituto Central do Trabalho, sob a direção de Gastev, evidencia as expectativas que tinha em relação ao taylorismo. Os pronunciamentos de Gastev demonstram que este esperava que o trabalhador funcionasse de forma semelhante à regularidade de uma máquina, o que seria expressão de um superdimensionamento do componente subjetivo do processo de trabalho e não a sua superação pelo desenvolvimento da maquinaria e a subordinação do trabalho vivo a esta. (BAILES⁶⁶, 1977, p. 387; SCHOR⁶⁷, 1981, p. 254-255; TRAUB⁶⁸, 1978, p. 87 *apud* MORAES NETO, 2009, p. 662-666).

⁶⁶ BAILES, K. E. *Alexei Gastev and the Soviet controversy over taylorism*, 1918-24, *Soviet Studies*, v. 29, n. 3, 1977.

⁶⁷ SOCHOR, Z. A. *Soviet Taylorism Revisited*. *Soviet Studies*, v. 33, n. 2, 1981.

⁶⁸ TRAUB, R. *Lenin and Taylor: the fate of “scientific management” in the (early) Soviet Union*. *Telos*, v. 37, 1978.

Para Moraes Neto (2009), até mesmo a emulação, que para Lenin se tratava da apropriação subjetiva da importância da dedicação ao desempenho das tarefas, refletiu a tentativa de manipular a força de trabalho, com a pretensão de desenvolvê-la em termos de eficiência produtiva.

Segundo o autor, a emulação seria parte da proposta do taylorismo, uma vez que este propunha a conformação de novos sujeitos e para tanto era preciso transformar as ideias e intenções em relação ao trabalho. Segundo Moraes Neto (2009, p. 666): “(...) na medida em que o taylorismo-fordismo fundamenta-se no uso massivo de trabalho vivo imediato (como muito bem lembrou Gastev), então sua eficiência depende fundamentalmente do que se passa nas mentes desses instrumentos humanos de produção.”

Moraes Neto (2009) conclui a sua apreciação afirmando que o taylorismo contribuiu para o fracasso da experiência de instalação do socialismo, na medida em que passou a ser utilizado como um recurso permanente. Alega que a emulação passou a não apresentar resultados, tendo sido progressivamente substituída pelo autoritarismo.

Não devemos nos esquecer, todavia, que, no caso de arrefecimento da “emulação socialista-revolucionária”, o autoritarismo sempre estaria à mão como alternativa para tentar obter eficiência produtiva. A História acabou mostrando, todavia, os estreitos limites colocados pela utilização, num prazo mais longo, dessas alternativas postas à disposição do socialismo de base taylorista-fordista. Em poucas palavras, o desvio mediocrizante representado pelo taylorismo-fordismo – e a dificuldade de compreendê-lo – acabou por impactar perversamente a primeira tentativa histórica de superação do regime capitalista, contribuindo fortemente para seu caráter e, acreditamos, para seu fracasso. Isto porque, quando a emulação revolucionária desaparece, e o autoritarismo se burocratiza, o sistema caminha inexoravelmente pela senda da ineficiência e do desalento. (MORAES NETO, 2009, p. 668).

O taylorismo, por sua proposta medíocre, baseada no desempenho da força de trabalho e não no desenvolvimento tecnológico e científico da produção, não teria permitido a eficiência produtiva almejada.

4. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS AO TAYLORISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA MARXISTA

Até esse momento de nossa pesquisa tratamos de levantar e sintetizar um conjunto de dados, os quais nos possibilitaram compor uma imagem do que veio a ser o taylorismo como método de organização do processo de trabalho no capitalismo, bem como da sua apreensão por Lenin e por alguns autores que avaliaram criticamente o taylorismo e conseqüentemente o posicionamento de Lenin, como Linhart, Bettelheim e Moraes Neto. Embora a apresentação tenha ocorrido de forma sucinta, pois não caberia aqui abordar extensamente cada um desses aspectos (o taylorismo pelo Taylor, o taylorismo por Lenin e o taylorismo pelos críticos), ela foi cuidadosa no sentido de preservar seus conteúdos essenciais, que importam para nossa análise. Além disso, entendemos que ela possibilitou evidenciar a complexidade do debate em questão.

Na sequência, nosso intuito é analisar esses dados, tendo por fundamento o método materialista histórico e a teoria social marxista, a fim de que possamos compor nossa apreciação do posicionamento de Lenin em relação ao taylorismo. Para tanto, apreciaremos o próprio taylorismo, destacando suas implicações para os trabalhadores e debatendo com as críticas realizadas por Linhart (1983), Bettelheim (1983) e Moraes Neto (1991, 2009).

4.1 REPERCUSSÕES DO TAYLORISMO NO CAPITALISMO: MAIOR CONTROLE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO E AUMENTO DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Até os dias atuais o método taylorista, em sua proposta original e incorporado ao fordismo, tem carregado a marca da dominação sobre o trabalhador, com o argumento de que inibe a sua iniciativa e acentua o seu desgaste. A imagem clássica que temos do taylorismo-fordismo é a retratada no filme *Tempos Modernos*⁶⁹, em que o personagem principal, um operário, é levado a exaustão pela linha de montagem, devido ao fato de executar movimentos repetitivos e progressivamente acelerados em virtude do ritmo imposto pela máquina e pela supervisão de um capataz.

Ainda que limitado por seu caráter artístico e não científico, o filme em questão evidencia alguns aspectos da organização taylorista-fordista do processo de trabalho existentes naquele período histórico, como o ordenamento das operações, ritmado e imposto pela máquina (a esteira mecânica), e o despotismo sobre o trabalhador, assumido pela função

⁶⁹ Filme de 1936, gravado nos EUA, com direção e interpretação de Charlie Chaplin no personagem de operário.

do capataz. E assim retrata, ainda que de modo cômico, o adoecimento físico e o sofrimento psíquico que o processo de trabalho acarretava ao trabalhador.

Contudo, precisamos ir além da arte, buscando a compreensão científica do taylorismo a partir das suas múltiplas determinações e da rede de relações a que ele se submete. Para nós, essas relações remontam ao processo de trabalho em sua totalidade e ao papel que este cumpre no processo de valorização do capital.

Assim, consideramos importante primeiramente destacar as determinações do desenvolvimento do taylorismo, o que nos remete para o contexto econômico de seu surgimento. O método taylorista se estabeleceu na última década do século XIX, período de intenso desenvolvimento industrial e das ciências aplicadas à produção, considerado por muitos historiadores como a “segunda revolução industrial”. (NETTO E BRAZ, 2006, p. 176). Neste momento a indústria moderna já estava bastante desenvolvida e era movida pelo sistema automatizado de máquinas, que dominava o processo de trabalho e ocasionou a este uma série de modificações.

Algumas dessas modificações já haviam sido apresentadas por Marx (2008) há aproximadamente trinta anos, cuja exposição e análise nos servem de exemplo para apreender o contexto do taylorismo. Sinteticamente, estas são algumas das repercussões promovidas no processo de trabalho e na força de trabalho pela maquinaria: incorporação do conhecimento e das operações manuais de trabalho à maquinaria; redução considerável da interferência do trabalhador sobre o processo de trabalho, passando à condição de apêndice da máquina; aumento da extensão e da intensificação da jornada de trabalho; embrutecimento, mutilação do trabalhador.

Mais concretamente, a implantação do taylorismo ocorre no término da primeira grande crise capitalista, que foi marcada por um colapso nas relações econômicas e políticas. (SHAIKH, 2001). Como qualquer crise cíclica, esta chegava ao fim amargando altos índices de desemprego, salários reduzidos e com os capitalistas tentando se recuperar da diminuição de seus lucros. Nesse cenário, era preciso reorganizar o processo de produção, tornando-o mais eficiente e menos custoso. No entanto, entendemos que se tratou de um momento em que os capitalistas não poderiam fazer altos investimentos e, por isso, passam a adotar medidas de racionalização do trabalho, como forma de diminuir os custos de produção, surgindo daí o esforço de constituição de um novo método de organização do processo de trabalho.

Tendo em vista essas condições, consideramos que o taylorismo se apresentou como uma alternativa para a recuperação dos lucros da classe capitalista, uma vez que era preciso

reduzir os custos de produção e intensificar o trabalho. Não é a toa que ele também ganha expressão durante a Primeira Guerra Mundial, com sua implantação sendo defendida por vários países, por consequência dos efeitos da guerra e da necessidade de elevar a produtividade do trabalho. (PINTO, 2011). Assim, ele veio a se constituir como um método operacional, cujo objetivo principal foi organizar o processo de trabalho, adequando o desempenho da força de trabalho (na sua relação com os materiais e com meios de trabalho) a um padrão previamente definido pela administração da empresa. Esse padrão estabelecia a forma como o trabalhador deveria proceder, com a indicação de uma tarefa específica a ser executada, bem como a delimitação dos movimentos necessários e dos tempos indicados para a produtividade almejada. O trabalho se torna racionalizado, permitindo diminuir a quantidade da força de trabalho empregada, e para as que permanecem ocupadas, o trabalho é intensificado.

Embora o taylorismo tenha surgido com a função complementar às máquinas e tenha tido como objeto de intervenção o conjunto do processo de trabalho, avaliamos que a sua aplicabilidade ocorreu de forma especial nas atividades que ainda dependiam do trabalho manual. Os próprios exemplos de Taylor (1995) evidenciam esse fato; menciona a utilização do seu método na tarefa de carregamento de materiais de um ponto a outro e até as máquinas, na inspeção de qualidade dos valores de uso produzidos e no manuseio das matérias-primas nas máquinas. Neste último caso, o trabalho era realizado pela maquinaria, mas ainda dependia do movimento do trabalhador, que dispunha a matéria-prima na máquina.

Nas atividades mecanizadas pelo sistema de máquinas, era este que impunha o ritmo e a direção do processo de trabalho, não tendo por isso o taylorismo grande impacto. No entanto, nas atividades ainda manuais ele poderia impor um novo ritmo, acelerando as operações. Inclusive, Taylor (1995) justifica o seu método a partir da constatação de que os trabalhadores coletivamente realizavam as operações do trabalho em um tempo maior, quando poderiam desempenhá-las de forma mais ágil.

Aliás, as máquinas se constituem no meio mais eficiente para elevar a produtividade do trabalho e conseqüentemente para reduzir os custos de produção. (MARX, 2008). E ainda, por efeito da maquinaria, o ritmo de trabalho pode ser acelerado, intensificando-o e elevando ainda mais a produtividade. O taylorismo veio no sentido de complementar essa intensificação, fato denunciado por Lenin em seus artigos escritos e publicados em 1913 e 1914, conforme debateremos melhor na sequência. Ou seja, dadas as condições de um maior planejamento e supervisão do processo de trabalho, o taylorismo intensifica-o ainda mais. Ele estabeleceu uma maior organização e controle e com isso eliminou tempos ociosos existentes

na jornada, tanto os relacionados à distribuição das operações (na passagem de uma operação a outra e na relação com os materiais e máquinas), quanto os propriamente destinados ao descanso do trabalhador.

É ainda preciso destacar que essa eliminação de tempos ociosos pressupôs a manutenção da jornada de trabalho existente, contrariando inclusive a propaganda feita por Taylor (1995) em relação ao seu método, de que seria possível a redução da jornada de trabalho uma vez que o trabalho ficaria mais produtivo. A situação era ainda mais grave em decorrência das extensas jornadas existentes naquele momento, o que acarretava adoecimento aos trabalhadores. Nos EUA as jornadas eram de doze horas diárias, o que foi motivo de mobilizações e greves⁷⁰.

A própria extensão diária da jornada de trabalho foi propiciada pela introdução da maquinaria no processo produtivo. Em decorrência da depreciação moral da máquina, ou seja, pelo fato de, a nível da produção social, poder ocorrer o desenvolvimento de outra máquina mais avançada tecnicamente, que passa a ser utilizada pelos concorrentes, o capitalista individual busca colocar as suas máquinas em funcionamento o máximo de tempo possível, estendendo a jornada de trabalho. Dessa forma, o capitalista espera repor o capital investido antes que seja necessário adquirir outras inovações técnicas. (MARX, 2008).⁷¹

Complementando-se ao maior planejamento do trabalho, o taylorismo se configurou como um maior controle sobre os trabalhadores, pois passou a ser necessário um acompanhamento mais rigoroso do trabalho realizado, inclusive cronometrando o tempo em que as operações eram realizadas. Os operários passaram a se ver cercados de gerentes que controlavam as várias facetas do processo de trabalho e com isso regulavam as suas condutas. Ainda que o controle tenha existido desde que o trabalho passou a ser realizado de forma cooperada e sob o domínio de um mesmo capital, o taylorismo o acentua. Para tanto, o

⁷⁰ Aproximadamente ao início da proposição do taylorismo, em 1886, em Chicago, ocorreu uma greve motivada pela reivindicação da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, tendo sido violentamente reprimida. Esse fato, pela sua repercussão, acabou reforçando a indicação de 1º de Maio como o dia do trabalhador. Outra greve motivada pela redução da jornada de trabalho, além de melhores condições de trabalho e contra as reduções salariais, ocorreu em 1892, em Homestead, nos EUA. Foi realizada por trabalhadores de uma empresa de aço, de propriedade do empresário Andrew Carnegie, e organizada pela Associação dos Trabalhadores das Indústrias de Aço (Amalgamated Union). Assim como a greve de 1886, acabou sendo reprimida, inclusive com mortes de sindicalistas. Fonte: <https://seuhistory.com/noticias/massacre-de-homestead-greve-tratada-com-tiros>. <acesso em 24 jan. 2018>; Fonte: http://memoriaoperaria.org.br/revistaelectronica/paulo_furlan.pdf <acesso em 30 jan. 2018>.

⁷¹ Ainda que tenhamos concordância quanto ao fato do taylorismo ter promovido uma maior intensificação do trabalho, o que é fator para adoecimento do trabalhador, faltam-nos dados e estudos (por não ser objeto dessa pesquisa) que demonstrem as diferenças concretas que passaram a existir por conta da implementação desse método de organização do trabalho. Mais ainda, consideramos difícil mensurar os seus efeitos descolados dos efeitos decorrentes da aplicação da maquinaria, cujas implicações para a saúde dos trabalhadores já eram bem marcantes, conforme apresentado por Engels (2010).

método taylorista introduziu mudanças na própria direção do processo de trabalho, decompondo-a em várias especialidades e delegando a estas mais responsabilidades.

Segundo Taylor (1995) a maior especialização das funções de supervisão decorre da necessidade de acompanhar o trabalhador na execução do seu trabalho, com o intuito de promover um maior rendimento e menor desperdício de tempo e materiais. Contudo, entendemos que esse maior controle decorre também de um motivo oculto em seu discurso, a saber, a necessidade de controle político sobre os trabalhadores, umas das funções do despotismo do capital já analisada anteriormente por Marx (2008). Como mencionamos, o taylorismo se desenvolve dando sequência a um contexto de descontentamento da classe trabalhadora diante dos efeitos da crise econômica e do aumento da exploração do trabalho, o que inclusive teria ocasionado movimentos paretistas, alguns de bastante relevância histórica, como os que expusemos anteriormente.

Ao designar mais responsabilidades aos supervisores do trabalho e aumentar a quantidade desses supervisores, o taylorismo aprimora o controle despótico sobre o trabalhador e, com isso, estabelece a possibilidade de maior coerção às ações sindicais no interior das empresas. Tratava-se de um período inicial no movimento sindical, nada comparado à grande estrutura existente na atualidade. Os trabalhadores que desempenhavam atividades sindicais permaneciam trabalhando, estavam literalmente no chão da fábrica e quando coibidos, a luta era inviabilizada. Além da ausência direta dos militantes, o controle e desmonte do movimento de luta dos trabalhadores servem de exemplo do capital aos outros trabalhadores, inibindo ações coletivas de demonstração de insatisfação.

Portanto, subsidiando-nos na teoria marxista do processo de trabalho e analisando o contexto econômico e político de desenvolvimento do taylorismo, concluímos que este cumpre a função de reduzir os custos de produção, contribuindo para a recuperação da economia, dadas as fragilidades ocasionadas pela crise. Como consequência, ele possibilita um incremento na intensificação do trabalho (que já havia sido intensificado pela maquinaria) e a elevação da sua produtividade, e exerce também um controle político sobre os trabalhadores, inibindo as atividades sindicais que no período anterior estavam mais inflamadas.

Com base nas conclusões a que chegamos, estabeleceremos na sequência o debate com as críticas feitas por Linhart (1983), Bettelheim (1983) e Moraes Neto (1991, 2009), buscando a identificação de análises semelhantes sobre o taylorismo e aspectos que nos distinguem.

4.2 REPERCUSSÕES DO TAYLORISMO NO CAPITALISMO: SERIA A FORMA MAIS DESENVOLVIDA DO PROCESSO DE TRABALHO PARA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL?

As críticas ao taylorismo feitas por Linhart (1983) vão além da constatação da intensificação do trabalho e do controle sobre os trabalhadores. Para o autor, endossado por Bettelheim (1983), o taylorismo acarretou a expropriação de um suposto saber operário e o reforço da divisão entre trabalho intelectual e manual. Baseados nestas concepções fundamentam as suas críticas ao posicionamento de Lenin. Para estes autores, tais aspectos teriam contribuído para o fracasso do desenvolvimento do socialismo na URSS, o que colocaria o método taylorista em evidência no processo em questão.

Em nossa avaliação, com base nos subsídios teóricos marxistas acerca do desenvolvimento do processo de trabalho e nas contribuições teóricas de Moraes Neto (1991)⁷², as críticas apontadas pelos referidos autores, em sua integralidade, não nos parecem plausíveis e precisam de um exame mais apurado.

Ambos os autores justificam suas avaliações sobre o taylorismo tendo como fundamentação teórica o marxismo. Consideram que o método taylorista seria expressão do desenvolvimento do processo de trabalho sob a direção do capital, conforme Marx demonstrou em *O Capital*.

Recuperemos as suas afirmações. Segundo Linhart:

O taylorismo encarna assim, num programa concreto de reorganização, o que meio século antes, Karl Marx descrevia como sendo tendência do modo de produção capitalista, no que concerne o processo de trabalho: (LINHART, 1983, p. 82, grifos nossos em negrito). (...) *Em uma análise do modo de produção capitalista “puro”, a “organização científica do trabalho” de Taylor é a que está em melhor posição para encarnar o processo de trabalho capitalista levado a sua essência.* (LINHART, 1983, p. 83, grifos do autor em itálico).

Segundo Bettelheim:

Marx descobriu esta tendência, inerente ao capital, que visa subordinar inteiramente o trabalho assalariado e intensificar a exploração da força de trabalho. (...) A “organização científica do trabalho” concebida pelo engenheiro americano Taylor, batizada “taylorismo” correspondente no início do século XX **à forma, então mais desenvolvida, do processo de trabalho capitalista.** (BETTELHEIM, 1983, p. 235, grifos nossos).

⁷² A crítica de Moraes Neto (2009) a Lenin é também objeto de nossa apreciação. Nesse momento ele nos ajuda a formular a crítica à Linhart (1983) e à Bettelheim (1983).

Para os autores supracitados, o taylorismo encarna concretamente as tendências constatadas por Marx na transformação do processo de trabalho com o advento da manufatura e posteriormente com a introdução da maquinaria. Entretanto, uma leitura que percorra a extensão da análise de Marx sobre o desenvolvimento do processo de trabalho no capitalismo, indo da manufatura até a indústria moderna, leva-nos a discordar dos autores.

Marx (2008) realmente evidencia um conjunto de mudanças que ocorreram no processo de trabalho e que impactaram severamente a relação do trabalhador com o seu trabalho. Contudo, esse foi o resultado do desenvolvimento histórico do processo de trabalho, em decorrência do avanço das forças produtivas, por sua vez circunscritas pelo capital (o que é uma expressão das relações sociais capitalistas).

As primeiras mudanças se deram na manufatura, por consequência da concentração dos trabalhadores e de seus instrumentos, acarretando o desenvolvimento da divisão técnica do trabalho. Com isso, o trabalho foi decomposto em várias operações, que foram atribuídas a pessoas diferentes. A produção, antes resultado da atividade de uma única pessoa, passa a ser o resultado do trabalho de vários trabalhadores parciais, que se tornam sujeitos parciais, limitados a um fazer, delimitados por um conhecimento necessário a esse fazer. (MARX, 2008).

Depois, foram aprofundadas na indústria moderna, com o advento da maquinaria. Esta incorporou as operações realizadas pelos trabalhadores e as suas ferramentas, e com isso incorporou a própria divisão do trabalho, modificando substancialmente o papel da força de trabalho. O trabalhador, antes parcelar, teve o pouco do conhecimento mais complexo que lhe restava apropriado pelo capital através da máquina, passando a condição de seu apêndice. (MARX, 2008).

Assim, aspectos que Linhart (1983) e Bettelheim (1983) atribuem ao método taylorista, como a expropriação do saber, o parcelamento do trabalho e conseqüentemente do próprio trabalhador, que se torna mutilado, limitado a uma mesma operação, dominado pelo capital, já haviam se desenvolvido anteriormente. Essas transformações de fato atingem o ápice na indústria moderna, porém não devido ao taylorismo e sim à crescente aplicação da maquinaria, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas e posta em funcionamento a serviço do capital. É claro que o taylorismo contribui para a valorização do capital, mas ele não seria o principal aspecto ou a forma mais desenvolvida do processo de trabalho, como os autores parecem deduzir.

Ao contrário, o taylorismo se direcionava especialmente às atividades que ainda dependiam da habilidade manual do trabalhador, nas quais não eram utilizadas máquinas⁷³. (MORAES NETO, 1991, p. 34). Mesmo posteriormente, quando incorporado ao fordismo e sendo aplicado em linhas de montagens automotivas, ele tinha como objeto de intervenção a força de trabalho com a sua ferramenta⁷⁴. (MORAES NETO, 1991). E a força de trabalho, sendo limitada pelo seu próprio corpo e pela sua vontade, não seria o elemento de excelência para elevar a produtividade e diminuir o tempo de trabalho necessário, o que era o principal intuito do capital para possibilitar a sua valorização. (MORAES NETO, 1991).

Segundo Moraes Neto (1991, p. 34), uma vez que o trabalho morto ainda não estava introduzido em alguns processos produtivos, o capital buscou submeter o trabalho vivo, aperfeiçoando-o, controlando-o e assim promovendo um melhor desempenho. Seria como transformar o homem em máquina. E essa teria sido a função do taylorismo.

Estamos bastante distantes da forma descrita por Marx de ajustamento da base técnica às determinações de capital: num momento mais avançado do desenvolvimento do capitalismo, à questão historicamente recolocada de sua dependência frente ao trabalho vivo, *o capital reage de uma forma diferente: ao invés de subordinar o trabalho vivo através do trabalho morto, pelo lado dos elementos subjetivos do processo de trabalho, o capital lança-se para dominar o elemento subjetivo em si mesmo*. Esta “façanha” do capital significa, em uma palavra, a busca da *transformação do homem em máquina*. (MORAES NETO, 1991, p. 34, grifos do autor).

Para o autor, a superação do taylorismo (e do fordismo) se deu em decorrência do limite que lhe é inerente, por não ser possível transformar o homem em máquina, embora a sua implantação tenha levado essa pretensão ao extremo, acarretando maior adoecimento dos trabalhadores. O ritmo de trabalho gerado pelo encadeamento controlado das operações e o tempo insuficiente de descanso produziam desgastes à força de trabalho, que não eram possíveis de serem recuperados até a próxima jornada. (AGLIETTA⁷⁵, p. 119-121 *apud* MORAES NETO, 1991, p. 55). Com isso aumentaram os índices de absenteísmo, a sabotagem à produção, a fabricação de produtos defeituosos, expressões de uma resistência

⁷³ Moraes Neto (1991) atribui a inexistência de maquinaria em alguns setores a um limite tecnológico do capital, que nesse caso, acabava se valendo da racionalização do trabalho como meio de elevar a produtividade. O autor pode estar certo, contudo é importante fazermos uma observação a esse respeito. Segundo Marx (2008, p. 449) a introdução da maquinaria só é vantajosa ao capital quando ela apresenta o mesmo valor ou um valor inferior à força de trabalho. Portanto, embora já pudesse existir base técnica em determinados setores, talvez fosse mais vantajoso ao capital manter o trabalho manual e regulá-lo através do taylorismo.

⁷⁴ Moraes Neto (1991) esclarece que os diversos componentes de um automóvel eram produzidos por máquinas. Porém, inexistia base técnica desenvolvida para a etapa de montagem, sendo esta realizada pela combinação da esteira mecânica (trabalho morto), com a força de trabalho e com as ferramentas manuais manuseadas pelo trabalhador.

⁷⁵ AGLIETTA, M. **A theory of regulation – the US experience**. Londres, NLB, 1979.

indireta e organizada por parte dos trabalhadores, e também do próprio desgaste físico e mental dos trabalhadores.

Moraes Neto (1991, 2009) não dirige a sua crítica a Linhart (1983) e a Bettelheim (1983), mas entendemos que ela se aplica a esses autores. Ele critica outros autores com uma concepção semelhante e fundamenta a sua crítica à Lenin, como veremos no capítulo seguinte, avaliando que este teria identificado o taylorismo como a forma mais avançada de organização do processo de trabalho no capitalismo, chegando inclusive a concluir que tal método seria necessário para a construção da transição ao comunismo. (MORAES NETO, 2009).

Entendemos que é devido a essa identificação do taylorismo com a forma mais desenvolvida de exploração do trabalho sob o capital, que deriva a posição de Linhart (1983) e Bettelheim (1983) sobre a suposta expropriação do saber operário e o reforço da divisão entre trabalho intelectual e manual, aspectos que debateremos nos próximos tópicos.

4.2.1 Teria o taylorismo expropriado conhecimentos dos trabalhadores?

É Linhart (1983) quem sustenta a ideia de expropriação do saber operário pelo capital através do taylorismo. Bettelheim (1983) referencia-se naquele para fazer a sua crítica ao método taylorista e a Lenin. Segundo Linhart (1983):

O **know-how profissional** é, de certa forma, um capital nas mãos dos operários: os patrões compram o uso deste capital mas não dispõem dele diretamente e, por conseguinte, ignoram de que modo o trabalho deve ser feito, qual o tempo “justo” que deve ser designado para cada tarefa, etc. Contando com essa ignorância de seus empregadores, os operários impõem suas próprias normas, inferiores à produtividade possível. **Troquemos esta posição de monopólio dos operários em termos de know-how profissional** e eles ficarão em nossas mãos, no que diz respeito a normas de tempos e de rendimentos: esta é a conclusão de Taylor, o objetivo explícito de todo o seu sistema de “direção científica do trabalho”. (LINHART, 1983, p. 79, grifos nossos em negrito).

*O sistema Taylor tem como função essencial dar à direção capitalista do processo de trabalho os meios de se **apropriar de todos os conhecimentos práticos, até então, monopolizados, de fato pelos operários.*** Não há, ou há muito pouca produção de conhecimentos novos; mas **há apropriação, pelo capital e seus agentes, do saber operário, na maior parte dos casos, perfeitamente adequado.** O método Taylor se considera “científico”, baseado em sua única atividade de classificação e sistematização. (LINHART, 1983, p. 79, grifos do autor em itálico e grifos nossos em negrito).

Codificando e “classificando” os conhecimentos adquiridos no processo de trabalho, o taylorismo pretende abertamente constituí-los em um **corpo de doutrina “exterior” aos produtores diretos** e que possa lhes ser imposto, de fora, pela direção capitalista do processo de trabalho, **propriedade privada, de certa forma, de todos os conhecimentos relativos ao processo de trabalho.** (LINHART, 1983, p. 80, grifos nossos em negrito).

O “*know-how* profissional”, apontado por Linhart (1983), refere-se ao conhecimento adquirido pelo operário de forma processual, ao longo da realização da sua atividade e pela mediação de outros colegas, portanto um conhecimento empírico. Para o autor, baseando-se no próprio Taylor, era a presença desse conhecimento que conferia ao trabalhador um domínio sobre a sua atividade, o que dava inclusive a possibilidade de deliberadamente produzir de acordo com o seu próprio ritmo e aquém do possível.

De fato, nas atividades ainda manuais, ou seja, que dependiam exclusivamente das habilidades dos operários, era possível que estes ainda executassem as operações de trabalho direcionados pelos seus próprios saberes e métodos, adquiridos pela experiência. Contudo, é preciso considerar que essa autonomia já era bastante limitada, dado o desenvolvimento das forças produtivas e a mudança no papel da força de trabalho, e o caráter despótico atribuído ao processo de trabalho pelo capital desde o início do trabalho cooperado. (MARX, 2008).

Durante a fase do trabalho artesanal, ainda no feudalismo, o mestre artesão dominava a totalidade da produção. Ele tinha a imagem mental do objeto que deveria produzir e com base nesta planejava as etapas da confecção, as executando do início ao fim. Existia um conhecimento prévio acerca do trabalho: sobre como deveria ser feito, as técnicas mais adequadas, o encadeamento das operações; o tipo de ferramenta que deveria ser utilizada; sobre as propriedades dos materiais e onde comprá-los etc. Ao mesmo tempo, devido a repetição incessante da atividade, esse conhecimento acabava se atualizando e acarretava mudanças nos instrumentos e nas técnicas de trabalho. E esse conjunto de saberes era compartilhado com os aprendizes como parte do ensino do ofício, o que possibilitava a sua transmissão às novas gerações.

Na manufatura, pressupondo o trabalho cooperado, ocorre o desenvolvimento da divisão do trabalho e com esta se modificam as necessidades de conhecimento. Cada trabalhador já não detinha todo o conhecimento relacionado ao trabalho, mas apenas o necessário para executar a sua operação parcelar. Ao não percorrer a totalidade do processo produtivo, já não era mais possível ao trabalhador desenvolver o conhecimento da totalidade, estando limitado aos materiais parciais que manuseava, às ferramentas que utilizava. (MARX, 2008).

Dessa forma a manufatura desenvolveu a especialização, como o resultado da repetição pelo trabalhador de um conjunto específico de operações. Como se tratavam de operações manuais, a repetição contínua ainda provocava um nível de desenvolvimento do conhecimento e domínio sobre essa atividade, contudo, tratava-se de um conhecimento parcelar. (MARX, 2008).

A indústria moderna, com a introdução e expansão da maquinaria no processo produtivo, modificou radicalmente as necessidades e o próprio desenvolvimento do conhecimento empírico. A máquina, como corporificação do conhecimento produzido pela humanidade, não apenas o empírico, mas o científico, passou a ser o centro da produção, ditando as operações do conjunto. À massa trabalhadora passava a ser necessário um mínimo de conhecimento para operar as máquinas; e, a um número menor de trabalhadores, ainda permaneceu a necessidade de um maior conhecimento técnico (não mais apenas empírico, mas técnico-científico), os exigidos para proceder à manutenção das máquinas. (MARX, 2008).

Por sua vez, a ação da máquina não dita apenas o ritmo do trabalhador que a opera, mas de toda a produção, uma vez que as várias operações e tarefas estão coordenadas e devem ser ordenadas seguindo um tempo determinado. Por isso que, com a introdução da maquinaria na produção, o controle sobre a força de trabalho acabou aumentando, pois as máquinas impuseram um ritmo mais acelerado a toda a produção, exigindo maior disciplina dos trabalhadores. (MARX, 2008).

No caso explanado por Taylor (1995), por exemplo, de um trabalhador que carregava lingotes de ferro - portanto, uma atividade ainda manual - não seria possível a este trabalhador executar a sua tarefa simplesmente de acordo com a sua conveniência, ou seja, pela sua vontade e conhecimento, pois o outro trabalhador, responsável por operar a máquina, dependia do fornecimento do ferro para dar andamento ao processo produtivo.

Portanto, o trabalho cooperado, centrado nas máquinas e coordenado pelo capital, já havia diminuído consideravelmente a autonomia e os conhecimentos dos trabalhadores. Assim, ainda que o taylorismo tenha se direcionado a trabalhadores que realizavam atividades manuais e que, portanto, ainda poderiam ter um certo “*know-how*”, este já era bastante reduzido.

A crítica de Linhart (1983) ao taylorismo, atribuindo a este a causa da expropriação do saber operário, parece estar vinculada à ideia de que ainda existiam (de forma dominante) trabalhadores de ofício, que seriam os mais especializados em um determinado fazer e que tinham os conhecimentos e domínio prático sobre suas atividades. Assim, pressupõe-se que o taylorismo, ao organizar o processo de trabalho, teria simplificado-o e eliminado a necessidade de trabalhadores mais qualificados. O próprio Linhart (1983) refere que a principal resistência ao taylorismo, nos EUA, na França e na Rússia, durante o Estado soviético, teria vindo desses trabalhadores.

Contudo, a explanação de Stone⁷⁶ (1975 *apud* MORAES NETO, 1991, p. 32), acerca do processo de reorganização produtiva em uma fábrica americana de aço, leva-nos a conclusões diferentes. O autor menciona a transformação na composição da força de trabalho nessa indústria após a aquisição de um sistema de máquinas, em 1890. A mecanização teria eliminado vários ofícios e, conseqüentemente, os trabalhadores especializados, passando, então, a massa da força de trabalho a ser composta apenas por operadores de máquinas, abastecedores e vigias.

Esse exemplo, por se tratar de uma indústria de aço, no mesmo país e mesmo período histórico, e ser semelhante aos mencionados por Taylor (1995), permite-nos avaliar que o método taylorista contribuiu, principalmente, para organizar o processo de trabalho tendo por base a força de trabalho não qualificada, que passava a assumir os postos de trabalho em decorrência da introdução das máquinas e da eliminação dos trabalhadores de ofício. Portanto, o taylorismo não teria expropriado o saber operário dos trabalhadores de ofício, pois estes já haviam sido excluídos da produção devido a introdução da maquinaria; o taylorismo teria organizado o processo de trabalho tendo por base trabalhadores que já não detinham um conhecimento mais elaborado.

Embora Taylor⁷⁷ (1967 *apud* LINHART, 1995, p. 79-80) tenha mencionado a sua consideração pelo conhecimento empírico, ou seja, os conhecimentos que os trabalhadores desenvolviam na realização da atividade e na relação com colegas mais experientes, alegando que na maioria dos casos esse conhecimento estava correto e que deveria ser compartilhado, na prática o seu método operacional consistia em corrigir e modificar as operações executadas pelos trabalhadores, padronizando-as de forma que alcançassem uma maior eficiência produtiva.

Dessa forma, não nos parece sustentável a crítica de que o taylorismo tenha expropriado algum saber operário ou que o tenha feito de forma significativa a ponto de tolher o domínio individual e coletivo sobre o processo de trabalho, o que já havia ocorrido pelo desenvolvimento da maquinaria.

4.2.2 Teria o taylorismo reforçado a divisão entre trabalho intelectual e manual?

⁷⁶ Stone, K., “The origins of job structures in the steel industry”, in Edwards R., Reich M. e Gordon D. (orgs.) **Labor market segmentation**, Boston, D. C. Heath, 1975, p. 30.

⁷⁷ TAYLOR, F. W. **La Direction scientifique des entreprises**. Verviers, 1967, p. 80.

A outra crítica feita por Linhart (1983) e Bettelheim (1983) ao taylorismo diz respeito à compreensão de que ele teria reforçado a divisão do trabalho. Vejamos em detalhes o que escrevem os autores supracitados:

Esta é uma confissão de importância primordial, a partir da qual a “organização científica do trabalho” revela seu verdadeiro significado: Taylor reconhece não dispor de muitos conhecimentos para ensinar aos operários, no que diz respeito ao processo de trabalho. Seu **“sistema”, no fundo, não visa, de modo essencial, à divisão técnica do trabalho (pelo menos numa fase inicial)**: em compensação, ele **transforma e aperfeiçoa a divisão social do trabalho introduzida pelo capitalismo**. Codificando e “classificando” os conhecimentos adquiridos no processo de trabalho, o taylorismo pretende abertamente constituir-los em um corpo de doutrina “exterior” aos produtores diretos e que possa lhes ser imposto, de fora, pela direção capitalista do processo de trabalho, propriedade privada, de certa forma, de todos os conhecimentos relativos ao processo de trabalho (LINHART, 1983, p. 80, grifos nossos).

Esta análise de Marx aplica-se, palavra por palavra, à grande indústria taylorizada (“racionalizada” como se dizia na Europa, entre as duas guerras mundiais). Este modo de organização do trabalho **leva ao próprio paroxismo** – ao ponto em que parece quase um “tipo ideal” - **a essência da divisão capitalista do trabalho: separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, da concepção e da realização, do comando e da execução**. (LINHART, 1983, p. 82-83, grifos nossos). Mais profundamente, este fracasso se explica pela natureza do “taylorismo”, que **“codifica” a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual** (em conformidade com as tendências do modo de produção capitalista) e **não está portanto em condições de suprimir esta separação**, pois isso **implicaria a iniciativa coletiva na transformação contínua do processo de produção**, e não somente a “apropriação” de um “saber” constituído da base da separação prévia do trabalho manual e do trabalho intelectual. (BETTELHEIM, 1983, p. 236, grifos nossos).

Para Linhart (1983), o taylorismo, além de modificar a divisão técnica do trabalho, o que a princípio não seria o seu objetivo, transformou e aperfeiçoou a divisão social do trabalho⁷⁸. Para Bettelheim (1983), o taylorismo “codificaria” a separação entre trabalho intelectual e manual, cuja supressão somente seria possível com a direção coletiva sobre o processo de produção.

Seguindo a análise que fizemos anteriormente entendemos que, quando o taylorismo foi implantado, a divisão entre trabalho intelectual e manual já estava desenvolvida, tanto no interior da produção, quanto na produção social, ou seja, no conjunto da sociedade. Analisemos se a divisão técnica do trabalho já existente chegou a ser modificada em decorrência do taylorismo.

⁷⁸ Embora Linhart (1983) mencione as implicações do taylorismo à divisão social do trabalho, estabelecendo uma diferença em relação à divisão técnica do trabalho, ele não desenvolve a sua afirmação. Buscamos nesse parágrafo reproduzir exatamente o que o autor expõe, entendendo que se trata de uma passagem vaga. Por isso, em nossa análise nos limitaremos à divisão técnica do trabalho, cujas implicações do taylorismo parecem mais evidentes e mais clara a posição do referido autor.

A divisão técnica do trabalho, que vem a ser divisão do trabalho no interior da fábrica, teve início na manufatura, por consequência da concentração dos instrumentos e da força de trabalho. (MARX, 2008). Com o trabalho decomposto, a mercadoria passou a ser produzida pela combinação de vários trabalhadores parciais e assim fez-se necessário ao capital uma pessoa que centralizasse e integrasse a totalidade do conhecimento da produção. Daí surge a direção do processo de trabalho, que compreendia o planejamento e a supervisão, apartados da execução.

O operário parcial, ainda que tenha se especializado e desenvolvido um domínio sobre a sua atividade, não tinha mais o domínio intelectual sobre a totalidade da produção. O artesão, que tinha em si a fusão entre trabalho intelectual e manual e com isso elaborava a sua atividade e a executava em todas as suas etapas, deixava de existir como forma dominante.

Na indústria moderna, a divisão do trabalho é incorporada pelo sistema de máquinas, na medida em que este incorpora as operações manuais e as ferramentas da força de trabalho. O produto, que antes resultava do trabalho de vários trabalhadores parciais, passou a ser produzido pela combinação de várias máquinas-ferramentas parciais e com isso desapareceu o princípio subjetivo da divisão do trabalho. (MARX, 2008, p. 436).

Assim sendo, as máquinas incorporaram também a divisão entre trabalho intelectual e manual, pois além de assumirem as operações que antes eram realizadas manualmente, passando para a condição de executoras do trabalho e com o apêndice do operário, elas passaram, pelo seu próprio funcionamento, a estabelecer a direção técnica ao processo de trabalho. A máquina precisa apenas ser acionada e logo começa a funcionar, pondo em movimento de forma unitária as forças intelectuais e corporais que antes estavam presentes em homens separados. Assim, incorpora também as funções intelectuais de elaboração do trabalho, ficando o trabalhador ainda mais reduzido à execução.

Contudo, ainda que a maquinaria tenha incorporado a divisão do trabalho, esta continuou tendo uma existência externa ao meio de trabalho. O operário foi reforçado na sua condição de executor da atividade e o trabalho intelectual continuou sendo delegado às pessoas incumbidas exclusivamente pela elaboração do trabalho e pelo seu controle, e também como atividade de técnicos especializados, responsáveis pela manutenção das máquinas. Portanto, quando o taylorismo foi implantado, a divisão técnica entre trabalho intelectual e manual já havia se estabelecido e se transformado na transição da manufatura

para a indústria moderna. Por isso e em acordo com Moraes Neto⁷⁹ (1991, p. 43-44), entendemos que o método em questão não representa um marco na divisão entre trabalho intelectual e manual.

Porém, ainda que o autor considere que foi a maquinaria que levou a um grau máximo a separação entre planejamento e execução, ele não desconsidera que o taylorismo teve essa separação como uma das suas pretensões, efetivando-a nas atividades em que ainda não eram realizadas com máquinas, portanto, ainda manuais. Neste caso, o método taylorista teria aprofundado a divisão que teve início na manufatura. (MORAES NETO, 1991, p. 45-46).

Nós vamos um pouco mais além. Consideramos que o taylorismo em certa medida reforçou a divisão técnica do trabalho em todas as atividades do conjunto da produção. Ainda que não tenha originado a divisão entre trabalho intelectual e manual, ele inaugurou o aprimoramento do planejamento do processo de trabalho, devido ao fato de tê-lo decomposto em várias funções (por exemplo: planejamento, supervisão, controle de materiais, controle do tempo) e de ter delegado mais responsabilidades perante a condução do trabalho. E com isso, ao qualificar a administração, acabou de certa forma reforçando a divisão entre trabalho intelectual e manual. Os operários, tanto os que realizavam atividades manuais, quanto os que operavam as máquinas, continuaram como executores do trabalho, com um mínimo de domínio sobre a sua atividade, contudo, as funções de controle do trabalho foram fortalecidas.

4.3 REPERCUSSÕES DO TAYLORISMO NO CAPITALISMO: PRETENSÃO DE TRANSFORMAÇÃO PESSOAL DO TRABALHADOR

Por fim, outro aspecto que consideramos importante destacar em relação ao método taylorista se refere à concepção de indivíduo que ele apresenta, constituída com base em valores inatos, morais e isenta de explicações científicas. Os trabalhadores são retratados de forma depreciativa: “(...) nascem preguiçosos e ineficientes (...)” (TAYLOR, 1995, p. 36) sendo atribuída a eles a ineficiência produtiva.

E com base na sua concepção, propõe como uma das finalidades do seu método a mudança pessoal dos trabalhadores, de forma que fossem mais úteis aos interesses do capital. Entendemos que Taylor (1995) não admite uma completa transformação pessoal, uma vez que

⁷⁹ Em sua obra o autor critica alguns autores que têm sido bastante utilizados na crítica ao taylorismo, como Braverman* (1977, p. 52 *apud* MORAES NETO, p. 43) e Coriat** (1976, p. 94 *apud* MORAES NETO, 1991, p. 44). Na sua compreensão, tais autores entendem que o taylorismo teria inaugurado a separação entre concepção e execução. * BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 98. ** CORIAT, B. **Ciencia, tecnica y capital**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1976, p. 107.

explica o comportamento a partir de determinações inatas, ao nascer “preguiçoso” o trabalhador tenderia a continuar “preguiçoso”, em virtude do que Taylor explica a própria existência da pobreza. Contudo, com o seu método, através do treinamento e da seleção de pessoas mais adequadas aos interesses dos empresários, esperava que os trabalhadores desenvolvessem uma nova conduta em relação ao trabalho, que se adaptassem e que fosse possível uma convivência mais harmoniosa entre eles e os patrões.

Assim, em nossa avaliação, Taylor naturaliza determinadas características, corroborando para uma explicação ideológica dos processos subjetivos constitutivos dos trabalhadores, desconsiderando as determinações das relações capitalistas na produção.

Não podemos esperar que Taylor tivesse uma visão crítica acerca do processo de personificação dos trabalhadores, ou seja, de como é constituída a subjetividade do trabalhador no trabalho, pois isso implicaria em evidenciar as determinações do processo de trabalho sob o domínio do capital, ao qual ele estava servindo. Talvez nem ele mesmo o soubesse, pois o pensamento dos agentes do capitalismo também está sujeito às explicações ideológicas, superficiais, distorcidas. Ainda assim, a sua concepção esteve por muito tempo à frente da constituição da administração enquanto campo de saber e de intervenção, contribuindo para as explicações reducionistas quanto aos processos subjetivos dos trabalhadores no que diz respeito ao trabalho.

Procuraremos mais a frente identificar se essa concepção de alguma forma influenciou no posicionamento de Lenin.

Até aqui expusemos as implicações que consideramos vinculadas diretamente ao taylorismo: qualificação do planejamento do processo de trabalho, implicando em um maior controle sobre o trabalhador, com repercussões inclusive no campo político, e, em certa medida, em um reforço da divisão entre trabalho intelectual e manual; intensificação do trabalho, na medida em que elimina os poros da jornada de trabalho nas funções manuais; corroboração de uma explicação ideológica quanto à subjetividade do trabalhador e quanto aos problemas postos pelo processo de valorização do capital. No próximo capítulo, direcionando-se pela análise marxista que fizemos anteriormente, apreciaremos a defesa de Lenin quanto à incorporação do taylorismo ao Estado soviético, estabelecendo o debate com a sua posição inicial, de crítica, e com os críticos supracitados.

5. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À APRECIÇÃO DE LENIN DO TAYLORISMO

Por fim, passemos agora para o último momento de nosso estudo: a crítica à apreciação de Lenin quanto ao taylorismo. Buscaremos refletir nesse capítulo sobre os seus argumentos, tendo por base a análise que desenvolvemos no capítulo anterior, os elementos concretos existentes nos diferentes momentos em que a sua posição foi expressa e o debate com as críticas imputadas por Linhart (1983), Bettelheim (1983) e Moraes Neto (2009).

Como discurremos no último capítulo, entendemos que o taylorismo não correspondeu à forma mais desenvolvida do processo de trabalho no capitalismo, discordando assim de Linhart (1983) e Bettelheim (1983). Ele consistiu num ajustamento do processo de trabalho, tendo por objeto principal de intervenção o trabalhador que ainda executava operações manuais e com o suporte de ferramentas. Entretanto, ele foi implantado num momento histórico em que a maquinaria já havia submetido o trabalho e que as atividades manuais estavam em progressiva diminuição.

Portanto, entendemos que as suas consequências, os impactos da sua aplicação, precisam ser considerados em relação com o processo de trabalho já maquinizado. Com base nisso, consideramos que o método taylorista complementou a intensificação promovida pelas máquinas. Além disso, reforçou a divisão entre planejamento e execução. Nesse aspecto, temos acordo com Linhart (1983) e Bettelheim (1983), contudo, discordamos quanto às causas. Em nossa avaliação, a divisão é reforçada porque ocorre uma maior qualificação das funções administrativas e não porque diminui o domínio intelectual do trabalhador sobre o trabalho, pois este já vinha sendo eliminado desde a manufatura, tendo se completado com a maquinaria.

Com base nesse acúmulo, procuraremos entender as consequências do posicionamento de Lenin em relação ao taylorismo.

5.1 UMA SÍNTESE DO MOVIMENTO DA APRECIÇÃO DE LENIN EM RELAÇÃO AO TAYLORISMO

Como exposto no segundo capítulo, Lenin iniciou o seu pronunciamento sobre o taylorismo em 1913, quando o método de organização do processo de trabalho começava a ser instalado na Rússia. Nesse momento a sua posição foi totalmente contrária, vinculando-o aos interesses da reprodução do capital e entendendo que, por consequência, o taylorismo promoveria uma maior exploração sobre o trabalhador, impactando na sua saúde e elevando o desemprego.

Posteriormente, em 1914, Lenin voltou a problematizar seus efeitos negativos. Contudo, passou a vislumbrar a possibilidade de contribuição do método taylorista para a racionalização do trabalho no socialismo, então sob o controle do proletariado. Para ele, a elevação da produtividade, propiciada pelo desenvolvimento tecnológico e com a racionalização do trabalho, acarretaria a diminuição da jornada de trabalho, possibilitando aos operários uma melhor qualidade de vida. O desenvolvimento das forças produtivas é compreendido como condição para o comunismo.

Entre 1915 e 1916, Lenin realizou o estudo do método taylorista, refletindo sobre a sua aplicação prática no socialismo, o que veio a consolidar a sua posição em 1918. Neste momento estava à frente do Estado soviético, quando então passou a ter a responsabilidade de organizar a produção social sobre nova base econômica e num cenário turbulento, dadas as consequências da Primeira Guerra Mundial e pelos confrontos militares gerados pela contra-revolução. Ainda que Lenin tenha sido enfático sobre a necessidade do taylorismo, propõe a sua adaptação à realidade soviética, fundamentalmente a partir da redução da jornada de trabalho e sob o controle operário.

Então, um primeiro aspecto que importa destacar é que a avaliação positiva de Lenin quanto ao taylorismo foi expressa antes da revolução, como resultado de um esforço fundamentado teoricamente para compreender o que seria esse método. Não se tratou de uma mudança de posição dada pelas condições circunstanciais, pelas fragilidades do momento pós-revolucionário.

Entretanto, ainda que sua defesa não tenha sido motivada pela conjuntura, mas sim tenha tido sustentações teóricas, é possível verificar nuances no seu posicionamento de acordo com o momento de escrita de seus artigos. Em 1913 a resistência ao taylorismo estava em efervescência em outros países e começava a ter expressão na Rússia, quando lá ele adentra. Nesse momento, Lenin precisou dar uma resposta frente aos movimentos de resistência, o que o faz pelo seu primeiro artigo, com um caráter de agitação política: curto, mais superficial e tratando de apontar a vinculação entre o taylorismo e o capital.

Quando a resistência foi abrandada, o que segundo Linhart (1983) se deu devido a cooptação do movimento sindical pela burguesia num cenário de Guerra Mundial, em que o taylorismo passou a ser visto como solução para o problema da baixa produtividade, Lenin passou ao aprofundamento do assunto, realizando as leituras, estudando, buscando entender mais profundamente o método taylorista.

Em 1918, em meio ao caos de fim de guerra e já adentrando na guerra civil, ele ganha um caráter emergencial, no sentido de elevar a produtividade e solucionar o problema

da fome. Inclusive é nesse momento que se dá a elaboração de duas versões do artigo *Tarefas Imediatas do Poder Soviético*, em que constam algumas diferenças na caracterização do taylorismo. No início da NEP, com início da fase de recuperação e solidificação econômica, passou a ser o momento de experimentação e estudos sobre a organização do processo de trabalho, tendo para tanto sido criado o Instituto Central do Trabalho.

Ainda que não tenha mudado de posição por decorrência da revolução, é após a esta, quando se deparou com problemas concretos da administração do Estado e da produção, que Lenin aprofundou a sua apropriação em relação ao taylorismo. Em *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* e nos outros textos que analisamos, a sua concepção acerca da organização do processo de trabalho aparece fortemente influenciada por Taylor, mesmo quando não o menciona diretamente.

As passagens em que o método taylorista aparece de forma mais evidente se referem às suas contribuições para uma melhor disposição dos movimentos do trabalho, evitando dessa forma desperdício de tempo e de operações. Contudo, em várias outras passagens é possível identificar a influência dos princípios tayloristas, de forma adaptada à realidade soviética; em alguns momentos com maiores aproximações e em outros menos. O taylorismo aparece na importância atribuída aos especialistas técnicos e na acentuada divisão de atribuições entre estes e os operários, ainda que esta tenha se dado a partir de outras determinações, como veremos à frente; aparece na defesa de concessão de benefícios as fábricas que elevassem a produtividade (em Taylor, os benefícios são ofertados aos operários individualmente); aparece na defesa da mudança de conduta dos trabalhadores, tendo por horizonte a compreensão da produção social da vida (em Taylor a mudança tem por perspectiva uma melhor convivência entre patrões e trabalhadores).

Agora, procuraremos refletir mais profundamente sobre a sua posição a partir dos apontamentos críticos que fizemos no último capítulo.

5.2 A APRECIÇÃO DE LENIN SOBRE O TAYLORISMO E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

O primeiro aspecto que nos debruçaremos diz respeito à concepção de Lenin quanto ao taylorismo. Desde 1913, quando ainda tecia somente críticas ao método em questão, é possível inferir que para Lenin ele correspondia a uma forma mais desenvolvida de organização do processo de trabalho, parte da produção científica e tecnológica elaborada até aquele momento, e que era aplicada como meio de elevar a exploração capitalista. Essa

identificação entre taylorismo e ciência seguiu nas suas avaliações posteriores, conforme as passagens abaixo.

Em 1914:

O sistema Taylor - sem que os seus criadores saibam ou desejem - prepara o momento em que o proletariado se apossará de toda produção social e designará suas próprias comissões operárias para distribuir e controlar todo o trabalho social. **A grande produção, as máquinas, as vias férreas, o telefone: tudo isso fornece a possibilidade de reduzir um quarto do tempo o trabalho dos operários organizados, assegurando-os um nível de vida quatro vezes melhor do que tem agora.** (...) E as comissões operárias, com a ajuda dos sindicatos, saberão aplicar os princípios da distribuição racional do trabalho social quando este for livre da escravidão capitalista.⁸⁰(LENIN, 1977b, p. 54, grifos nossos).

Em março de 1918, em *Primera Variante del Artículo Las Tareas Inmediatas del Poder Soviético*:

O grande capitalismo criou sistemas de organização do trabalho, que nas condições de exploração das massas, são formas cruéis utilizadas pela pequena classe proprietária para escravizar e extrair uma quantidade adicional de trabalho (...), no entanto constituem, a **última palavra em organização científica da produção (...)** o sistema Taylor reflete um **enorme progresso da ciência**, que analisa sistematicamente o processo de produção e **abre o caminho para um grande ascenso da produtividade do trabalho humano.** (...) (LENIN, 1976a, pp. 421-422, grifos nossos).

Em abril de 1918, em *Tarefas Imediatas do Poder Soviético*:

A última palavra do capitalismo neste aspecto, o sistema de Taylor – tal como todos os progressos do capitalismo -, reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma série de **riquíssimas conquistas científicas** no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registro e controle, etc (...) A possibilidade de realizar o socialismo é determinada precisamente pelos nossos êxitos na **combinação do Poder Soviético e da organização soviética da administração com os últimos progressos do capitalismo.** (LENIN, 1980, p. 574, grifos nossos).

Em 1919, quando da defesa dos sábados comunistas:

(...) conduzir toda a massa de trabalhadores e explorados, assim como todos os setores da pequena burguesia, ao caminho da nova construção econômica, ao caminho de novas relações sociais, de uma nova disciplina laboral e uma **nova organização do trabalho que conjugue a última palavra da ciência e da técnica**

⁸⁰ Tradução nossa do espanhol: “El sistema Taylor -sin que sus creadores lo sepan o lo deseen- prepara el momento en que el proletariado tomará posesión de toda la producción social y designará sus propias comisiones obreras para distribuir y regular en debida forma todo el trabajo social. La gran producción, las máquinas, los ferrocarriles, el teléfono: todo esto brinda mil posibilidades para reducir a la cuarta parte el tiempo de trabajo de los obreros organizados, asegurándoles un nivel de vida cuatro veces mejor del que tienen ahora.[...] Y las comisiones obreras, con ayuda de los sindicatos, sabrán aplicar dichos principios de distribución racional del trabajo social cuando éste se vea libre de la esclavitud capitalista.”

capitalista com a massa de trabalhadores unidos e conscientes, ocupados na grande produção socialista.⁸¹ (LENIN, 1973a, p. 9, grifos nossos).

Em 1922, quando se manifesta sobre a difusão de um livro que aborda o taylorismo:

(...) Aprender a trabalhar é agora a tarefa principal, verdadeiramente nacional da República Soviética. Alcançar a alfabetização total, sem limitarmos de nenhum modo esse objetivo; avançar e **utilizar tudo o que é verdadeiramente valioso na ciência europeia e norte-americana**: essa é a nossa primeira e fundamental tarefa⁸². (LENIN, 1978, p. 353, grifos nossos).

Por consequência, em nossa avaliação a respeito da apreciação de Lenin sobre o taylorismo, sendo este um produto científico, faria parte das forças produtivas, cujo desenvolvimento conduziria à transformação das relações sociais de produção, ou seja, à constituição do socialismo, devendo por isso ser incorporado ao Estado soviético. Essa concepção de Lenin está fundamentada pela apropriação da teoria marxista quanto à necessidade de desenvolvimento das forças produtivas, como forma de desenvolver novas relações sociais correspondentes a outro modo de produção. Concernente à teoria marxista, Lenin buscava identificar no movimento do capitalismo as tendências contraditórias que levariam à sua própria superação, portanto, à transição ao comunismo.

Mais concretamente, mas também evidenciando a explicação a partir da teoria marxista, Lenin entende que o desenvolvimento das forças produtivas, incluindo aí as contribuições do taylorismo, possibilitariam a redução do tempo de trabalho necessário a produção dos meios necessários a vida. Dessa forma, seria possível liberar os trabalhadores para a realização de outras atividades, por meio das quais teriam acesso à cultura, ao estudo e exerceriam a direção política.

Ainda em consonância com a teoria marxista, Lenin identifica que o comunismo resultaria de um desenvolvimento do capitalismo, pelo processo de incorporação e superação do seu conteúdo. Para Marx (2008), as forças produtivas são desenvolvidas através do processo de trabalho, enquanto processo incessante de intervenção humana sobre os materiais e meios de trabalho. E desse desenvolvimento, impulsionado pelo processo de valorização, surge a indústria moderna, tendo como centro o sistema de máquinas.

⁸¹ Tradução nossa do espanhol: “(...) conducir a toda la masa de trabajadores y explotados, así como a todos los sectores de la pequeña burguesía, al camino de la nueva construcción económica, al camino de la creación de las nuevas relaciones sociales, de una nueva disciplina laboral y de una nueva organización del trabajo que conjugue el aprovechamiento de la última palabra de la ciencia y la técnica capitalista con la agrupación en masa de los trabajadores conscientes, entregados a la gran producción socialista.”

⁸² Tradução nossa do espanhol: “(...) Aprender a trabajar es ahora la tarea principal, verdaderamente nacional de la República Soviética. Lograr la alfabetización total, sin limitarnos de ningún modo a este objetivo; marchar adelante a toda costa y utilizar todo lo que es verdaderamente valioso en la ciencia europea y norteamericana: tal es nuestra tarea primera y fundamental.”

A máquina e a fábrica se convertem em meios adequados ao processo de valorização do capital, aumentando a exploração sobre o trabalhador. Este se torna cada vez mais mutilado, sufocado, adoecido, diminuído à condição de executor do trabalho, sem envolvimento intelectual e afetivo com este. Porém, através desse mesmo processo, pelo desenvolvimento progressivo da maquinaria, o capital cria as condições para a sua própria superação.

Para Marx, o capital, determinado pela concorrência, impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas e com isso possibilita a diminuição do tempo de trabalho necessário. Com a diminuição do trabalho necessário será possível a liberação dos trabalhadores para a realização de outras atividades, que tenderão a enriquecer o desenvolvimento humano individual e coletivo. Dessa forma, o próprio conteúdo do trabalho se transformará, uma vez que são novas pessoas trabalhando e com o suporte da ciência avançada, o que possibilitará uma direção deliberada sobre a natureza. (MARX, 2011).

Por sua vez, em novas relações sociais de produção, cuja base será a propriedade social dos meios de produção e distribuição, e não havendo, portanto, classes sociais e expropriação privada do trabalho excedente, a diminuição do tempo de trabalho é condição para libertar os trabalhadores da dedicação exclusiva ao trabalho e além disso permitirá um controle deliberado e coletivo sobre o trabalho, não sendo mais este fonte de sofrimento e adoecimento. (MARX, 2011).

Seguindo esse formulado teórico, não seria possível construir o socialismo soviético abrindo mão das forças produtivas até então desenvolvidas, estas seriam necessárias para formar a base de transição ao comunismo. Por isso, Lenin evidencia sempre a necessidade de fazer a Rússia alcançar o patamar da indústria moderna capitalista. Além disso, a situação conjuntural do início do socialismo reforçou essa necessidade, pois era condição para elevar a produtividade e resolver o problema da fome.

Contudo, embora certo em identificar o desenvolvimento das forças produtivas como condição necessária para o comunismo, Lenin, em nossa avaliação, que está de acordo com a análise de Moraes Neto (2009), vincula taylorismo e desenvolvimento técnico-científico, o que nos parece insustentável, como já expusemos longamente no capítulo anterior, quando criticamos a mesma compreensão presente em Linhart (1983) e Bettelheim (1983).

Ainda que o taylorismo estivesse a serviço do capital e conseguisse promover uma maior produtividade do trabalho, não era ele uma expressão do desenvolvimento mais avançado do processo de trabalho, mas sim a maquinaria. O taylorismo serviu, e em alguns contextos ainda serve, como método de organização do processo de trabalho, ajustando-o de

forma a se tornar mais produtivo. Contudo, sua ação foi mais impactante naquele momento nas operações que ainda eram manuais. Portanto, incoerente com a tendência de desenvolvimento das forças produtivas e de progressiva libertação do trabalho, conforme refletido por Marx.

Entendemos que o taylorismo pressupõe um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas; ele é fruto da indústria moderna, quando então as máquinas passam a impor um novo ritmo ao processo de trabalho, precisando assim ajustar o conjunto da fábrica. Ele resultou de uma ação deliberada do capital no sentido de melhorar a organização do processo de trabalho, tornando-o mais produtivo e menos custoso financeiramente, ou seja, se trata de um ajustamento do processo de trabalho em decorrência de conveniências momentâneas da burguesia.

5.3 A APRECIÇÃO DE LENIN SOBRE O TAYLORISMO E AS CONDIÇÕES CONCRETAS DO PERÍODO PÓS REVOLUCIONÁRIO

No item anterior, buscamos analisar os fundamentos teóricos que, em nossa avaliação, vinculam-se à posição de Lenin sobre o taylorismo. Agora, buscaremos compreender como a sua posição foi delineada pelas circunstâncias conjunturais, assumindo alguns recuos diante do que havia formulado teoricamente.

Embora não fosse uma força produtiva e nem fosse a forma mais desenvolvida de organização do processo de trabalho para a valorização do capital, era o taylorismo naquele momento um instrumento de racionalização, que vinha demonstrando alguns resultados em termos de elevação da produtividade. Dadas às condições particulares da Rússia em 1918, destruída pela guerra, com parte da população passando fome e possuindo uma força de trabalho limitada tecnicamente, não era de desconsiderar a possibilidade de contribuição do taylorismo.

Haviam-se passado poucos meses desde a implantação do Estado soviético, ao mesmo tempo era preciso administrar a sociedade como um todo e organizar a produção e a distribuição. Dessa forma, não era possível aguardar os estudos e a elaboração de um novo método de trabalho. Foi preciso recorrer ao que o capitalismo tinha desenvolvido até então e que, inclusive, era parte da indústria russa já instalada. Então, mesmo que Lenin se opusesse ao taylorismo, o que não foi o caso, as condições conjunturais acabavam reforçando a sua necessidade.

O momento que sucede a uma revolução política ainda é muito instável. A classe que assume o poder político precisa garantir o controle da produção e da distribuição e o faz em um cenário de contra-ofensiva, em que a antiga classe tenta retomar o poder. Ao direcionar a prática produtiva, a nova classe desenvolve a aprendizagem em relação àquela, pesquisando e promovendo transformações, passa a conformar os meios de produção aos seus próprios interesses. Esse processo não é imediato, leva um certo tempo, e não poderia se dar renunciando o que havia sido produzido até então.

Nesse sentido, com as condições dadas e a necessidade urgente de recuperação econômica não conseguimos visualizar alternativa, a não ser a que foi defendida por Lenin. A revolução conduziu o proletariado à direção política do Estado, porém não introduziu imediatamente transformações na divisão técnica do trabalho, não levou à constituição imediata de outras forças produtivas, não constituiu um novo método para organizar o processo de trabalho. Como explanado acima, essas transformações viriam progressivamente através da própria prática produtiva.

5.3.1 Taylorismo e intensificação do trabalho

Desde 1913 Lenin avaliava que o taylorismo poderia promover uma maior intensificação do trabalho, decorrente da forma de aplicação pelo capitalismo. Com a manutenção da jornada de trabalho, o taylorismo implicaria uma maior exploração da força de trabalho.

De fato, como discorremos anteriormente, na produção capitalista o taylorismo possibilitou complementar a intensificação do trabalho promovida pelas máquinas, sobretudo nas atividades ainda manuais. Ao estabelecer a forma de desempenho do trabalhador e controlar o tempo de execução, o método taylorista acelerava o ritmo de trabalho e buscava eliminar os tempos ociosos da jornada de trabalho, tempos que inclusive possibilitavam ao trabalhador recuperar parte do seu desgaste. A situação se tornava mais grave pelo fato da jornada de trabalho permanecer a mesma, na ocasião bastante extensa.

Por isso, Lenin propôs que no socialismo o taylorismo fosse acompanhado de algumas modificações. Essa defesa foi expressa inicialmente em 1914, quando mencionou que a racionalização do trabalho deveria ser aplicada com o controle das comissões operárias e com a ajuda dos sindicatos. (LENIN, 1977b, p. 54). E permaneceu em 1918, após a revolução, quando mencionou a necessidade de redução da jornada de trabalho e a

combinação com novos métodos de trabalho que não prejudicassem a saúde dos trabalhadores. (LENIN, 1976a, p. 421-422).

Como mencionamos no segundo capítulo, as duas versões de *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* apresentam distinções quanto à proposta de adaptação do taylorismo, sendo esta menos enfática na segunda versão - a que acabou sendo publicada. Para lembrar, na segunda versão Lenin (1980) não menciona mais a jornada de seis horas para todos os trabalhadores (a jornada já havia sido reduzida há alguns meses para oito horas), apenas para as empresas que atingissem uma produtividade maior (o que também se caracteriza como uma proposta taylorista, no sentido de beneficiar apenas os trabalhadores que tivessem um melhor desempenho). Também não menciona o controle operário direto da racionalização do trabalho.

Ainda que ambas as versões apresentem distinções quanto à forma de adaptação do taylorismo nas empresas soviéticas, importa a nós a compreensão de que Lenin identificava a possibilidade de intensificação do trabalho por decorrência do método taylorista e por isso vislumbrou medidas que minimizassem os seus impactos negativos⁸³. Lenin entendia que, com essas medidas seria possível ao taylorismo promover a racionalização do trabalho, sem necessariamente acarretar a sua intensificação.

O taylorismo, a despeito de promover a intensificação, reunia na época estudos e experimentos que buscavam uma otimização dos movimentos⁸⁴, o que entusiasmou Lenin, pela expectativa de um processo de trabalho mais adequado ao socialismo.

Contudo, em nossa avaliação, a racionalização proposta por Taylor leva à intensificação do trabalho, porque combina a racionalização com a direção despótica sobre o trabalho. Esta implica em um controle sobre o trabalhador no sentido de acelerar as suas operações de trabalho a partir de uma produtividade já definida e imposta pelo cronômetro. O próprio Lenin (1977a) menciona que o padrão adotado para a racionalização era de um trabalhador mais jovem e mais ágil, difícil ser alcançado pelos de mais idade. Para estes, Taylor (1995) propõe a demissão.

A defesa dessa direção despótica faz parte de uma concepção de que o trabalhador era incapaz de aprender, preguiçoso por natureza e portanto, distinto do patrão, a cujos interesses deveria se adaptar. Assim, entendemos que, ainda que a racionalização fosse

⁸³ O que não significa desconsiderar as possíveis consequências concretas da mudança de posição nas duas versões. O que queremos dizer é que neste momento importa a análise da compreensão de Lenin quanto à intensificação do trabalho e como avaliava a superação desse aspecto.

⁸⁴ Além de Taylor, era Gilbreth quem apresentava essas contribuições, com o qual Lenin demonstrou entusiasmo em *Cuadernos sobre el imperialismo* (LENIN, 1977c).

necessária e que não implicasse necessariamente a intensificação do trabalho, ela não era adequada a partir do método taylorista, pois este compreendia outros aspectos além da simples organização dos movimentos realizados no trabalho.

Como mencionamos, ainda que a segunda versão de *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* tenha diferenças em relação a primeira, Lenin tinha a preocupação em estabelecer uma racionalização que não acarretasse impacto à saúde dos trabalhadores e, por isso, propôs medidas para além da redução da jornada de trabalho⁸⁵. Contudo, identificava a racionalização com o taylorismo, que era o que existia no momento em termos de ajustes nos movimentos do trabalho. Ainda que mencione a combinação com outros métodos de trabalho, a ênfase recai sobre o método taylorista.

5.3.2 Taylorismo e divisão técnica do trabalho

Conforme concluímos no capítulo anterior, o taylorismo, pelo fato de qualificar as funções administrativas gerenciais, ou seja, as funções designadas para planejar e acompanhar a realização do trabalho, pode acarretar uma acentuação da divisão entre o planejamento e a execução, entre o trabalho intelectual e manual. Constatamos que essa divisão teve início na manufatura, sendo bastante acentuada na indústria moderna, especialmente pela introdução da maquinaria.

O taylorismo nesse caso não modifica significativamente o papel da força de trabalho que atuava na execução, que de forma predominante já estava bastante limitada a realizar as operações designadas pela direção capitalista e pelo próprio ritmo da máquina. Entretanto ele modifica a forma que se estabelece a direção do processo de trabalho, o que em nossa avaliação, aprofunda a sua divisão técnica.

Teria sido essa implicação do método taylorista constatada por Lenin? Ocorreram propostas para minimizar tais impactos nas indústrias soviéticas? Percorrendo os seus vários artigos em que aborda o processo de trabalho, não identificamos nenhuma passagem em que atribua ao taylorismo um possível incremento da divisão entre planejamento e execução ou da divisão entre trabalho intelectual e manual. Pelo contrário, considerando a sua explicação teórica quanto à supressão da oposição entre trabalho intelectual e manual, apropriada de Marx, e a sua concepção quanto ao taylorismo, é possível concluir que para Lenin este seria um meio para superar a divisão do trabalho.

⁸⁵ Ainda assim, é importante destacar que o Estado soviético reduziu a jornada de trabalho nos primeiros dias após a revolução, enquanto muitos países capitalistas mantinham as jornadas mais elevadas.

Para Lenin (2007, p. 113-114), conseqüente com a teoria marxista, existe uma oposição entre trabalho intelectual e manual, cuja superação será resultante do desenvolvimento das forças produtivas, não sendo possível definir com exatidão o momento em que se efetivará essa superação. Por sua vez, esse desenvolvimento somente será impulsionado quando estiver liberto das amarras das relações sociais capitalistas, o que tem início com a expropriação da propriedade privada dos meios de produção pelo proletariado, então na condição de direção do Estado⁸⁶.

Portanto, para Lenin a superação da divisão entre trabalho intelectual e manual somente seria possível mais adiante e não no momento inicial em que vivia a Rússia, cujas forças produtivas eram pouco desenvolvidas e, ainda, dada a destruição causada pela guerra, insuficientes para atender as necessidades básicas da população.

Entretanto, o país já havia realizado a primeira condição para a futura supressão: a expropriação jurídica da propriedade privada. Era preciso avançar na expropriação real, eliminando a burguesia da produção e da distribuição. Além disso, era preciso promover deliberadamente⁸⁷ o desenvolvimento das forças produtivas, contando para isso, na avaliação de Lenin, com a contribuição do taylorismo.

Ao contrário de identificar um aprimoramento da divisão entre trabalho intelectual e manual (o que, pelo menos não está expresso em nenhum artigo que lemos), Lenin identifica no taylorismo a possibilidade de aproximação das diversas profissões, na medida em que ele poderia acarretar a padronização dos movimentos e operações do trabalho e, conseqüentemente, a possibilidade de sua realização por qualquer pessoa. (LENIN, 1977c, p.147). É o que Lenin expressa quando demonstra seu entusiasmo com o livro de Gilbreth. (LINHART, 1983).

Para Lenin, no capitalismo, a produção era assunto privado dos capitalistas, não sendo possível aos operários conhecerem e dominarem os seus pormenores. No socialismo, a

⁸⁶ Linhart (1983) erroneamente atribui essa formulação a Lenin, quando na verdade se trata de uma teorização marxista. Além disso, distorce a afirmação feita por Lenin em *O Estado e a revolução*. Segundo Linhart (1983, p. 93), "(...) para Lenin, a supressão da oposição entre trabalho manual e intelectual é o produto final do desenvolvimento das forças produtivas.", contudo, Lenin (2007), ao contrário, afirma não ser possível saber qual momento ocorrerá tal supressão. Um prodigioso impulso das forças produtivas é condição para a supressão, contudo, "(...) qual será o ritmo desse movimento, em que momento romperá ele com a divisão do trabalho, abolirá a oposição entre trabalho intelectual e o trabalho físico (...) não o sabemos nem o podemos saber." (LENIN, 2007, p. 113-114). Portanto, não se trata do produto final.

⁸⁷ Importa destacar que, de acordo com a teoria marxista, as forças produtivas se desenvolvem em decorrência do próprio trabalho realizado pelos seres humanos. Os indivíduos realizam as suas atividades, sem necessariamente ter consciência das leis econômicas que as regem, contudo, na medida em que as conhecem, é possível uma intervenção deliberada sobre a realidade, sem contudo modificá-las, ou seja, ainda que seja possível exercer uma atividade consciente, o ser humano continua submetido às leis da base econômica. (Germer, 2009, p. 79).

produção teria que ser desvendada, passar ao conhecimento e direção dos trabalhadores. (LENIN, 1980, p. 575-577). Por isso, em vários momentos, Lenin se pronuncia sobre a necessidade de desenvolvimento intelectual dos operários, o que seria dado pela alfabetização e também por uma apropriação científica mais ampla. Estas seriam condições para os trabalhadores assumirem a direção da produção e do Estado soviético, constituindo-se como organizadores da nova sociedade, responsáveis por direcioná-la ao comunismo. (LENIN, 1973b, p. 136; LENIN, 1976a; LENIN, 1980).

Ainda que a participação exigisse um período de aprendizagem, pois não tinha sido desenvolvida como uma capacidade dos trabalhadores no capitalismo, Lenin a todo momento se pronuncia sobre a importância dos trabalhadores se apropriarem e se implicarem com o processo de produção e com as mudanças na sociedade.

Contudo, para Lenin (1976), a direção política pelo proletariado não assegurava a este agir livremente, sem submissão a um plano geral e sem responsabilização individual. Essa compreensão estava consoante com a proposta do centralismo democrático, que implicava o amplo debate nos espaços de organização política, onde então seria estabelecido um plano cuja execução deveria ser assumida incondicionalmente por todos. Significava que o proletariado, através dos sovietes, definia as leis, as resoluções, as normas, bem como elegia e destituía os cargos de direção. Contudo, uma vez estabelecido um plano este deveria ser executado. Para Lenin, o centralismo democrático era diferente do centralismo burocrático, em que não caberia discussão mais ampla, nas instâncias de base; ou do anarquismo, que deixava as pessoas livres para agirem de forma independente. (ibidem, p. 434-435).

Lenin estende o centralismo democrático para o campo da economia. Nas fábricas, os operários deveriam exercer a participação política através dos Comitês de Fábrica, compostos pelos operários, por representantes do Estado, por membros dos Conselhos de Sindicatos e por membros da Associação de Engenheiros e Técnicos. (BETTELHEIM, 1976). O Comitê estabelecia a relação com a direção da empresa, composta por uma representação do Estado, por um cargo administrativo e por um cargo técnico.

Contudo, ainda que fosse incentivada a participação, a execução da produção deveria se submeter à direção das empresas. Para Lenin, conforme citações abaixo, a submissão a uma vontade única era condição para desenvolver a indústria; não seria possível alcançar a eficiência produtiva sem um plano coerente e que fosse assumido por todos.

(...) As massas devem ter o direito de eleger dirigentes responsáveis, devem ter o direito de substituí-los; o direito de conhecer e controlar cada passo de sua atividade. Devem ter o direito de promover qualquer operário comum às funções de direção, sem exceção. Porém, isso não significa em absoluto que o processo de trabalho

coletivo pode ficar sem uma direção definida, sem estabelecer com toda a precisão a responsabilidade da pessoa encarregada, **sem a mais rigorosa ordem estabelecida pela vontade dessa pessoa**⁸⁸. (...). (LENIN, 1976a, p. 435, grifos nossos).

Esta subordinação pode, com uma consciência e uma disciplina ideais dos participantes no trabalho comum, recordar mais a suave direção do maestro. Se não existir uma disciplina e uma consciência ideais, ela pode tomar as formas ásperas da ditadura. Mas de um ou outro modo, **a subordinação sem reservas a uma única vontade é absolutamente necessária para o êxito dos processos de trabalho**, organizado segundo o tipo da grande indústria mecanizada. (...) A revolução acaba de quebrar as cadeias mais antigas, mais fortes e mais pesadas, com as quais submetiam as massas pela força. (...) Mas hoje, essa mesma revolução, precisamente no interesse do seu desenvolvimento e consolidação, precisamente no interesse do socialismo, exige a **obediência sem reservas das massas à vontade única dos dirigentes do processo de trabalho**. (LENIN, 1980, p. 581, grifos do autor em itálico e grifos nossos em negrito).

Além da proposta do centralismo democrático, a defesa de Lenin quanto à subordinação a uma única vontade no plano executivo da produção, tem justificativa pelo caráter do trabalho cooperado, mais uma vez evidenciando a sua fundamentação na teoria marxista. Segundo Marx (2008), a necessidade de organizar e coordenar os trabalhos individuais, compondo uma única força coletiva, é dada pela natureza do trabalho social e pela cooperação, que se desenvolve no início do capitalismo.

Porém, há que se inserir mais um elemento nessa análise, o qual terá desdobramentos na realidade concreta do socialismo soviético. A coordenação do processo de trabalho no capitalismo adquire a forma de despotismo, pois não se trata apenas de coordenar o processo de produção, mas sim, coordená-lo com o objetivo de valorizar o capital. Dessa forma, a coordenação deve fazer com que a força de trabalho produza de forma mais intensa; deve cuidar dos meios de produção e das instalações, para que sejam adequadamente aproveitados e não danificados, uma vez que são de propriedade privada e utilizados pelas pessoas destituídas de propriedade; deve coibir qualquer tentativa dos trabalhadores em se oporem à sua exploração.

Por consequência, entendemos que o despotismo não é inerente ao processo de trabalho e que a forma de coordenação e direção deste deve se modificar com a transformação do modo de produção. Analisando a Rússia, no início do seu socialismo, concluímos que o caráter despótico do processo de trabalho ainda era existente e não teria como ser diferente, uma vez que o modo de produção ainda não tinha se transformado.

⁸⁸ Tradução nossa do espanhol: “(...) Las masas deben tener el derecho de elegir dirigentes responsables, deben tener el derecho de remplazarlos; el derecho de conocer y controlar cada mínimo paso de su actividad. Deben tener el derecho de promover las funciones directivas a cualquier obrero común sin excepción. Pero eso no significa en absoluto que el proceso del trabajo colectivo pueda quedar sin una dirección definida, sin establecer con toda precisión la responsabilidad de la persona encargada, sin el orden más estricto establecido por la voluntad única de esa persona. (...)”.

O despotismo ainda estava estabelecido como um conjunto de práticas presente na produção, herdadas do capitalismo e que não poderiam ser superadas imediatamente. Além disso, entendemos que ele ainda era necessário na medida em que a transição era acompanhada de uma intensa luta de classes. Embora o Estado soviético tivesse decretado a proibição da propriedade privada dos meios de produção e distribuição, o que significa a mudança jurídica na forma das relações sociais, muitas empresas ainda estavam sob a direção dos antigos capitalistas, assim como muitos cargos técnicos, nas empresas nacionalizadas, eram ocupados por técnicos do czarismo, que tentavam sabotar a nova produção e exerciam o despotismo contra os trabalhadores. Portanto, ainda era necessária uma direção despótica em sentido oposto, que combatesse a sabotagem, controlasse a produção e cuidasse dos meios de trabalho e das instalações, entretanto, sendo ela estabelecida a favor do proletariado e para coibir os resquícios da burguesia.

Por isso, Lenin (1980) defende que o centralismo democrático deveria assumir um caráter ditatorial naquele momento. O caráter mais democrático seria estabelecido na medida em que as condições se modificassem; quando não houvesse mais a ameaça burguesa. Convém lembrar que, além da própria burguesia inserida na produção, as dificuldades se davam em relação aos próprios operários, cuja consciência individual refletia a consciência social burguesa.

Em nossa avaliação, os elementos que apresentamos anteriormente conformam um quadro bastante complexo, não sendo possível atribuir exclusivamente ao taylorismo o caráter ditatorial do processo produtivo. Segundo Linhart (1983), Bettelheim (1983) e Moraes Neto (2009), o taylorismo teria reforçado o caráter autoritário do processo de trabalho, devido ao papel atribuído aos especialistas técnicos, o que teria contribuído para o fracasso do socialismo.

Ainda que Taylor possa ter influenciado Lenin quanto ao papel da direção técnica no processo de trabalho, avaliamos que a defesa de Lenin perpassa outras determinações: teóricas, resultantes da apropriação do marxismo e da elaboração quanto ao centralismo democrático, conforme expusemos; e concretas, que buscaremos compreender melhor na sequência.

Em nossa avaliação⁸⁹, identificamos três principais determinações concretas, cuja combinação constituiu de forma especial o processo de direção das empresas soviéticas. A

⁸⁹ É importante mencionarmos que Linhart (1983) analisa essas condições concretas, contribuindo para as conclusões as quais chegamos. Contudo, ele as explica de forma diferente e as relaciona diretamente ao taylorismo.

primeira, a qual explanamos anteriormente, diz respeito às características do momento de transição, em que, devido a luta de classes, ainda se fez necessário manter o caráter despótico no processo de trabalho.

O segundo aspecto que queremos destacar diz respeito à ocupação dos cargos de direção por especialistas técnicos burgueses (que na verdade serviam aos interesses da burguesia antes da revolução) e ainda com remuneração superior aos demais trabalhadores.

A incorporação dos especialistas na produção foi imposta pelas necessidades do momento, uma vez que o proletariado não tinha a qualificação técnica necessária para gerir tecnicamente a produção e que era preciso aumentar a produtividade. Assim, como não seria possível adquirir imediatamente outras forças produtivas e outro método de organizar o processo de trabalho, não era possível abdicar desses profissionais naquele momento.

Entretanto, a presença deles e em cargos de direção estava perpassada por contradições e representava riscos para a consolidação da transição. O próprio Lenin em vários momentos demonstra preocupações com as consequências desse fato, propondo medidas para promover política e tecnicamente o proletariado, de forma que estes pudessem se capacitar para assumir a organização do processo de trabalho e dessa forma criar autonomia frente aos especialistas. (LENIN, 1973b; 1976a; 1980). Em sua avaliação, o conhecimento que os intelectuais burgueses tinham serviria de arma para manter a dominação sobre o povo e manter os seus privilégios. (LENIN, 1976b, p. 76).

Em nossa avaliação, o fato de terem alguma vinculação com a burguesia e de terem tido remunerações superiores pode ter levado ao estabelecimento de uma relação diferenciada com os demais trabalhadores. Estando nessa posição de controle sobre a organização do trabalho e sobre a produção, eles tinham condições de dificultar o processo de participação dos trabalhadores, perpetuando-se na direção. Stalin, mais a frente, em 1931, menciona a existência de especialistas sabotadores, sinalizando que eles ainda estavam presentes; como solução, defende a formação de especialistas entre os operários. (STALIN, 1953).

Por fim, o terceiro aspecto que consideramos importante refletir diz respeito às condições objetivas para a participação política dos operários.

Lenin em vários momentos se pronuncia sobre a necessidade dos trabalhadores se constituírem como direção da transição ao comunismo, assumindo o controle do Estado e os postos de direção nas empresas. O fundamento dessa defesa está no fato de ser o proletariado a classe revolucionária, que deveria conduzir todas as outras classes ainda existentes na transição ao comunismo, quando então deixariam de existir. (LENIN, 1973a). Mas também a

justifica por um motivo imediato, que era o de evitar uma possível burocratização⁹⁰ do Estado e da direção das empresas. Com a ascensão intelectual, técnica e política do proletariado seria possível estabelecer uma independência em relação aos especialistas. (LENIN, 1980, p. 584; LINHART, 1983).

Contudo, embora certos da posição de Lenin a respeito da direção política pelo proletariado, o que se evidencia pelas exposições acima, alguns fatos conjunturais nos levam a concluir que essa participação nas instâncias de base, ou seja, nos próprios locais de trabalho, estava perpassada por alguns obstáculos. Discutiremos abaixo alguns destes.

Uma questão que nos parece bastante importante nesse sentido, diz respeito a impossibilidade de uma maior liberação de tempo para o exercício político das massas, o que se daria pela redução da jornada de trabalho. Ainda que a participação fosse incentivada, ela dependia de uma condição material, que era a disponibilidade dos trabalhadores em exercerem atividades políticas. (LINHART, 1983). Uma vez que a jornada não foi reduzida como esperado, os trabalhadores continuaram passando grande parte do dia no trabalho. Por outro lado, as condições econômicas do momento não permitiam a redução da jornada de trabalho conforme esperado inicialmente por Lenin, o que se expressa parte da mudança do conteúdo do texto *Tarefas Imediatas do Poder Soviético*.

Na primeira versão de *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* Lenin menciona que a dedicação à administração do Estado seria obrigatória e por quatro horas diárias, que se complementariam às seis horas de jornada. No entanto, na segunda versão a dedicação passou a ser voluntária, sem delimitação de uma carga horária; neste caso, a jornada de trabalho proposta não era mais de seis horas, mas sim de oito.

Outro fato observado e que decorre também das condições concretas, diz respeito à necessidade de se priorizar o debate técnico, uma vez que era preciso recuperar a economia. É o próprio Lenin que o afirma durante o seu pronunciamento no VIII Congresso de Sovietes, em 1920, esclarecendo que o momento exigia maior debate de temas técnicos e não políticos. Como os trabalhadores ainda não tinham se capacitado, eram os especialistas que deveriam ser escutados, auxiliando a resolver os problemas da produção. (LENIN, 1973b, p. 134).

Assim, entendemos que se naquele momento havia uma priorização da direção técnica e como os trabalhadores ainda não tinham se apropriado dos conhecimentos científicos e técnicos, sua possibilidade de participação acabava reduzida.

⁹⁰ Entendemos que em Lenin o termo burocracia tem o sentido de uma direção política independente das massas. Em específico nessa passagem, ele menciona a tentativa da pequena burguesia em estabelecer a participação das massas apenas através da elegibilidade a cargos.

Segundo Bettelheim (1976, p. 134), os Comitês de Fábrica não podiam questionar as direções técnicas, apenas a direção administrativa, o que em nossa avaliação decorria da necessidade em responder à urgência da produção. Posteriormente, foram limitados a debater e resolver temas relacionados à disciplina no trabalho, de propaganda e educação política. Ainda, com a incorporação de operários mais comprometidos em postos no Partido, na administração do Estado e nas forças armadas, acabou ocorrendo uma desintegração desses comitês, cuja atuação ficou cada vez menos expressiva. (ibidem).

Para completar o quadro, Bettelheim (1976) afirma que a partir de 1920 os diretores passaram a ser indicados por competência técnica, não existindo mais eleição das pessoas para assumirem estes cargos.

Diante do exposto, concluímos que era preciso desenvolver as forças produtivas, tanto para resolver os problemas emergenciais, quanto para serem produzidas novas relações sociais de produção; para isto, era preciso uma direção rigorosa do processo produtivo. Esta direção deveria ser assumida pelo proletariado, classe revolucionária e responsável por conduzir as tarefas da transição; porém, o proletariado ainda não havia se desenvolvido plenamente, era frágil tecnicamente e politicamente no que se refere à organização da produção; o que levou os postos de decisões nas fábricas a serem ocupados pelos especialistas técnicos, que até então eram vinculados diretamente aos interesses burgueses.

Portanto, ainda que a participação política fosse incentivada e compreendida como condição para a transição ao comunismo, existia uma necessidade concreta e urgente: reorganizar a produção e desenvolver as forças produtivas. Assim, passou-se a priorizar as questões relacionadas à direção técnica e aos especialistas.

Todavia, contraditoriamente, ao se priorizar essa dimensão da produção, e sendo esta conduzida por pessoas vinculadas à antiga burguesia, parece-nos provável que os trabalhadores possam ter sido apartados do processo de decisão e de sua própria constituição enquanto sujeitos políticos. Com isso, a balança da luta de classes pode ter pendido mais para o lado da burguesia, tendo sido esta reforçada na medida em que dominava tecnicamente a produção.

Essas são algumas considerações a que chegamos a partir da nossa análise, porém cientes da necessidade de um aprofundamento quanto à concretização do processo de trabalho nas indústrias soviéticas e da própria aplicação do taylorismo. A princípio nos parece que o papel assumido pelos técnicos à frente da direção técnica pode ter contribuído de alguma forma para a retomada do capitalismo.

Não consideramos que a submissão a uma vontade única na esfera da produção fosse um problema, se esta vontade estivesse fundamentada num plano concernente com a transição ao socialismo; um plano para o proletariado e definido por este. Contudo, durante esse momento, a vontade única era estabelecida pelos especialistas técnicos; muitos dos quais, até a revolução, eram comprometidos com o processo de trabalho despótico a serviço dos interesses do capital e tiveram sua autoridade reforçada durante o comunismo de guerra.

Isto posto, identificamos muitas questões que perpassaram a constituição da direção do processo de trabalho naquele momento. Consideramos que de fato o taylorismo pode ter influenciado Lenin na sua valorização da direção do processo de trabalho, porém, a efetivação dessa direção, ou seja, a forma como se estabeleceu, decorreu de uma combinação de determinações objetivas e também por uma concepção teórica mais ampla, não restrita ao método taylorista.

5.4 A TRANSFORMAÇÃO DA CONDUTA DO TRABALHADOR SOVIÉTICO EM RELAÇÃO AO TRABALHO

Por fim, consideramos importante nos determos na proposição de Lenin quanto à transformação da conduta do trabalhador em relação ao seu trabalho. Como já abordamos, ele entende que o proletariado deveria assumir a direção política da transição ao comunismo e para tanto precisaria passar por uma transformação pessoal, superando traços constituídos no capitalismo. Era preciso desenvolver entre os trabalhadores a iniciativa, a capacidade de assumirem a resolução dos problemas existentes na produção e na sociedade. (LENIN, 1976a, 1976b, 1980). Nas palavras de Lenin, era o momento de “aprender a trabalhar”: “Faz cuidadosa e honestamente as contas do dinheiro, gere de modo económico, não sejas preguiçoso, não roubes, observa a mais rigorosa disciplina no trabalho (...)” (LENIN, 1980, p. 563), necessidades que aponta diante dos problemas decorrentes do perfil do trabalhador constituído no capitalismo.

Nos primeiros anos que sucederam a revolução, o proletariado estava distante de cumprir o que Lenin almejava. Embora a vitória do processo revolucionário tenha sido possível pela ação política consciente de uma grande parcela dos trabalhadores, a classe trabalhadora ainda carregava os resquícios de uma consciência burguesa. Os trabalhadores queriam gerir as empresas individualmente, sem a intervenção do Estado soviético; ainda se voltavam para os seus interesses individuais; eram indisciplinados em relação ao trabalho.

Para superar essas limitações, Lenin propõe a emulação socialista, que como já explicamos seria o meio de fomentar uma nova conduta em relação ao trabalho. Segundo Moraes Neto (2009), a emulação estava em acordo com a proposta do taylorismo em promover uma transformação pessoal do trabalhador, para que pudesse produzir de forma mais adequada.

Em nossa avaliação, ainda que em acordo com a influência de Lenin por Taylor, o conteúdo da mudança subjetiva do trabalhador esperada por Lenin nega e supera a proposição taylorista. Para debatermos mais profundamente essa questão, precisamos inicialmente refletir sobre a dimensão subjetiva do trabalhador.

As transformações na conduta relacionada ao trabalho perpassam um complexo processo. O desempenho do trabalhador em relação ao trabalho é dado a partir de um conjunto de habilidades técnico-operacionais, as quais dependem do desenvolvimento de determinadas capacidades psíquicas (planejamento, regulação e atenção voluntária), dos conhecimentos adquiridos anteriormente ou na própria atividade e da formação de hábitos. (RIOS e ROSSLER, 2017, p. 567). E o desempenho vai além do domínio de habilidades técnicos-operacionais, pois se vincula também à esfera motivacional da personalidade, relacionada às relações interpessoais, aos afetos, interesses e motivações do trabalhador. (ibidem, p. 568). Portanto, para que haja uma transformação objetiva da conduta pessoal em relação ao trabalho é preciso que ocorra também uma transformação subjetiva, isto é, da consciência e dos sentidos⁹¹ em relação ao trabalho. O que não significa um processo independente e interno ao indivíduo; pelo contrário, uma vez que a subjetividade é produzida por condições objetivas (DUARTE, 2004, p. 57) e estas precisam ser modificadas para que ocorra uma mudança no perfil do trabalhador.

Segundo Almeida, Abreu e Rossler (2011, p. 552), a consciência individual é constituída a partir da consciência social, que corresponde a um determinado modo de pensar, agir e sentir, próprios da materialidade da produção humana em um dado momento histórico, determinado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de suas correspondentes relações sociais de produção. Ainda segundo os autores (ibidem, p. 553-554), a consciência social em um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção, como o capitalismo, em que existe a polarização e oposição entre classes sociais, é formada a

⁹¹ De acordo com Duarte (2004, p. 53-55), o sentido de uma ação caracteriza-se pela expressão na consciência da relação entre o objeto da ação e o seu motivo. Os sentidos dependem mais diretamente de aspectos afetivo-emocionais. Ainda que sejam uma expressão individual, a constituição dos sentidos se dá objetivamente. (DUARTE, 2004, p. 57).

partir das relações sociais dominantes. Ou seja, é a consciência da burguesia que se universaliza, adquirindo a forma de ideologia.

E a consciência social apenas pode se transformar por consequência do surgimento de novas relações sociais de produção, o que por sua vez é consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Não é possível apenas mudar as ideias que compõe uma consciência social por outras ideias. Na medida em que novas relações se desenvolvem, mudam também as suas representações ideais, ou seja, a consciência. (ALMEIDA, ABREU e ROSSLER, 2011, p. 554).

No capitalismo, além da consciência social refletir a concepção de mundo burguesa, os sentidos dos trabalhadores em relação ao trabalho também são desenvolvidos a partir da condição de exploração. Os sentidos são determinados pelas condições objetivas que levam o trabalhador a trabalhar, as quais, nas relações capitalistas, estão dadas pela obrigatoriedade em vender a sua força de trabalho em troca de um salário. (DUARTE, 2004, p. 57). Portanto, para o trabalhador o sentido do trabalho está no salário, através do qual poderá acessar os produtos necessários para suprir as suas necessidades, assim como para o capitalista o sentido está na produção de capital. (DUARTE, 2004, p. 55-56).

Embora o trabalho tenha um caráter social, na medida em que a reprodução social da humanidade depende das diversas atividades realizadas por pessoas distintas, a alienação⁹² não permite que o sentido do trabalho esteja relacionado ao conjunto do trabalho e nem vinculado à sua função social. O trabalhador fica limitado à sua existência individual, não se reconhecendo nos demais e nos interesses coletivos. (RIOS, 2015, p. 29-31). E, assim como a consciência social, os sentidos também se transformam somente na medida em que as condições objetivas que produzem o trabalho sejam transformadas.

Na Rússia pós-revolucionária ocorreram muitas mudanças, a começar pela expropriação da propriedade privada das grandes empresas pelo Estado e pelo estabelecimento do controle operário. (GERMER, 2016a). As relações sociais de produção foram modificadas a nível jurídico, já não era mais legal a propriedade privada, contudo, objetivamente ainda havia resquícios de relações capitalistas na base objetiva da produção. E dessa forma, ainda existiam condições que limitavam a transformação da consciência social e da esfera motivacional relacionada ao trabalho.

⁹² A alienação é compreendida como um fenômeno decorrente das relações sociais de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção, através da qual, os trabalhadores, ainda que sejam os produtores das objetivações, destas não se apropriam em sua totalidade, alienando-se dos produtos da sua atividade, da atividade em si, da relação entre os indivíduos e do próprio gênero humano. (DUARTE, 2004; RIOS, 2015).

Embora os trabalhadores russos tivessem tido uma vivência de exploração do seu trabalho por parte das classes proprietárias e tenham reagido a ela com o processo revolucionário, as suas consciências estavam perpassadas por contradições, ainda estavam sujeitas a presença de um conteúdo ideológico, vinculado à concepção de mundo da aristocracia e da burguesia. Assim, no início do socialismo era possível a existência de trabalhadores que se identificavam com a ideia da propriedade individual e não se identificavam com um projeto de trabalho coletivo. Para Lenin, a consciência ainda vinculada a uma concepção de mundo burguesa também dificultava a gestão das empresas. (LENIN, 1976a, 1980).

A emergência de uma nova consciência social e de novos sentidos em relação ao trabalho, consoantes com o socialismo, dependia da eliminação da burguesia enquanto classe social e do estabelecimento de novas relações sociais de produção. Entretanto, consideramos que, ainda que não houvesse materialidade para uma transformação profunda na subjetividade do trabalhador, era possível, em meio ao cenário de efervescência social gerado pela revolução, estabelecer algumas possibilidades de transformação pessoal.

Segundo Almeida, Abreu e Rossler (2011, p. 557) é possível que no seio de uma dada consciência social se desenvolvam consciências dela divergentes, uma consciência proletária, com conteúdo contraideológico. Isso é possível quando o sujeito vivencia novas apropriações, pela mediação de outros conceitos, e acessa uma teoria, que permita compreender as contradições entre as suas vivências e o que está estabelecido na consciência social. Em decorrência dessa contradição entre o que é vivido e o que é estabelecido socialmente, acaba se estabelecendo um conflito ou um drama interno, que é o que permite a transformação da consciência. (ALMEIDA, ABREU e ROSSLER, 2011, p. 555).

Da mesma forma, os sentidos em relação ao trabalho também podem se transformar, ainda que parcialmente, quando o trabalhador participa de uma organização de luta contra a exploração do trabalho. (DUARTE, 2004, 57).

Nesse sentido, entendemos que, de fato, não era possível nos anos iniciais do socialismo o proletariado já ter uma nova consciência em relação à sociedade e em relação ao trabalho. Assim como um período de transição tem um caráter híbrido no que se refere às forças produtivas e as relações sociais de produção, apresenta um caráter híbrido no que se refere ao processo de consciência, às ideias que os trabalhadores tinham sobre si, sobre os demais, sobre o trabalho e sobre a sociedade. Contudo, era necessário e possível um esforço no sentido da mudança da consciência individual dos trabalhadores, de tal forma que fosse desenvolvida essa consciência contra ideológica.

Embora a constituição de uma consciência individual fosse limitada, uma vez que dependente da constituição de uma nova consciência social e, portanto, o estabelecimento de novas relações sociais, ela seria importante como um meio de enfrentamento dos resquícios burgueses, exercendo um papel favorável ao proletariado na luta de classes. A revolução política já tinha ocorrido, contudo, a revolução social ainda estava em andamento e num cenário vivo de disputa entre as classes sociais. De forma que nos parece fazer sentido que fossem mantidos os esforços de constituição da consciência de classe do proletariado.

Para tanto, ainda era necessário fomentar a difusão da teoria revolucionária e a manutenção de espaços que permitissem ao proletariado o exercício da participação política e de análise da realidade a partir da teoria. Estas se constituiriam como novas vivências sociais, que forneceria outras apropriações e provocariam movimentos de crise e ruptura na consciência antiga, formando assim outras concepções de mundo, da sociedade e do trabalho. O Estado soviético, da mesma forma que de posse do conhecimento das leis econômicas poderia destravar o desenvolvimento das forças produtivas, de posse do conhecimento quanto ao processo de consciência, poderia promover medidas que a transformasse.

Entendemos que dessa forma, fomentando a transformação da consciência e dos sentidos em relação ao trabalho, seria possível uma mudança deliberada na conduta do trabalho, implicando em mais dedicação, comprometimento e responsabilidade por parte dos trabalhadores. A autorregulação da conduta implica em que os indivíduos tenham conhecimento dos motivos que lhes fazem agir de uma forma ou de outra, e que assim consigam fazer escolhas de forma deliberada. (ALMEIDA, ABREU e ROSSLER, 2011, p. 557). Assim, na medida em que conhecessem as determinações do desempenho no trabalho e, ao mesmo tempo, passassem a se identificar com o trabalho na nova sociedade, seria possível uma transformação deliberada da conduta do trabalho pelos trabalhadores.

Por conseguinte, entendemos que a transformação da conduta do trabalhador resultaria de um complexo processo, da combinação da mudança progressiva das relações sociais de produção e de ações intencionais da parte do Estado, que deveriam promover a esfera motivacional e técnico-operacional. E esse processo não está no alcance do método taylorista, nem é pretensão de Taylor.

Para Taylor (1995), a conduta dos trabalhadores está determinada por fatores intrínsecos, inatos, ocultando dessa forma as determinações das relações sociais na constituição da subjetividade e naturalizando as diferenças entre os indivíduos. Os padrões se tornam padrões por predisposições pessoais, já os trabalhadores são explorados porque sua natureza conduziria a isso. Tais diferenças não seriam passíveis de transformação, contudo,

através do método taylorista seria possível adaptar os trabalhadores, de forma que fossem mais úteis aos interesses do capital. Aqueles que não se adaptassem, a solução seria a demissão.

Ao contrário, Lenin pretendia a transformação subjetiva do trabalhador. Pronuncia-se sobre a necessidade de desenvolvimento técnico-operacional, o que expressa pela defesa do acesso à educação, à alfabetização, à qualificação técnica, e também sobre o desenvolvimento motivacional, o que fica evidente com as suas menções sobre a necessidade de superar a consciência capitalista, de passar a ter outro sentido em relação ao trabalho. Sobretudo, para Lenin o trabalhador é o protagonista desse processo, ele que deve conduzir as transformações e não se adaptar ao projeto de outra classe, como é a concepção de Taylor.

Assim, entendemos um distanciamento entre a emulação defendida por Lenin e a proposta taylorista, discordando da análise feita por Moraes Neto (2009). Ainda que Lenin conceba a emulação como a constituição de um novo perfil do trabalhador, que lhe torne mais responsável e dedicado ao trabalho, a concepção quanto a subjetividade do trabalhador é distinta, o que confere outro conteúdo à emulação. Entendemos que a emulação tinha uma intenção de promover mudanças mais imediatas, as quais eram necessárias dado o momento de penúria. Todavia, ela não se limitava a necessidade de constituição de trabalhadores mais dedicados ao trabalho, pois objetivava que estes se compreendessem e se constituíssem como parte do processo de direção da produção e da sociedade; ela tinha um caráter de educação política.

É claro, mais uma vez ponderamos as dificuldades postas no momento em questão e as contradições que perpassaram a construção concreta da direção do processo de trabalho, o que parcialmente acabam distorcendo ao que era idealizado e teorizado por Lenin. As exigências econômicas impunham medidas imediatas, não era possível esperar a transformação da consciência e dos sentidos em relação ao trabalho.

De acordo com a nossa exposição, a consciência social e os sentidos em relação ao trabalho somente seriam transformados com o advento de novas relações sociais de produção. Entretanto, em meio ao caráter econômico híbrido, ou seja, no seio das contradições objetivas existentes, seria possível que algumas transformações tivessem início, em decorrência do acesso à teoria que explicitasse as relações sociais de produção e pela vivência diferenciada propiciada pela participação e decisão em espaços de debate técnico e político. Por isso, seria importante terem sido preservadas as instâncias de organização dos operários nas fábricas, o que acabou sujeito a percalços.

Por consequência, a transformação da consciência social e da consciência dos trabalhadores demoraria mais para ocorrer, dependendo da mudança efetiva das relações sociais de produção. Ao não ser fomentada uma nova consciência, realmente proletária, os operários seguiriam se identificando com a concepção burguesa de mundo e de trabalho, dificultando a constituição de uma nova conduta deliberada em relação ao processo de trabalho.

Ao contrário, os exemplos apresentados por Lenin em *La gran iniciativa* (1973a) evidenciam que, na medida em que os trabalhadores passavam a ter uma função política, o trabalho começava a ter outro sentido. Os trabalhadores passaram a se identificar com a sua atividade, a perceber que ela estava conectada à produção social e à constituição de uma nova sociedade. Uma nova conduta em relação ao trabalho parecia começar a se desenvolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim dessa pesquisa, avaliando, por um lado, que concluímos ao que nos propusemos nos objetivos iniciais. Por outro, pudemos confirmar a complexidade do assunto abordado, o que se expressa nas várias controvérsias que o circundam. Nesse sentido, avaliamos que deixamos aqui a necessidade de aprofundamento e a pertinência da continuidade do estudo em questão.

Buscamos com essa pesquisa analisar a apreciação de Lenin sobre o taylorismo, estabelecendo o debate com algumas críticas que recaem sobre a sua defesa em relação a este método de organização do processo trabalho. O taylorismo tem sido até os dias atuais desaprovado pelo movimento sindical crítico às consequências do modo de produção capitalista e por alguns teóricos das áreas de administração, economia, sociologia e psicologia, dadas as suas repercussões no processo de exploração da força de trabalho. Segundo as críticas, o método taylorista carrega as marcas do aumento do ritmo do trabalho e da submissão do trabalhador a este. Por isso, a posição favorável de Lenin ao taylorismo repercute negativamente. Afinal, num contexto de questionamento da exploração do trabalho provocada pelo capitalismo; num contexto de construção de um novo modo de produção – o comunismo, em que o trabalho deveria adquirir um novo sentido; pode ter parecido contraditória a defesa da utilização da mesma forma de organização do processo de trabalho utilizada até então para sacrificar o trabalhador.

A fim de compreender melhor o problema, iniciamos a pesquisa a partir da obra de Linhart (1983), o que nos suscitou alguns incômodos. Há neste autor uma ênfase no taylorismo, abstraindo-o do processo de trabalho como um todo, cuja evolução - da cooperação sobre égide do capital até a indústria moderna - tem acentuado a subsunção do trabalhador ao capital. A nosso ver, esse foco no taylorismo e não no desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes relações sociais de produção, baseadas na propriedade privada dos meios de produção, pode levar a um equívoco de que é possível eliminar a exploração ao se modificar a forma de organizar o processo de trabalho, ou, no que diz respeito diretamente ao nosso tema, de que seria possível construir o socialismo negando imediatamente o processo de trabalho até então existente.

Por isso, entendemos que, além de apreciar a posição de Lenin sobre o taylorismo, seria necessário estabelecermos um olhar crítico aos próprios críticos, a partir de uma análise sobre o método taylorista fundamentada na teoria de Marx sobre o processo de trabalho.

Para tanto, o caminho que percorremos foi iniciado por uma extensa apresentação da teoria marxista sobre o processo de trabalho. Primeiro, buscamos a sua compreensão de forma abstrata, ou seja, a compreensão do processo de trabalho como meio de reprodução da existência da humanidade independente da forma social concreta. Depois, analisamos a evolução do processo de trabalho no capitalismo, partindo do trabalho cooperado, passando pela manufatura e chegando à indústria moderna. Por fim, apresentamos as tendências de desenvolvimento do processo de trabalho e a da própria superação do capitalismo.

A fundamentação marxista nos levou a concluir que, ao contrário do entendimento de Linhart, Bettelheim e de Lenin, o taylorismo não representava a forma mais avançada da organização do processo de trabalho no capitalismo. O taylorismo de fato contribuiu para qualificar o controle sobre o trabalhador, acentuar a divisão entre trabalho intelectual e manual, entre o planejamento e a execução, incrementar a intensificação do trabalho. Porém, ele se insere em um processo de trabalho que já se desenvolvia a muito tempo perpassado por essas transformações, que tenderiam a serem reforçadas, independente do taylorismo.

O trabalho cooperado instaura o controle despótico do capital sobre o processo de trabalho, uma vez que várias pessoas são concentradas num mesmo local e passam a trabalhar para um único capitalista, compartilhando os meios de produção, matérias-primas e instalações de sua propriedade. Ainda assim, cada trabalhador produz integralmente um produto. Com a manufatura, o produto não resulta mais da produção de um único trabalhador, mas sim de várias operações realizadas por trabalhadores parciais. Isso representa a divisão técnica do trabalho. A execução é dividida entre vários trabalhadores e a elaboração, o planejamento, precisa ficar a cargo de um trabalhador especializado. Com isso, reduzindo o conhecimento que o trabalhador tinha sobre a totalidade da produção e o controle sobre o seu trabalho.

Esse processo é aprofundado na indústria moderna, em que a maquinaria incorpora a divisão do trabalho, passando a realizar a maior parte da produção e deixando o trabalhador como o seu apêndice. Se, por um lado, as máquinas liberam o trabalhador da realização de operações desgastantes, facilitando o trabalho, por outro, no capitalismo elas acabam servindo para acentuar a exploração. Elas permitem a extensão da jornada de trabalho e a sua intensificação, quando as leis limitam a carga horária diária; e com a intensificação, levam os trabalhadores ao desgaste máximo, produzindo adoecimento e mortes; as máquinas permitem o emprego da força de trabalho de mulheres e de crianças, levando a vida doméstica para a fábrica, limitando as possibilidades de humanização para além do trabalho. A máquina

revolucionaria o processo de trabalho, elevando a produtividade como nunca havia ocorrido e transformando radicalmente o papel da força de trabalho.

Portanto, o taylorismo não inaugura um processo específico de exploração, ele se insere num processo de trabalho que tem a máquina como o seu propulsor; ele se sujeita a esse processo, ajustando-o de acordo com as conveniências da burguesia. É com base nessa concepção sobre o taylorismo que buscamos analisar a posição de Lenin e estabelecer o debate com os seus críticos.

Constatamos que, em 1913, Lenin pronuncia-se criticamente ao taylorismo, evidenciando a sua possibilidade de intensificação do trabalho. Essa crítica acompanha os seus textos seguintes, inclusive os posteriores à revolução. Contudo, passa a identificar o taylorismo como uma forma mais desenvolvida de organização do processo de trabalho, como uma força produtiva que contribuiria com o processo de trabalho no socialismo e com o desenvolvimento do comunismo, possibilitando o estabelecimento de novas relações sociais de produção e a redução da jornada de trabalho.

Dadas às condições particulares da Rússia em 1918, destruída pela guerra, com parte da população passando fome e possuindo uma força de trabalho limitada tecnicamente, o taylorismo passa a ser vislumbrado para dar respostas mais imediatas ao problema da baixa produtividade, entretanto, não deixa de estar vinculado a necessidades técnicas estratégicas, ou seja, de transição ao comunismo. Haviam-se passado poucos meses desde a implantação do Estado soviético, era preciso administrar a sociedade como um todo e organizar a produção e a distribuição. Dessa forma, não era possível aguardar os estudos e a elaboração de um novo método de trabalho. Foi preciso recorrer ao que o capitalismo tinha desenvolvido até então e que, inclusive, era parte da indústria russa já instalada.

Diante da possibilidade do taylorismo comprometer a saúde dos trabalhadores, Lenin propõem medidas que neutralizassem os seus efeitos nocivos, como a própria redução da jornada de trabalho e o controle pelo proletariado.

Após fazermos um estudo e sistematização dos textos de Lenin, passamos a análise das críticas. Linhart (1983) e Bettelheim (1983) fundamentam as suas críticas da mesma forma, a partir da compreensão de que o taylorismo seria a máxima expressão da exploração capitalista e que nesse sentido, por acarretar a divisão entre trabalho intelectual e manual, teria contribuído para o estabelecimento de um processo de trabalho autoritário na União Soviética.

Linhart (1983) faz um rico estudo das obras de Lenin, debatendo cada uma de forma mais profunda e relacionando-as aos devidos momentos conjunturais. Nesse sentido, trouxe grande contribuição a nossa pesquisa, possibilitando estabelecermos um ponto de partida e

subsidiando a nossa análise em vários aspectos. Contudo, discordamos parcialmente do fundamento da sua crítica ao taylorismo, o que, em nossa avaliação, compromete a análise que faz da posição de Lenin em relação ao método em questão.

Bettelheim (1983) é sucinto em sua análise, endossando o formulado por Linhart. Embora não tenha fornecido novas contribuições a essa pesquisa, mantivemos sua obra em nosso estudo devido ao fato de ser um autor recorrente nas pesquisas sobre a União Soviética. Entretanto, entendemos que em relação ao taylorismo, Bettelheim faz afirmações sem desenvolvê-las, sem a devida demonstração dos seus argumentos, o que em nossa avaliação compromete a qualificação de uma pesquisa científica, contribuindo com a reprodução parcial e distorcida de conhecimentos. Não queremos com essa crítica negar as contribuições do autor para os estudos sobre a Revolução Russa, inclusive, recorreremos à dados de suas pesquisas. Todavia, entendemos que no tema em questão, Bettelheim não acrescentou mais do que já havíamos alcançado com Linhart.

Moraes Neto é o terceiro autor que debatemos, cuja fundamentação diferencia-se dos outros dois e nos serviu como contraponto. Para Moraes Neto (1991, 2009), não seria o taylorismo a forma mais desenvolvida do processo de trabalho, mas sim a maquinaria. O método taylorista teria sido aplicado em atividades que ainda se baseavam no trabalho manual e que seriam substituídas pela maquinaria. Nestas atividades ele teria contribuído para um desgaste maior da força de trabalho, pois impunha um rendimento maior ao trabalhador, o qual poderia ser alcançado de forma menos prejudicial pela máquina. Daí decorre a sua crítica à defesa de Lenin do taylorismo.

Embora com fundamentação distinta no que se refere à análise do taylorismo, os três autores atribuem a este método de organização do processo de trabalho o fracasso do socialismo soviético, devido à acentuação da divisão entre trabalho intelectual e manual e relacionado a isso, um aumento do autoritarismo na direção do processo de trabalho.

Em nossa avaliação, ainda que o taylorismo possa ter, de fato, acentuado a divisão técnica do trabalho, conclusão a que também chegamos, consideramos não ser possível disso concluir que tenha relação direta com o colapso do socialismo soviético. Entendemos que a retrotransição ao capitalismo, ocorrida na URSS, correspondeu a um processo de desenvolvimento de relações capitalistas, contrariando a transição para relações sociais comunistas, e como tal, têm raízes no desenvolvimento da base econômica. Por isso, para entender a influência do taylorismo em tal processo, precisaríamos de um estudo profundo que analisasse as determinações político-econômicas da retrotransição ao capitalismo; de um estudo de como o taylorismo foi implantado concretamente e a sua evolução ao longo dos

anos. Nenhum dos autores faz esse exame, limitação também presente em nossa pesquisa. Portanto, consideramos precipitada a afirmação quanto à vinculação direta entre taylorismo e o processo de retrotransição.

Em nossa análise do taylorismo, buscamos elaborar nossa própria crítica a ele, fundamentados na teoria marxista sobre o processo de trabalho. Buscamos caracterizá-lo, identificando as determinações econômicas do seu desenvolvimento e as suas consequências para os trabalhadores.

Como dito, entendemos que o taylorismo se desenvolveu como um ajustamento do processo de trabalho, em um momento de avanço da indústria moderna, em que as máquinas ocupavam a produção e a força de trabalho passava por transformações. O taylorismo qualifica o controle sobre a força de trabalho, especializando a direção em diversas funções de planejamento e supervisão. O trabalho é planejado, sendo prescritos os movimentos e os tempos de realização de cada operação. Com isso, o capital passa a impor um ritmo maior de trabalho, eliminando os tempos ociosos da jornada de trabalho, intensificando o trabalho e aumentando o desgaste da força de trabalho. Além disso, ao qualificar a direção, influencia a própria divisão técnica do trabalho e também possibilita o controle político sobre o trabalhador.

Sobre o impacto do taylorismo na divisão técnica do trabalho, embora aparentemente tenhamos acordo com os críticos, a sustentação de nossa crítica é distinta. Para Linhart (1983), a divisão entre trabalho intelectual e manual justifica-se pelo fato do trabalhador ter o seu conhecimento expropriado pelo taylorismo. Discordamos desse argumento, pois entendemos que quando o taylorismo surge o conhecimento empírico do trabalhador já havia decrescido consideravelmente desde a manufatura, passando o trabalhador a executar uma parcela do trabalho, sem conhecimento da totalidade. Processo esse que foi aprofundado com a introdução da maquinaria. Portanto, o taylorismo aprimora a divisão técnica que já existia, mas não porque muda fundamentalmente o trabalho da força de trabalho e sim porque qualifica a direção sobre o trabalho, ou seja, o seu componente intelectual e de planejamento.

Moraes Neto (1991) entende que o taylorismo introduz a divisão entre trabalho intelectual e manual nas atividades que ainda eram manuais, o que temos acordo. Todavia, nossa argumentação vai um pouco além, ao concluirmos que a qualificação da direção do processo de trabalho se estende também para o conjunto da fábrica, em certa medida, repercutindo sobre o trabalho do operador das máquinas.

Assim, na discussão sobre a apreciação de Lenin, buscamos compreender as determinações teóricas da sua defesa. Como expusemos, Lenin entendia que o taylorismo

representava uma forma mais avançada do processo de trabalho, uma força produtiva, que contribuiria com a transição ao comunismo. Nesse sentido, ele mesmo seria parte da superação da divisão entre trabalho intelectual e manual, pois simplificaria as operações de trabalho, tornando-o mais homogêneo e acessível a todos. A superação da divisão técnica do trabalho somente seria possível pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Chegando ao fim desse caminho, concluímos que as condições concretas do período pós-revolucionário justificaram a defesa de Lenin do taylorismo. Dado o cenário de fome, de necessidade urgente de recuperação econômica e algumas dificuldades no que se refere à força de trabalho, não conseguimos visualizar alternativa. A Revolução, ocorrida em 1917, correspondeu à tomada do poder político por uma nova classe social, que passou então a organizar a produção e a distribuição de acordo com os seus interesses. Contudo, o processo de transformação não era imediato, não sendo possível se desfazer do que havia sido produzido até então.

Entendemos que, para Lenin, ao considerar o taylorismo como parte das forças produtivas, negá-lo não estava posto em questão. Por isso, propõem medidas para corrigir os aspectos que considerava mais nocivos à força de trabalho, mas mantinha a sua defesa.

Para nós, no entanto, o taylorismo, ao contrário, não representava a forma mais avançada do processo de trabalho, nem se tratava de uma força produtiva, mas sim de um ajustamento destas forças. Nesse sentido, consideramos que teria sim sido possível desenvolver, progressivamente, um novo método de organização do processo de trabalho, condizente com as novas relações sociais que se constituíam e com as necessidades da transição ao comunismo, para a qual o taylorismo não se mostrava adequado.

Embora o taylorismo apresentasse elementos que poderiam consistir um processo de trabalho mais racional, ele foi forjado ajustando as forças produtivas às conveniências do capital; em sua totalidade o taylorismo apresentava-se como um aparato do capital. E, principalmente, era ele um meio de controlar a força de trabalho nas funções manuais, o que ia à contramão do desenvolvimento da grande indústria e da possibilidade de uma atividade menos degradante.

Ainda que tenhamos adentrado em determinações concretas e na direção política do Estado soviético, a nossa análise se deteve centralmente na posição de Lenin sobre o taylorismo. Nesse sentido, não foi possível investigarmos as elaborações teóricas sobre a organização do processo de trabalho, seja por parte do Estado soviético ou por parte de pesquisadores universitários. Por meio de nossa pesquisa, soubemos que em 1921 foi criado o Instituto Central do Trabalho, que reunia grupos com concepções distintas sobre o processo

de trabalho. O que nos permite anunciar a hipótese, que precisa ser investigada, de que, talvez, existissem outras possibilidades que não o método taylorista ou pelo menos a intenção de desenvolver algo próprio. Consideramos esta, justamente, uma das possibilidades investigativas futuras, produzidas por nosso trabalho. A saber, investigar as posições existentes dentro do Instituto Central do Trabalho.

Por outro lado, consideramos uma lacuna em nossa pesquisa não ter sido possível nos apropriarmos das produções acadêmicas soviéticas sobre nosso tema de estudo. Especialmente, no campo da psicologia, da sociologia, da administração e da ergometria.

Ao chegarmos ao fim desse nosso estudo, aprendemos que uma pesquisa deve cumprir um objetivo bem delimitado, pois, na medida em que nos aproximamos do objeto investigado, procurando compreendê-lo em profundidade, tentando estabelecer relações e explicá-lo a luz de uma teoria, aumenta a sua complexidade. Aspectos não previstos são desvendados, polêmicas teóricas ficam mais escancaradas e passam a fazer sentido, novos questionamentos se desenvolvem, enfim, abre-se a necessidade e perspectiva de outras pesquisas.

Podemos, contudo, dizer que alcançamos os objetivos postos inicialmente. Avaliamos que não foi um trabalho fácil, dada à complexidade do tema, seu caráter político. E, também, em razão da própria caracterização do taylorismo, por si só controversa na literatura. Portanto, esperamos que o nosso trabalho contribua para o debate sobre o tema, suscitando questionamentos e novas pesquisas. Sem a pretensão de termos esgotado o assunto, esperamos contribuir para uma aproximação mais profunda de nosso objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R.; ABREU, C. B. M.; ROSSLER, J. H. **Contribuições de Vigotski para a Análise da Consciência de Classe**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 551-560, out./dez. 2011.
- BETTELHEIM, C. **A Luta de classes na União Soviética: Primeiro período (1917-1923)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BETTELHEIM, C. **A Luta de classes na União Soviética: Segundo período (1923-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- BORODÍNE, V. V. *et al.* **Economia Nacional da URSS no Período Transitório (1917-1937)**. Moscovo: Edições Progresso, 1983.
- DUARTE, N. **Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev**. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 24, n.62, p. 44-63, abril 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622004000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 fev. 2017.
- GERMER, C.M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZZA, G. (org.) **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GERMER, C. M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Crítica Marxista**. IFCH, Unicamp, Campinas, n. 29, 2009, p. 75-95.
- GERMER, C. M. **Causas do colapso do socialismo soviético – uma introdução**. Curitiba, 2016a. (texto inédito e em fase de elaboração).
- GERMER, C.M. **O método materialista de pesquisa de Marx e Engels**. Curitiba, 2016b. (texto inédito e em fase de elaboração).
- LENIN, V. I. Una gran iniciativa. In: _____. **Obras escogidas (1919-1920)**. Tomo X. Rússia: Progreso, 1973a.
- LENIN, V. I. VIII Congreso de los soviets de toda Rusia. In: _____. **Obras escogidas (1920-1921)**. Tomo XI. Rússia: Progreso, 1973b.
- LENIN, V. I. Primera Variante del Artículo Las Tareas Inmediatas del Poder Soviético. In: _____. **Obras Completas**. Tomo XXVIII. Madrid, España: Akal Editor, 1976a.
- LENIN, V. I. ¿Como organizar la emulación? In: _____. **Obras Completas**. Tomo XXVIII. Madrid, España: Akal Editor, 1976b.
- LENIN, V. I. Un sistema “científico” de máxima explotación. In: _____. **Obras Completas**. Tomo XIX. Madrid, España: Akal Editor, 1977a.

LENIN, V. I. El Sistema Taylor: esclavización del hombre por la máquina. In: _____. **Obras Completas**. Tomo XXI. Madrid, España: Akal Editor, 1977b.

LENIN, V. I. Cuadernos sobre el imperialismo. In: _____. **Obras Completas**. Tomo XLIII. Madrid, España: Akal Editor, 1977c.

LENIN, V. I. Prólogo. In: _____. **Obras Completas**. Tomo XXXIII. Madrid, España: Akal Editor, 1977d.

LENIN, V. I. Una Oveja Negra Estropea El Rebaño. In: _____. **Obras Completas**. Tomo XXXVI. Madrid, España: Akal Editor, 1978.

LENIN, V. I. As Tarefas Imediatas do Poder Soviético. In: _____. **Obras Escolhidas**. Tomo 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, V. I. “Left-Wing” Childishness and the Petty-Bourgeois Mentality. In: _____. **Collected Works** (v. 27, february-july 1918). Moscow: Progress Publishers. From Marx to Mao, Digital Reprints, 2011.

LENIN, V. I. A Fly in The Ointment. In: _____. **Collected Works** (v. 33, august 1921-march 1923). Moscow: Progress Publishers. From Marx to Mao, Digital Reprints, 2012.

LINHART, R. **Lenin, Os Camponeses e Taylor**. Ensaio de Análise Baseado no Materialismo Histórico Sobre a Origem do Sistema Produtivo Soviético. Marco Zero: RJ, 1983.

MARTINS, L. M. **Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores**. 194 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP. Marília, 2001.

MARTINS, L. M. Introdução aos Fundamentos Epistemológicos da Psicologia Sócio-Histórica. In: MARTINS, L. M. (org.) **Sociedade, educação e subjetividade**: reflexões temáticas à luz da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2008.

MARX, K. A Fórmula Trinitária. **O capital: crítica da economia política**: livro 3/ Karl Marx. São Paulo: Nova Cultural, 1986, 2. ed, tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: livro I; tradução de Reginaldo Sant’Anna, 25° ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford**: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MORAES NETO, B. R. **Processo de Trabalho e Eficiência Produtiva**: Smith, Marx, Taylor e Lênin. EST. ECON., São Paulo, v. 39, N. 3, P. 651-671, julho-setembro 2009.

MORAES NETO, B. R. **Réplica**: taylorismo, capitalismo e Marx. Revista Soc. Bra. Economia Política, São Paulo, n° 32, p. 69-94, junho-2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, G. A. **A Organização do Trabalho no Século 20**. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIOS, C. F. M. **O Trabalho como Atividade Principal na Vida Adulta**: Contribuições ao Estudo da Periodização do Desenvolvimento Psíquico Humano Sob o Enfoque da Psicologia Histórico-Cultural. 137 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RIOS, C. F. M. e ROSSLER, J. H. **O Trabalho como Atividade Principal no Desenvolvimento Psíquico do Indivíduo Adulto**. Psicol. estud., Maringá, v. 22, n. 4, p. 563-573, out./dez. 2017.

SHAIKH, A. Crises Econômicas (verbetes). In: BOTTOMORE, T. *et al.* **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SOCHOR, Z. A. Soviet Taylorism Revisited. In: **Soviet Studies**, vol. XXXIII, n° 2, april 1981, pp.246-264. Fonte: https://monoskop.org/images/f/f2/Sochor_Zenovia_A_1981_Soviet_Taylorism_Revisited.pdf. <Acesso em 12 dez. 2017>.

STALIN, J. Nueva situación, nuevas tareas para la organización de la economía. In: _____. **Obras**. Tomo XIII (1930-1934). Moscú: Lenguas extranjeras, 1953. Fonte: <http://bolchetvo.blogspot.com.br/>

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.